

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ERIVETH SILVA TEIXEIRA

**LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O
ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA**



São Luís
2025

ERIVETH SILVA TEIXEIRA

**LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O
ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA**



Texto apresentado como Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão em São Luís.

Linha de Pesquisa: Diversidade, Cultura e Inclusão Social

Grupo de Pesquisa: Mulheres e Relações de Gênero

Projeto de Pesquisa: Corpos e Diversidade na Formação Continuada e nas Práticas Pedagógicas

Orientadora: Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Coorientadora: Profa. Emérita Diomar das Graças Motta

São Luís
2025

Teixeira, Eriveth Silva.

Lésbicas professoras no âmbito das relações de gênero e o enfrentamento à lesbofobia / Eriveth Silva Teixeira. - 2025.

176 f.

Coorientador(a): Diomar das Graças Motta.

Orientador(a): Sirlene Mota Pinheiro da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Lésbicas Professoras. 2. Relações de Gênero. 3. Lesbofobia no Espaço Escolar. I. das Graças Motta, Diomar. II. Mota Pinheiro da Silva, Sirlene. III. Título. Lésbicas professoras no âmbito das relações de gênero e o enfrentamento à lesbofobia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ERIVETH SILVA TEIXEIRA

**LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O
ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva (Orientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Emérita Diomar das Graças Motta (Coorientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva (1ª Examinadora)
Doutora em Educação
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins (2ª Examinador)
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Dedico esta dissertação às 10 professoras colaboradoras, que compartilharam suas histórias atravessadas pela lesbianidade e compuseram suas narrativas.

AGRADECIMENTOS

Faltam-me palavras para agradecer as pessoas que estiveram comigo nesta caminhada. O mestrado para mim é muito mais que um título acadêmico, é um sonho realizado a partir do momento que decidi viver e resgatar minha vida, dando a ela um sentido diferente daquele que me encontrava. O mestrado me possibilitou um novo mundo de descobertas, e enfrentar os desafios que se formaram para desenvolver ainda mais o meu aprendizado, foi prazeroso.

À Profa. Dra. minha queridíssima orientadora Sirlene Mota Pinheiro da Silva pela grandiosidade ao ensinar, pela amizade que construímos, por trazer leveza durante essa jornada e por ter caminhado ao meu lado direcionando-me pontualmente.

À Profa. Emérita minha queridíssima coorientadora Diomar das Graças Motta que para mim foi uma honra poder contar com suas orientações. Sempre com muito zelo e dedicação abraçou este desafio e caminhamos lado a lado.

Às Profas. que estiveram como colaboradoras da pesquisa, muito obrigada pela confiança e por compartilharem suas histórias de vida, em especial todas as lésbicas profas. da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão.

À Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva pela atenção cuidadosa que teve com o projeto e pelas relevantes contribuições no Exame de Qualificação, que trouxeram uma cientificidade de imensa magnitude.

Ao Prof. Dr. Carlos Wellington Martins um amigo que foi um apoio, quando precisei e pelas significativas e enriquecedoras colaborações no Exame de Qualificação.

Ao meu filho, João Carvalho Alexandrino Filho, um amigo e companheiro de todas as horas.

À minha família, especialmente, mamãe e papai, que na chegada da velhice, se aproximaram mais de mim e se deram a oportunidade de ter uma filha.

Às amigas da turma do Mestrado: Lígia Sousa, Heloisa Helena, Adriana Dias, Aurismar Sousa e Idecires Laurindo pela companhia e cooperação nos trabalhos que apresentamos e pela cumplicidade.

Às Profas. do Programa de Pós-Graduação (PPGE) que compartilharam relevantes contribuições, em especial a Profa. Dra. Raimunda Nonata da Silva Machado.

Às amigadas que me acolheram em São Luís e que guardo com carinho: Leandro Albuquerque, Pâmela Maranhão, Mauro de Jesus, Ronaldo Serra e Breno Santana.

À turma do Mestrado em Educação PPGE/UFMA 2022, pelos momentos que compartilhamos.

Ao Mestrado em Educação, que desde 1988, trabalha o protagonismo e a visibilidade de mulheres professoras, oferecendo relevantes contribuições para o debate acadêmico, político e social.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), pelas relevantes contribuições, em especial a Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), especialmente ao Prof. Dr. Magno Martins e a Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales por toda ajuda e parceria.

À ONG Unidos Pelo Vale LGBT (UPV LGBT), pela oportunidade de estar presidenta e por todo aprendizado.

À Prefeitura de Santa Inês e à Câmara das Vereadoras e dos Vereadores de Santa Inês, em especial ao Ex-Vereador Josino Catarino pelo apoio e pela oportunidade de cursar o mestrado.

Ao Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde da Regional Santa Inês (SIRASCS) e à Delegacia Sindical dos Agentes de Saúde de Santa Inês (DESACS) em especial à diretoria da DESACS (2020-2024) Flávia Sousa, Ana Cleide e José Wilson pela parceria.

RESUMO

As narrativas de lésbicas professoras sobre suas vivências e os possíveis enfrentamentos da lesbofobia constituem-se objeto do presente estudo. De forma geral objetiva-se analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão. Sobre os objetivos específicos, destacam-se: reconhecer aspectos sócio-históricos sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres e lesbianidade, a partir da historiografia e dos movimentos sociais; identificar diretrizes legais, utilizados como instrumentos de enfrentamento da lesbofobia e sua efetivação na educação; e analisar narrativas das colaboradoras, destacando-se suas compreensões sobre relações de gênero e sexualidade, bem como as alternativas utilizadas pelas escolas públicas da Região do Vale do Pindaré no enfrentamento da lesbofobia. Buscou-se contextualizar este momento com a ousadia de uma lésbica, que não desassocia sua orientação sexual das práticas docentes, bem como o entendimento dos aspectos relacionados à questão nas histórias de vida de 10 colaboradoras, sendo elas lésbicas e professoras de escolas públicas da Região do Vale do Pindaré. Constatou-se que a maioria delas compreendem que o tratamento das questões de gênero e da sexualidade na formação continuada podem ser alternativas para a abordagem da diversidade no espaço escolar, apesar de enfatizarem sua ausência. Uma parte delas não passou por situações de lesbofobia na escola, embora por vezes sejam assujeitadas a falsa impressão de que está tudo bem diante de sua invisibilidade e da ausência de tais questões no debate nas escolas; não há ações eficazes para proteger o direito à vida das lésbicas, aliada à falta de enfrentamento à lesbofobia, transformando a escola um espaço de exclusão e hostilidade. Considera-se que existe uma longa caminhada a percorrer para a efetivação da promoção dos direitos das lésbicas, e destaca-se a luta contra o sexismo e a lesbofobia, dentre outras formas de exclusão, na garantia de direitos fundamentais para uma vida com dignidade.

Palavras-chave: Lésbicas professoras; Relações de gênero; Lesbofobia no espaço escolar.

ABSTRACT

The lesbian teachers' narratives about their experiences and possible ways of coping with lesbophobia are the subject of this study. The aim is to analyze ways of coping with lesbophobia, within the scope of gender relations, in public schools in the Pindaré Valley Region in the state of Maranhão. The specific objectives include: recognizing socio-historical aspects of affective-sexual relations between women and lesbianism, based on historiography and social movements; identifying legal guidelines used as instruments to confront lesbophobia and their implementation in education; and analyzing the narratives of the collaborators, highlighting their understandings of gender relations and sexuality, as well as the alternatives used by public schools in the Pindaré Valley Region to confront lesbophobia. We sought to contextualize this moment with the boldness of a lesbian, who does not dissociate her sexual orientation from teaching practices, as well as the understanding of the aspects related to the issue in the life stories of 10 collaborators, all of whom are lesbians and teachers at public schools in the Pindaré Valley Region. We found that most of them understand that addressing gender and sexuality issues in continuing education can be alternatives for addressing diversity in the school environment, despite emphasizing their absence. Some of them have not experienced situations of lesbophobia at school, although they are sometimes subjected to the false impression that everything is fine given their invisibility and the absence of such issues in the debate in schools; there are no effective actions to protect the right to life of lesbians, combined with the lack of confrontation of lesbophobia, transforming the school into a space of exclusion and hostility. It is considered that there is a long way to go to effectively promote the rights of lesbians, and the fight against sexism and lesbophobia, among other forms of exclusion, stands out in guaranteeing fundamental rights for a life with dignity.

Keywords: Lesbian teachers; Gender relations; Lesbophobia in the school environment.

LISTA DE SIGLAS

ALEMA	Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
CFM	Conselho Federal de Medicina
CcC	ChanacomChana
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DTED	Diretoria de Tecnologias na Educação
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexual
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GALF	Grupo Ação Lésbica-Feminista
GEMGe	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero
GESEPE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBS	GAYS, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLH	Grupo Libertário Homossexual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais e Intersexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais e mais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexuais e mais

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais/Agêneros, Pansexuais, Não-binárias e mais
LF	Lésbica Feminista
MA	Maranhão
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
ONG	Organização Não Governamental
PcD	Pessoa com Deficiência
PEE/MA	Plano Estadual de Educação do Maranhão
PI	Piauí
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
ProEB	Programa para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFPA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UPV LGBT	Unidos Pelo Vale LGBT
UOL	Universo Online
URE	Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

1 MEMÓRIA DOS LAÇOS EM MINHA CONSTRUÇÃO	12
1. 1 A militância	23
1. 2 O engajamento	26
1. 3 A trajetória	29
1. 4 A inserção do objeto no percurso	30
2 TRILHANDO CAMINHOS	33
2. 1 Algumas escolhas metodológicas e o sentido da temática	38
2. 2 Os encontros com as colaboradoras	42
3 LESBIANIDADE: um pouco de história, conceitos e movimentos sociais	64
3. 1 Safo de Lesbos	65
3. 2 A compreensão de lésbicas nos dicionários	68
3. 3 Lésbicas e o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil	71
3. 4 Vozes do silêncio, corpos resplandecentes	75
4 ENFRENTAMENTO DA LESBOFOBIA: instrumentos e diretrizes legais, para sua efetivação	81
4. 1 Legislação, efetivação e o enfrentamento da lesbofobia	87
5 LÉSBICAS PROFESSORAS NO ESPAÇO ESCOLAR E FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA LESBOFOBIA	95
5. 1 Descoberta da sexualidade	99
5. 2 Relações de gênero e sexualidade no espaço escolar	120
5. 3 Lesbianidade nas escolas do Vale do Pindaré	133
5. 4 Alternativas utilizadas pelas escolas acerca da lesbofobia	146
6 TRILHAS PERCORRIDAS	151
GLOSSÁRIO	156
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	167
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	169
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	172
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA A ENTREVISTA	176

1 MEMÓRIA DOS LAÇOS EM MINHA CONSTRUÇÃO

*“Quando nos libertamos das correntes da
opressão que nos silenciam, ecoamos o som
da nossa voz e expressamos
nossa ousadia” (Eriveth Teixeira, 2024).¹*

Revisitar minha memória e rever os episódios de tentativas de apagamentos das condições subjetivas nas quais me encontrava, é poder compartilhar alguns desses episódios fazendo uso da primeira pessoa, a fim de trazer parte da minha singularidade. Considerando importantes momentos para a construção deste estudo, juntamente com outras histórias, que falam sobre nós, nossos corpos e a reconstrução de nossas identidades, apesar de, serem compreendidas pela sociedade cisheteronormativa² como errada, tensionando uma opressão vivenciada pelo gênero e sexualidade.

O desabrochar de minha sexualidade, aconteceu em uma época longe das tecnologias digitais, principalmente para quem morava em um município da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão em meados do século XX. Era início da década de 1980, época da televisão em preto e branco, considerada raridade e as lésbicas eram vistas como ofensas pelas famílias tradicionais.

Não havia acolhimento para as lésbicas que eram expulsas de suas residências, demitidas do trabalho, perseguidas, espancadas, violentadas e até assassinadas como punições estruturantes de uma cultura patriarcal. Como destaca a lésbica e pesquisadora Dedê Fatumma³ (2023, p. 37) “determinados discursos são justificativos para a cultura da violência contra pessoas LGBTQIAPN+, que sentem no corpo e na psiquê o efeito e o percurso dessas violências”.

¹ Em cada seção haverá uma epígrafe, que foram retiradas de falas minhas como contribuição e aprofundamento do debate em questão.

² Uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade (Matos; Cidade, 2016, p. 134).

³ Por ser uma pesquisa que ressalta a visibilidade da mulher, na primeira vez que for citada uma autora ou um autor o nome virá completo e não apenas será indicado o último sobrenome, seguido de algumas características quando houver a necessidade. Isto porque, conforme defende Camila Ribeiro de Almeida Rezende (2019), “precisamos refletir que os sobrenomes que nos imprimem e exprimem são quase sempre sobrenomes masculinos ou asséptico em relação ao gênero. Lemos muitas teorias imaginando vozes masculinas”.

Quem desafiou essa tortura e esse terror sofreu e sofre por vezes em silêncio, prevalecendo o descaso diante de uma sociedade com atitudes homofóbicas naquela época e LGBTQIAPN+fobia⁴ nos dias atuais. De acordo com o pesquisador e professor Benedito Medrado e demais autoras/es, que compõem a Série Violência de Gênero: “homofobia é a discriminação e a violência contra homossexuais, gays ou lésbicas, baseada na ignorância, ou seja, desconhecimento [...] muitas vezes é internalizada por homossexuais gerando medo, vergonha e/ou baixo estima” (Medrado *et al.*, 2007, p. 12). Bem como, para o pesquisador argentino Daniel Borrillo (2016, p. 34), homofobia pode ser definida como “a hostilidade geral, psicológica e social contra pessoas que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo”.

LGBT, LGBTI, LGBTI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, entre outras, qual sigla usar? Entende-se que não há consensualidade entre os movimentos sociais e a academia em qual sigla usar. Esse debate se utiliza das relações de força e disputa de poder ao nominar ou categorizar as identidades e as orientações sexuais, contudo, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), que aconteceu em 2008, aprovou a sigla que corresponde às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT), sendo publicada em seus Anais (Brasil, 2008). A sigla anterior, por décadas, valorizava os estereótipos machistas e misóginos, centralizando o debate e compartilhando opressões no mesmo movimento.

Na ocasião dessa Conferência as reivindicações das lésbicas feministas apontavam suas insatisfações e reivindicações nos debates “proferidos por homens gays, brancos e de classe média” (Fatumma, 2023, p. 119), pertencentes ao movimento homossexual que ganhava consistência em sua organicidade “gaysolada”. Faço uso desse termo para me referir ao conjunto de gays organizados para pensar sobre suas pautas numa perspectiva maior, que agrupava outras dissidências não contempladas neste primeiro momento de representatividade LGBTQIAPN+.

Enquanto isso, neste texto utilizo a sigla mais atualizada pelos movimentos sociais e que agrupa um maior número de pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais/

⁴ LGBTQIAPN+fobia, sigla guarda-chuva utilizada nos dias atuais e que abarca todas as fobias contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais/ Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais/ Agêneros, Pansexuais, Não-bárias e mais.

Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais/ Agêneros, Pansexuais, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), como meio de valorização das especificidades que cada uma carrega dentre as possibilidades de ampliação do debate em torno das políticas públicas de inclusão social no Brasil.

Entre cochichos e sussurros, essas pessoas tidas no passado com características de inversão da sexualidade, eram motivos de chacotas e comentários depreciativos. O psiquiatra Frank Caprio (1960, p. 13), contribui trazendo o significado do termo invertido, considerado como "uma aberração emocional, uma perturbação de ordem psicológica e não genética e que, portanto, deveria ser tratado por meio de métodos psicológicos". Dessa forma, o medo e a proibição se faziam visíveis, como alude a lésbica, pesquisadora e professora Tania Navarro-Swain (2004, p. 57) "o espaço vivido do lesbianismo se reduz na proporção do medo, da sujeição, da vergonha de ser 'diferente', da repressão implícita e explícita que aponta e nomeia para melhor excluir". Foi neste enquadramento que eu, uma garota de apenas 7 anos, despertava em si o desejo reprimido. Não tinha nome, não tinha forma e não tinha corpo, tinha afeição diferente de tudo que era produzido socialmente para o gênero feminino.

Daí, precisava viver comportamentos e sentimentos diferentes e contrários aos meus anseios. Queria me sentir livre e sem julgamentos por ser quem eu sou, sem precisar seguir as regras de normalidades e diferenciação na vivência de minha sexualidade. Naquela época, eu não conhecia os motivos, mas sentia a repulsa imposta pela hegemonia branca, heterossexual e masculina: a heteronormatividade. Fato que para a lésbica, filósofa e ativista feminista Audre Lorde (2020, p. 57) significa "a crença na superioridade inerente a um padrão de amor, o que implicaria seu direito à dominância", a qual infringia meus sentimentos, assim questionava como eu poderia existir para um sistema que culpava minha existência. Logo, precisava de forças, mesmo trazendo comigo essa culpa que me colocava em um lugar de não pertencimento e, para continuar existindo, mantinha-o em segredo.

Evangélica desde jovem, e já com 21 anos, precisava seguir o que era predestinado a nós mulheres, e me preparei para viver uma relação heterossexual. Hoje fica tão evidente as doutrinas da religião que frequentemente trabalhavam em mim determinismos como: obedecer, servir, procriar e casar. Era evidente os papéis

definidos que caracterizam o gênero feminino, e eu precisaria me adequar, mesmo me ferindo por dentro.

Foi a saída que encontrei para anular qualquer tipo de desconfiança atrelada ao porquê de aos 21 anos de idade, ainda não ter casado, quando minha mãe casou aos 13, minha avó aos 15 e minha irmã mais nova aos 16, cabendo a elas a obediência ao casamento, aos cuidados do lar, marido e sua descendência.

Eu precisava romper com este ciclo que enquadrava as mulheres da minha família como uma única forma de viver o mundo, servindo ao patriarcado e a normalidade de um sistema que foi pensado nos moldes do controle de nossas sexualidades. Mas, fui dominada pelo medo da verdade: revelar-se e revelar-me como lésbica. E como fugitiva da minha verdade, me escondi, mais uma vez, em uma suposta heterossexualidade, na tentativa de me adequar ao padrão de vida que naquela época se apresentava como único.

E foi vivendo uma relação heterossexual que migrei para um pequeno município do Estado do Ceará e por quase 3 anos me adequuei aos papéis destinados à mulher heterossexual, em um período que pregava o ódio para quem tentasse ousar viver a lesbianidade.

O discurso fruto de uma sociedade heteronormativa, proibia minha existência enquanto criança, adolescente e adulta, tanto que somente aos 22 anos e no período gestacional de meu filho, sussurrei pela primeira vez a minha verdade e fui encaminhada imediatamente ao Psicólogo. E mais uma vez trancada em meu silêncio, não conseguia verbalizar a verdade: Sou Lésbica! Ou seja, ser mulher que ama romanticamente outra mulher, desafiou e desafia a lógica hegemônica de uma sociedade patriarcal com imposições predominantemente sexistas. Ser lésbica é ser fugitiva, e eu sou fugitiva da minha própria identidade como mulher.

A violência que silenciava o eco de minha fala, que controlava a expressão viva do meu corpo em curso, se encontrava aliada do sistema dominante. Essa violência, conhecida como lesbofobia, é conceituada pelas lentes da antropóloga e pesquisadora Ángela Alfarache Lorenzo (2010), como uma construção cultural inscrita no campo do estigma. Nesta perspectiva, lesbofobia é mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das mulheres cujo núcleo é o sexismo, que articula o machismo, a misoginia e a homofobia. Essa autora destaca: “inicialmente

considero que la lesbofobia implica una especificidad concreta porque las lesbianas sufren al menos una doble discriminación, opresión y subordinación: por ser mujeres y por ser lesbianas” (p. 127).

A lesbofeminista, pesquisadora e professora Zuleide Paiva da Silva (2016) concorda com Lorenzo, e percebe ainda a lesbofobia pelas lentes da socióloga, pesquisadora e professora Heleieth Saffioti (2004) como um nó que articula patriarcado, capitalismo e racismo. Ainda segundo Silva (2016), essa perspectiva corrobora com o pensamento de Lorenzo (2010), quando disse que a lesbofobia é uma violência estrutural com faces que se alastram, afetando a sociedade, ameaçando, agredindo e matando em função do gênero e da sexualidade não heterossexual. O que caracteriza esta violência não como uma face específica da lesbofobia ou da violência contra a mulher, mas como violência interseccional, nó que articula gênero, sexualidade e raça, fenômeno social, cultural e político que exige uma soma de esforços da sociedade para a sua erradicação.

Essa é a principal questão que mais causa revolta em nós lésbicas, que tivemos a maioria de nossa ascendência estraçalhada, de forma desumana pela lesbofobia, além disso, o ensaio da lésbica professora, feminista e escritora Adrienne Cecile Rich que trabalha uma abordagem na literatura acadêmica feminista, aponta o apagamento das lésbicas nessa escrita. Nesse ensaio, Rich (2010) ressalta que os registros e cartas documentando as realidades da existência lésbica foram destruídos, como meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres.

Além disso, Silva (2016) nos leva a refletir na primeira vez que leu a palavra lesbofobia e imediatamente registrou o termo como ato de crueldade contra lésbicas, “algo que meu corpo não sabia, mas temia, possivelmente acessando uma memória ancestral” (p. 222). Como também, citando o Grupo Gay da Bahia (GGB), ela ressalta que “o termo lesbofobia é mencionado, pela primeira vez, nos boletins do GGB [...], em matéria intitulada ‘Lésbicas assassinadas no Brasil’, que divulga uma lista com nome de 18 lésbicas vítimas de machismo, entre 1971 e 1993” (Silva, 2016, p. 222).

Em meados de 1999 com meu filho de aproximadamente 8 meses de idade e ainda com residência no Estado do Ceará, conheci meu primeiro amor. Aquela que transformaria minha vida, rompendo as fronteiras do conservadorismo e abrindo caminhos para uma nova perspectiva. Meu corpo ardia com as chamas derretendo as “portas do armário”, onde estava guardada por muitos anos e revelava-me

transgressora da “norma”, mas libertava-me do cárcere que me impedia de viver plenamente em recorrência da lesbofobia. Encontramo-nos e nos conectamos no que há de mais sublime em uma relação entre duas pessoas que se amam.

O “armário” é uma metáfora referente ao lugar onde pessoas LGBTQIAPN+ “escondem” a homossexualidade. A crítica e teórica dos estudos de gênero e teoria *queer* Eve Kosofsky Sedgwick (2007), apresenta a “Epistemologia do armário” como sentimento de potência, magnetismo e promessa de autorrevelação das pessoas que ousam romper com as amarras da heterossexualidade como norma compulsória. A expressão “sair do armário”, para nós lésbicas, significa revelar-se como ato de resistência e luta política contra a heterossexualidade.

Quando “pessoas [lésbicas e] gays se assumem em uma sociedade homofóbica, por outro lado, talvez especialmente para [as mães e] os pais ou cônjuges, é com a consciência de um potencial de sério prejuízo [...]” (Sedgwick, 2007, p. 38). Não há conforto (apesar da liberdade) ao revelar-se, há sim, um sentimento de medo que se torna agressivo a nós (que torna nossa liberdade apreensiva), quando vivemos em um país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo e por ser essa cultura dominante uma pertença aos moldes tradicionais. “É provável que ocorra a possibilidade, muitas vezes imaginada com maior intensidade, de que a revelação os mate” (p. 38), uma das consequências de uma sociedade LGBTQIAPN+fóbica.

“Assumir-se”, produzindo sentimentos de pertença, ressignificando um corpo político lésbico que ama e vive, apesar da opressão vivenciada, apresenta-se como possibilidade de liberdade. Escreveu Silva (2016, p. 64) “à medida que a ‘porção lésbica’ crescia no corpo e o cheiro de jasmim da lesbianidade encantava meus sentidos, o armário se tornava pequeno, embora continuasse um lugar seguro”. Em sua obra, Fatumma (2023, p. 36) considera que “sair do armário e sair de mãos dadas com minha namorada na rua, é assumir que o amor fala outras línguas [...] é dizer que a heterossexualidade não se arranja para o manejo e o controle dos meus afetos sociais e sexuais”.

Naquela época, morando em Fortaleza, minha amada jogava futebol feminino profissionalmente. Já eu, que residia em outro município, trabalhava como servidora pública na prefeitura. Não poderíamos viver nosso amor naquele município ainda conservador, e decidimos abandonar nossos trabalhos e o que nos prendia no Ceará, sobre a proteção *in memoriam* de sua mãe, minha melhor amiga. Minha amada, meu

filho e eu fugimos para o Maranhão. Retornei à Santa Inês, com o desejo de proteger minha família, mas foi ingenuidade da minha parte acreditar que isso seria possível.

Quando a conheci no Ceará, na década de 1990, os acontecimentos se tornaram um marco histórico de conquistas para a população LGBTQIAPN+. O homossexualismo⁵ (como era conhecido) estava sendo retirado da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10). Sim, existimos e não precisaríamos ser diagnosticadas/os por profissionais da saúde para comprovar o que nunca existiu, quando tentavam nos associar a uma patologia, que se manifestava como prática para desumanizar a homossexualidade.

Apesar de ser um assunto que repercutiu nacionalmente, havia pouco conhecimento, especialmente nos municípios mais distantes das capitais. Era um acontecimento que eu desconhecia naquela época, e a heteronormatividade parecia ter poder de julgar e colocar anos de nossas vidas aprisionados no “armário” que para muitos se tornava também um refúgio.

As tentativas anteriores à cura de uma suposta doença, produto de uma sociedade heterossexual, com seus diversos tipos de torturas: lobotomia, eletrochoque, lavagem cerebral, internação psiquiátrica, sessão de exorcismo, entre outras formas de violência contra esses corpos, fez com que prevalecessem ainda os resquícios dessa tentativa de cura, por não aceitar outra forma de se relacionar afetivamente. Minha família interveio no nosso relacionamento, imperando o desejo dessa cultura originária de curar a doença, expulsar o mal e resgatar-me do pecado. A homossexualidade não era bem-vinda, acirrando o preconceito sobre nossos direitos.

Os acontecimentos no município de Santa Inês não foram receptivos a essa união. Separamo-nos e ela retornou ao Ceará, sendo minha mãe a principal responsável por essa separação. De acordo com Sedgwick (2007, p. 39) “[...] uma mãe diz que a revelação de [sua filha adulta e] seu filho adulto para ela a mergulhou, por sua vez, no armário em sua comunidade conservadora”. Para as mães, também não é fácil aceitar que sua filha ou seu filho seja diferente de tudo aquilo que lhes ensinaram como verdade, desconhecem o que seja e não sabem o que fazer para

⁵ A homossexualidade e a pessoa homossexual são categorizadas no século XIX, é que antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia, sendo essa uma atividade indesejável e pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir (Silva, 2012).

apreender o diferente, pois o diferente segundo o que aprendera é o errado, que pode causar a morte de sua prole, por outro lado a vergonha dos comentários vexatórios e dos preconceitos.

Minha família, que só conhecia as condições objetivas das quais viviam como pessoas obedientes às normas e ao sistema patriarcal e religioso, só viviam uma única verdade baseada nas ciências biológicas. Souberam educar direitinho sua filha com base no binarismo e obedecendo os papéis que eram direcionados para cada gênero. Naquela época, só sabiam de uma verdade que não era a verdade de sua filha lésbica, não aceita nesse mundo, e apoiar o “errado” estaria errando e vivendo em pecado, de acordo com os ensinamentos religiosos.

Imagina só para uma mãe conhecer a verdadeira essência de sua filha, contrapondo a única verdade que lhe foi ensinada, descobrir que a orientação sexual dessa filha é comparada ao pecado, doença, invertida e não humana, que a filha não era para existir, nesse contexto de lesbofobia e que corre o risco de ser sacrificada para punir severamente a lesbianidade. Também não foi fácil e continua não sendo fácil para familiares seu convívio no País que prega sobre essas vivências o pecado e as fazem vítimas para atrocidades heteronormativas.

A maior dose de atitudes preconceituosas por um tempo planejou acabar com minha vida, a solidude passou a ser minha companhia e o “armário” o refúgio esperado. Para Fatumma o “armário se configurou, por um tempo, como espaço de aprisionamento, definido como uma ‘morte em vida’” (2023, p. 32). Sozinha e sem poder falar de um assunto que não era para ser falado, de uma vida que não era para ser vivida, de uma dor que não era para ser sentida, de uma voz que não era para ser ouvida e de uma história que não era para ser escrita, ousei escrever como refúgio para a minha alma a ponto de implodir.

SEM CORPO E SEM ESPÍRITO

*Estou presa no infinito, flutuando no ar.
Sem corpo e sem espírito; E sem lugar para chegar.
O corpo também flutua no ar, o espírito a pairar.
Percorrendo o passado e o presente, até uma resposta encontrar.
[...]
Se o espírito encontrar a resposta, o tempo irá lhe premiar.*

*Dando-lhe um corpo, para juntos andar.
 O corpo com o espírito, vão juntos andar.
 No passado e no presente, até me encontrar.
 [...]
 Será que vão ser felizes, se me encontrarem?
 Porque o corpo e com o espírito, vão me encarnar.
 Daí por diante terei uma identidade.
 Me chamarei Eriveth, uma mulher de verdade.
 [...]
 Adormecida por muito tempo, até o corpo e o espírito me encontrarem.
 Tentarei fazer o melhor para não decepcionar.
 Essa ótima oportunidade que acabou de chegar.
 Não me contendo de felicidade irei correr, cantar, sorrir e dançar.
 [...]*

(Eriveth Teixeira, 2002)⁶.

No mesmo período da elaboração do poema, início do século XXI, continuava a insegurança por não conseguir revelar-me por completo, apesar de ter vivenciado uma relação lésbica afetiva, ou seja, lesboafetiva, estava impedida de continuar pela lesbofobia institucionalizada, como violência aos corpos que insistem em desafiar a heterossexualidade compulsória, era para o “armário” que eu retornava no final do dia e que me refugiava. Assim, iniciei minha formação docente no Curso do Magistério e no último ano, época do estágio na sala de aula da 1ª série (hoje, 2º ano) do Ensino Fundamental, quando ocorreram duas situações que me causaram muita dor:

- A primeira delas foi quando a professora titular surpreendeu duas garotas da turma trocando carícias no banheiro. Suas mães foram chamadas na escola e decidiram que iriam mantê-las separadas na sala de aula até o término do ano letivo. Fato que causou sofrimento triplo: duas crianças e amigas, que não poderiam mais estarem juntas; a mim por não poder fazer nada para ajudá-las, diante daquela violência; e meu silêncio diante dos fatos.
- A segunda aconteceu próximo ao término desse mesmo ano letivo, quando a mesma professora cometeu agressão, injúria racial e homofobia (termo usado naquela época) contra um garoto indefeso, mas que teve em sua mãe uma “gigante” e não deixou o ocorrido passar despercebido. Eu, além de estar inserida naquele contexto homofóbico e racista por parte da professora que

⁶ RUÍDO Manifesto. **Dois poemas de Eriveth Teixeira**. [2022]. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/doi-poemas-de-eriveth-teixeira/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

julgava a criança por ser afeminada e negra, também me encontrava amordaçada. Tanto que não tive outra reação além de me abster de recolher marcada pela dor. Estava recente minha “saída do armário”, mas não era assumida na escola, havia rumores sobre, por isso a neutralidade para dialogar sobre o assunto e ainda reinava sobre mim a insegurança, tinha “vergonha”, medo do preconceito, da lesbofobia e receio por ser demitida.

Aos 28 anos, quando trabalhava com estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e na Educação Infantil, já vivia uma relação lesboafetiva com uma professora também da Educação Infantil, e a partir de então, assumimos essa relação publicamente, pois estávamos decididas a lutar para garantir essa união, mesmo vivendo em um mundo patriarcal e machista. Pior era voltar para o “armário”, lugar escuro, solitário, que guarda poeiras e vidas LGBTQIAPN+ vazias, inseguras e amedrontadas diante de um cenário com comportamentos LGBTQIAPN+fóbicos.

Porém, diante do medo que sentia, continuava escondendo minha orientação sexual no local de trabalho, mesmo quando a namorada na época ia para a porta da escola me aguardar na saída, era sempre a prima, a amiga ou até mesmo a cunhada diante das indagações, mas nunca a namorada. Estudos de Camila Bonin Lieb Gott baseados nas entrevistas que realizara com as docentes lésbicas, a fez pensar que “o medo caracteriza o ofício quando se está fora da norma e, principalmente, que a escola é uma instituição que ainda fomenta e reproduz a lesbofobia” (2020, p. 27). É no âmbito escolar que a (re)produção da violência contra nossos corpos ainda acontece, reforçada como forma de mecanismo de poder.

Enquanto não adquirisse uma identidade política lésbica que pudesse ressignificar minha subjetividade, o medo era meu aliado e o “armário” meu refúgio. Faz parte desse imaginário a compreensão de que o “armário” é uma prisão e produz um estado de opressão vivenciado por pessoas não heterossexuais, até que elas consigam condições para se libertarem e “sair do armário”. Mesmo assumindo minha orientação sexual, continuava sobre a sombra do invisível ao vivenciar uma relação que não era para existir. Saía do armário, mas continuava voltando para ele.

Lembro-me ainda do meu processo de objetificação, quando eu deveria ser bem feminina para não chamar à atenção. Eu me sentia como se não me encaixasse nos padrões direcionados às mulheres, independente da minha orientação sexual eu queria ser livre para vestir, brincar e me comportar da forma que melhor me

identificava. Mas precisei aprender a ser e me comportar como mandava a etiqueta do feminino.

Temia o desemprego, o abandono e a lesbofobia, considerando meu corpo desprezível naquele contexto. Não me sentia pertencente àquele lugar de docência, e estava lá mais pela subsistência. A escola era um lugar propício para atuar e performar a heteronormatividade e não tinha como ser feliz por completo naquele lugar, quando era dominada pelo medo.

Em outro momento de docência, já graduada em Pedagogia, com especialização e a orientação sexual assumida, me deparei com a lesbofobia, quando estudantes de uma turma de Pós-Graduação tentaram impedir que eu exercesse meu direito de dar aula. Naquela turma, passei a conviver com olhares que desprezavam, com presenças que se afastavam, e com desejos que sucumbiam à minha permanência. Meus passos eram vigiados e desejos atentos aguardavam pelo meu declínio, o que nunca aconteceu. Zuleide Paiva da Silva (2023, p. 68), afirma que se tornou “professora lésbica feminista em exercício, quando reconheceu sua lesbianidade como potência de vida”. Assim como a autora, e de forma transformadora e com potência, fui capaz de enfrentar a lesbofobia e garantir o respeito, em uma época com pouca efetivação das políticas sobre diversidade nas escolas.

Até aquele momento eu não transitava pelos estudos sobre diversidade, gênero e sexualidade, pois não faziam parte das discussões acadêmicas à época, e não sabia que seria possível estudar, ler, pesquisar e refletir sobre assuntos relacionados à orientação sexual, bem como apresentar proposições para efetivação de agenda política pautada nas vivências LGBTQIAPN+ no âmbito educacional. Foi quando, no ano de 2019, participei da 15ª Semana do Orgulho de Ser: “Rexistirmos: a que será que se destina”, em Teresina/PI. Uma semana de debates promovida por grupos de estudos, pesquisadoras/es sobre gênero, sexualidade e diversidade da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e convidadas/os.

Saí do evento desejando trabalhar com assuntos voltados à população LGBTQIAPN+ de uma forma geral, por não ter intrepidez até aquele momento de exprimir meu desejo de trabalhar com a lesbianidade. Somente depois, apresentada por uma amiga, tive a oportunidade de conhecer e me tornar membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quando se abriu um leque

de possibilidades, que contribuiu para continuar avançando nos estudos sob a temática nas escolas. Com essas vivências tornou-se possível estabelecer laços, ou seja, vínculos com o meu modo de ser, dando um significado diferenciado e com a militância ressignificando minha consciência lésbica feminista na luta por direitos.

1. 1 A militância

No processo da consciência de minha identidade que se constituía em corpo político de lésbica, não posso esquecer dos grandes avanços em minha construção subjetiva como ser político em sociedade. A militância abriu passagem em minha vida, iniciando uma luta contra a opressão de gênero e a discriminação sexual.

Para Silva (2016) que dialoga com o pesquisador brasileiro Emerson Elias Merhy (2004, p. 23) a situação do sujeito implicado com a ação protagônica não promete, *a priori*, a produção do conhecimento, garante a ação, a construção intencional. “Que dá sentido ao agir em determinados campos da atividade humana [...]. Nesse tipo de processo a implicação é estruturante do processo, coloca-se sob análise a si mesmo em ação e intenção”. Desde essa perspectiva metodológica, para Silva (2016, p. 135):

A pessoa imbricada que se pretende epistêmica tem o desafio de se interrogar e, ao mesmo tempo, produzir o fenômeno analisado. Para tanto, ainda de acordo com Merhy, faz-se necessária a produção de ferramentas disparadoras de situações autoanalíticas.

Em contribuições Silva (2016) sugere que a consciência lésbica emerge a partir da militância, e apresenta como conceito de consciência lésbica uma ideia fundamental nos estudos sobre identidade e experiência lésbica. Ele se refere à consciência e a compreensão profunda de uma mulher sobre sua própria identidade, bem como, sobre as questões sociais, políticas e culturais que afetam as mulheres que amam outras mulheres. As escritoras lésbicas feministas Sidney Abbott e Barbara Love (1973), que foram duas ativistas e desempenharam papéis significativos na promoção da consciência lésbica e na luta pelos direitos das lésbicas nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970. Juntas, elas escreveram o livro "*Sappho Was a Right-On Woman: A Liberated View of Lesbianism*"⁷, publicado em 1972.

⁷ Tradução minha: Safo era uma mulher correta: uma visão libertada do lesbianismo.

Nesse livro, as autoras discutiram abertamente sobre a experiência lésbica e exploraram questões como a opressão heterossexual, a luta contra o sexismo e a homofobia, a identidade sexual e a libertação sexual. Elas ajudaram a articular e difundir a ideia de consciência lésbica, encorajando as mulheres a abraçarem suas identidades e a se unirem em solidariedade política.

A consciência lésbica não se limita apenas à aceitação individual da própria orientação sexual, mas também implica uma compreensão autoanalítica, e da forma como a opressão de gênero e a discriminação sexual afetam as vidas das mulheres que amam outras mulheres.

Abbott e Love (1973) contribuíram para essa conscientização, incentivando as lésbicas a se organizarem, a se tornarem ativas nas lutas pelos direitos e a defenderem suas próprias experiências e identidades. Seu trabalho teve um impacto duradouro no movimento pelos direitos das lésbicas e na promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual.

Lembro-me de momentos que eram para serem simples, ao contrário, foram recheados de comentários depreciativos e preconceituosos, quando cortava o cabelo, e cortei curto pela primeira vez em 1998, naquele momento de mudanças, o discurso era: *“cabelo curto é para homens e não para mulheres”*. Quando cortei o cabelo curto pela segunda vez em 2003, costumava ser constrangida com questionamentos do tipo: *“para que esse cabelo curto? Quer ser homem? É o macho da relação? A mulher de cabelo curto é feia, pois parece um homem”*.

Em 2019, cortei o cabelo curto novamente e até os dias de hoje em 2025, continuo ouvindo comentários preconceituosos referentes ao meu corte de cabelo. Um simples corte de cabelo continua sendo motivo para a violência de gênero se manifestar como práticas discriminatórias contra nossas vidas, reforçando o uso da lesbofobia como forma de anular nossa consciência lésbica.

Comecei a militar no momento que despertei contra a opressão de gênero, por me compreender como mulher de direitos oprimidos, que precisavam ser valorizados e visibilizados, portanto, assumi minha orientação sexual e passei a não me importar com o que falavam, mesmo quando a parede da casa em que morava e vivia uma relação lesboafetiva com uma professora já mencionada anteriormente, amanhecia por várias vezes pichada com o nome “Sapatonas”.

No instante em que tive a consciência de que precisaria me assumir, para me sentir livre, deixei de ter vergonha e passei a me aceitar como eu realmente sou, pois, foi um longo processo, primeiro com a renúncia de si, para depois com o despertar de si.

A militância foi ganhando forma política em minha vida, após ser eleita presidenta da Organização da Sociedade Civil Unidos Pelo Vale LGBT (OSC UPV LGBT). Organização pioneira na Região do Vale do Pindaré, que deu início aos trabalhos em meio a pandemia em 2019, coordenando as atividades das equipes de organização dos eventos realizados pela OSC UPV LGBT.

Promovemos eventos sobre a promoção dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+ do Vale do Pindaré, pelo exercício da democracia brasileira e o enfrentamento da LGBTQIAPN+fobia, conforme a descrição no quadro seguinte.

Quadro 1 – Eventos Realizados – UPV LGBT (2020 – 2024)

ANO	NOME DO EVENTO	TÍTULO DO EVENTO
2020	I Semana do Orgulho LGBT+	A violência contra pessoa LGBT+ em tempos de pandemia e comportamento político neofascista
2020	Iº Seminário sobre Visibilidade Lésbica do Vale do Pindaré	Corpo, território e política: vivências e resistências
2020	Iº Seminário sobre Visibilidade Bissexual do Vale do Pindaré	Celebrando o amor e a história de lutas das pessoas bissexuais
2020	<i>Webconferência</i>	Saúde mental da população LGBTI+
2021	II Semana do Orgulho LGBTI+ do Vale do Pindaré	Corporalidades, narrativas e subjetividades de reXistir
2022	III Semana do Orgulho LGBTI+ do Vale do Pindaré	Promoção da cidadania e dos direitos humanos LGBTI+
2023	IV Semana do Orgulho LGBTQIAPN+ do Vale do Pindaré	O processo de retomada de debate sobre os direitos LGBTQIAPN+ para o exercício da democracia brasileira
2024	V Semana do Orgulho LGBTQIAPN+ do Vale do Pindaré	Direitos humanos, democracia e formas de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas

Fonte: Organizado pela autora, a partir de informações dos arquivos da OSC UPV LGBT, 2024.⁸

⁸ UPV LGBT. *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/upvlgbt?igsh=MWNvcjg1bTViZDJ1cw==>. Acesso em: 08 de nov. 2024

Nosso engajamento era comprometido com a defesa dos direitos humanos e a cidadania das pessoas LGBTQIAPN+. A promoção do debate sobre a inclusão da diversidade era notória. Nessa perspectiva, permaneceu contínuo a realização da semana do orgulho, como mostra o Quadro 1. Foi mantido o uso da sigla LGBTQIAPN+, por representar um maior número de identidades de gêneros e orientações sexuais dessa população, e por compreender a importância que seria debater a inclusão e a promoção da cidadania da nossa população. A Semana do Orgulho acontece uma vez a cada ano, em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, comemorado no dia 28 de junho.

Exceto no Iº Seminário sobre Visibilidade Lésbica do Vale do Pindaré, que promoveu o tema específico do estudo em questão. O evento faz menção ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, celebrado anualmente no Brasil dia 29 de agosto. A ativista lésbica Míriam Martinho (2022) historicizando os acontecimentos desta data em sua pesquisa informam que este originou-se nas discussões no Iº Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), ocorrido em 29 de agosto de 1996. A data em questão é importante para fortalecer a luta e promover o debate na garantia de direitos das lésbicas brasileiras.

A programação do Iº Seminário sobre Visibilidade Lésbica do Vale do Pindaré, fez parte da Agenda Nacional de Eventos dos Movimentos Sociais, em que as OSCs lésbicas e LGBTQIAPN+ do Brasil que comemorariam o Dia da Visibilidade Lésbica se organizaram para uma programação Nacional e criaram uma agenda unificada de luta pela visibilidade lésbica. No mesmo período, o evento promovido pela OSC UPV LGBT, foi objeto de estudo da pesquisadora Daniela Alvares Beskow (2021), que demonstrou os resultados do “Mapeamento das atividades e eventos remotos da Visibilidade Lésbica do mês de agosto de 2020 no Brasil”.

1. 2 O engajamento

O engajamento no ativismo cresceu ao ponto de esta pesquisadora ser convidada para proferir palestras, que tiveram os títulos: Visibilidade lésbica, história e resistência; Vivências, escritas e percepções de uma mulher lésbica; Visibilidade lésbica no Maranhão; A (in)visibilidade de professoras lésbicas no ambiente escolar; Corporalidades, narrativas e subjetividades de reXistir. Uma realidade que persiste

entre mulheres e populações LGBTQIAPN+, entre outras. Minha percepção foi afunilando as discussões, até chegar próximo ao meu objeto de estudo e desejar expandir o diálogo sobre lesbianidade e lesbofobia no meu campo de atuação.

O ativismo e a trajetória acadêmica se tornaram importantes ferramentas para a reconstrução de minha identidade no campo político e na luta pela democracia. Ajudou-me também a visibilizar as lésbicas no contexto escolar quando ingressei como estudante pesquisadora no Projeto Piloto de Iniciação Científica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), polo de Santa Inês e da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), aprovado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFMA) nº. 1.935, de 9 de outubro de 2019.

Na elaboração final do Projeto de pesquisa, trabalhei o título: “(In)visibilidade de professoras lésbicas de escolas públicas municipais de Santa Inês”. O Projeto foi apresentado e aprovado no Seminário de Formação Científica da UFMA. O feito me encorajou a continuar pesquisando e, posteriormente, com as produções, agregar e disseminar conhecimentos sobre a lesbianidade e suas interseccionalidades.

Compreendendo como um tema pouco pesquisado na área de educação, iniciei minha busca por materiais que me auxiliassem a apreender o referencial teórico com produções acadêmicas acerca da questão trabalhada, e fiz parte de alguns eventos. Assim o primeiro idealizado por mim e promovido pela OSC UPV LGBT de Santa Inês, foi o Iº Seminário sobre Visibilidade Lésbica do Vale do Pindaré, com o tema: “Corpo, território e política: vivências e resistências”.

A programação de caráter interdisciplinar, contemplou questões políticas de diferentes campos do conhecimento, como ilustra na figura a seguir.

Figura 1 – Programação do 1º Seminário sobre Visibilidade Lésbica



1º SEMINÁRIO SOBRE VISIBILIDADE LÉSBICA DO VALE DO PINDARÉ
CORPO, TERRITÓRIO E POLÍTICA: vivências e resistências

PROGRAMAÇÃO

1	11/08	15 h	MESA DE ABERTURA	Eriveth Teixeira e Esteffany Rodrigues
2	11/08	18 h	UNIVERSO DOS FILMES E SÉRIES LÉSBICAS	Apresentadora Vicky Fechine
3	11/08	20 h	A INVISIBILIDADE DA LITERATURA COM TEMÁTICA LÉSBICA NO MERCADO EDITORIAL E NAS BIBLIOTECAS	Bibliotecária Thais Rodrigues
4	12/08	15 h	VIVÊNCIAS, ESCRITAS E PERCEPÇÕES DE UMA MULHER LÉSBICA	Professora Eriveth Teixeira
5	12/08	18 h	ONDE ESTÃO AS NOSSAS? APAGAMENTO LÉSBICO NA HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DA MEMÓRIA LÉSBICA	Pesquisadora Larissa Andrade
6	12/08	20 h	VISIBILIDADE LÉSBICA NA LITERATURA: diálogo com a escritora Gabriela Soutello CONVIDADA PARA O DIÁLOGO	Escritora Gabriela Soutello e Escritora Nay Rosário
7	13/08	15 h	CURA AFETIVA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	DJ Nanny Ribeiro
8	13/08	20 h	ENTRE A CRUZ E O ARCO-ÍRIS, O DIFÍCIL PARADIGMA DE SER UMA MULHER PRETA, LÉSBICA E CATÓLICA	Psicopedagoga Bárbara Meireles
9	14/08	15 h	SOBRE CONHECER-SE: representatividade lésbica na literatura contemporânea	Escritora Dia Nobre
10	14/08	18 h	FORMAS DE PREVENÇÃO CONTRA IST PARA MULHERES LÉSBICAS	Enfermeira Iza Silva
11	14/08	20h	MATERNIDADE LÉSBICA	Escritora Marcela Tiboni
12	15/08	15 h	LÉSBICA, SIMPLES ASSIM	Militante Celise Azevedo
13	15/08	18 h	SORTEIO DE LIVROS	Comissão Organizadora
14	15/08	19h	OFICINA DE AUTOPRAZER	Pedagoga Eli Flor
15	15/08	20h	MESA DE ENCERRAMENTO	Magda Guedelha e Iza Silva

Fonte: Arquivos da OSC UPV LGBT, 2023.

No evento participaram diversas lésbicas que conseguiram trabalhar o discurso antissexista e antiopressor, além da partilha de suas histórias de vida, demonstrando sua inserção nos variados campos de atuação. Registros que contribuíram para o olhar de lésbica como pessoa resistente e política de afirmação e legitimação dos direitos sobre seus corpos excluídos, que lutaram e lutam diariamente e incansavelmente por visibilidade, cidadania e sobrevivência.

A formação continuada se fazia necessário e participei dos cursos: Dialogando sobre feminismo lésbicas e suas interseccionalidades; Imprensa lésbica no Brasil pós-1990: das ONGs à contemporaneidade; Feminário: educação e lesbianidades; Lesbofobia e racismo: construindo redes de solidariedade; As lésbicas e o protagonismo juvenil; Lesbianidade e interseccionalidade: diálogos inseparáveis;

Além do curso de extensão, oferecido pela UFSC/UFPI/NED/LAPEE: Mulheres que ama mulheres: subjetividade, interseccionalidade e política. Fomos capazes de pensar juntas e fortalecer nossa rede de apoio, o que me deu ainda mais incentivo para propor a temática trabalhada no mestrado em educação.

Minha trajetória foi se delineando até chegar no momento de aprofundar o conhecimento sobre a temática que fez e continua fazendo parte da minha história de vida. Desse modo, a pesquisa sobre as políticas de diversidade com recorte para lesbianidade me fez refletir sobre as relações de gênero no âmbito escolar. Nesse sentido, contribuições de lésbicas escritoras e feministas e todo arcabouço teórico e metodológico se constituíram em resistência e atuação de enfrentamento à lesbofobia.

As condições subjetivas interpeladas pelo resgate da minha memória, a militância e o engajamento conseguem reconhecimentos diferentes daqueles momentos, quando iniciava minha caminhada no magistério, uma jovem amedrontada ainda presa no “armário” portando vários traumas que não imaginava ser capaz de superá-los. Entretanto a questão se impõe e procurei situá-la, dando destaque às vivências lésbicas se sobressaindo das vozes subalternizadas.

1. 3 A trajetória

Nesse sentido, discussões são necessárias no âmbito político, especificamente na educação, no tocante, às professoras, com recorte especial para as lésbicas, (re)construo esses momentos a partir das falas como forma de contribuições para o fortalecimento de nossas lutas e histórias, respeitando as que vieram antes e lutaram para que hoje estivéssemos erguidas. Visibilizar essas mulheres que carregam consigo, a vida de uma lésbica, suas vivências, suas narrativas, suas experiências, suas dores, seus amores, seus trabalhos, suas desobediências e suas ousadias por desafiar a cultura dominante sobre o lugar de opressão, ressignificando uma identidade política lésbica feminista.

Parte dessa ressignificação se encontra ancorada aos direitos específicos dessas professoras através da escrita, ora presente nesse trabalho de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Por décadas tentaram anular as vidas de muitas pessoas, justificando essas atrocidades através de questões de saúde pública, pois a homossexualidade era vista como patologia criada para reforçar o desajuste causado por essa população. Por isso é fundamental as produções de conhecimentos em torno das lésbicas. Ressaltar a escrita dessas histórias compõem os atravessamentos da identidade política enquanto professoras. Ou seja, constituo esse momento como lésbica cuja escrita não se dissocia de sua identidade. Silva (2023, p. 98), contribui afirmando que “é impossível me pensar como professora sem me pensar como lésbica”. A escrita da autora vai ao encontro desta pesquisa, quando colabora com as vivências de lésbicas associadas às práticas docentes.

Percebo que ser lésbica, assumir ser lésbica em um país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo, é um ato de coragem que às vezes pode custar a própria vida. No entanto, há o adoecimento que emerge como efeito do silenciamento e do ato de se esconder por medo. Como afirma, Lorde (2020) o que mais lhe trouxe arrependimentos foram seus silêncios. O silêncio viola nossa existência. Dessa forma, entendo que o momento atual é para ousar e contribuir para que nossas vozes transbordem.

1. 4 A inserção do objeto no percurso

A inserção do objeto deste estudo face a identidade política de lésbica e o enfrentamento da violação de seus direitos, suscitou o problema da pesquisa: Como as lésbicas professoras no âmbito das relações de gênero, enfrentam questões voltadas à lesbofobia em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão? Além dessa questão, que mapeia as práticas lesbofóbicas no cotidiano da escola, outras questões norteadoras emergem, e serão respondidas no decorrer do processo de pesquisa, das quais se destacam:

- Quais são os aspectos sócio-históricos relacionados à lesbianidade e à lesbofobia?
- De que forma são tratadas questões relacionadas à lesbianidade e a lesbofobia nos movimentos sociais?
- Que instrumentos, como diretrizes legais, atuam no enfrentamento de práticas lesbofóbicas e qual a forma da sua efetivação?

- Quais compreensões possuem as lésbicas, colaboradoras da pesquisa, sobre relações de gênero e sexualidade?
- Como as escolas públicas da Região do Vale do Pindaré têm desenvolvido alternativas de enfrentamento à lesbofobia em seus espaços?

Estes questionamentos foram ao encontro da linha de pesquisa Diversidade, Cultura e Inclusão Social, onde se insere desde 2002, através do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), que tem como eixo investigativo as Mulheres Professoras e Relação de Gênero. As discussões promovidas durante a pesquisa contribuíram para a reflexão e a construção de instrumentos, possibilitando refletir sobre os direitos das lésbicas. Assim, destaco como **objetivo geral** analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão. E, para tal, os seguintes objetivos específicos:

- Reconhecer aspectos sócio-históricos sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres e lesbianidade, a partir da etimologia, da historiografia e dos movimentos sociais;
- Identificar as leis e diretrizes legais, utilizadas como instrumentos de enfrentamento da lesbofobia e sua efetivação;
- Analisar as narrativas das colaboradoras, com compreensões sobre relações de gênero e sexualidade e as alternativas utilizadas pelas escolas públicas da Região do Vale do Pindaré, e as formas de enfrentamento da lesbofobia.

No desenvolvimento da pesquisa e sua organização nas seções desta dissertação, relato fragmentos de minha memória na introdução, passando pela militância, o engajamento; na sequência apresento a inserção do objeto de pesquisa a fim de nortear o percurso desse estudo. Na segunda seção trabalho a abordagem teórico-metodológica e o sentido da temática. Ainda nesta seção, apresento os encontros com as colaboradoras e faço a apresentação de cada uma com suas características. Destaco ainda o tipo de pesquisa, o uso da história oral, história de vida e por fim, faço a análise do discurso e da interpretação dos não ditos, subtendidos nos gestos, silêncios e comportamentos das colaboradoras.

Na terceira seção, discuto os aspectos sócio-históricos da lesbianidade, destacando-se o que se mostrou necessário, justamente para trazer a compreensão

da etimologia e da historiografia com seu surgimento, que se deu na Grécia Antiga, a partir da poeta Safo, que viveu em Lesbos, ressignificando o papel da mulher como a primeira ativista, lésbica e professora da história. Ela desafiou a cultura heterossexual de predominância masculina e de opressão sexista ao gênero, bem como o significado da categoria lésbica segundo os dicionários; como atuação do primeiro movimento social no Brasil, a invisibilidade lésbica; além da criação de um grupo com estas representatividades.

A quarta seção aborda como instrumentos, as diretrizes legais e como ocorre a efetivação nessas legislações, que atuam na defesa dos direitos, inclusão social e no enfrentamento da lesbofobia.

Já de posse das entrevistas, a quinta seção analisa as falas das colaboradoras passando pela descoberta da sexualidade, das relações de gênero e sexualidade no espaço escolar, bem como a lesbianidade nas escolas do Vale do Pindaré, levando em consideração as alternativas utilizadas no enfrentamento da lesbofobia.

Nestas seções a dissertação contém o viés da autoidentificação das narrativas e histórias de vida de lésbicas professoras, destacando-se tais mulheres, tanto no singular, quanto na construção de suas histórias de forma coletiva, por sermos e estarmos vivenciando a lesbianidade e à docência como duas categorias que nos atravessam, ser mulher e lésbica. A pesquisa tem como pretensão responder o que se deseja com os objetivos propostos, os quais suscitaram o caminho percorrido.

2 TRILHANDO CAMINHOS

“Hoje falo da minha história de vida que foi resgatada” (Eriveth Teixeira, 2024).

Procurando dialogar com as referências pertencentes à temática, percorri caminhos para agregá-las ao estudo, apesar de ser um tema pouco explorado na área de pesquisas em educação. Outro caminho percorrido me guiou até as entrevistas com professoras de escolas da rede pública da Região do Vale do Pindaré, a qual demarco geograficamente para ampliar a possibilidade da pluralidade de vozes declaradas lésbicas, colaboradoras e o compartilhar de suas histórias de vida.

Os caminhos percorridos mostram por onde o estudo foi me guiando, sem a pretensão de esgotar o debate em questão, mas com a intenção de contribuir, principalmente, com o debate de ideias para efetivação de políticas públicas de inclusão na educação. Essa trilha percorre caminhos com seriedade e fidelidade de uma pesquisa científica, mas também o prazer por caminhar com leveza, desbravar sentimentos e produzir conhecimentos.

Sinto-me confortável com as contribuições da antropóloga Mirian Goldenberg (2004, p. 15), autora da obra: “A Arte de Pesquisar”. Segundo a autora, “esta obra é, na verdade, um difícil (e espero prazeroso) desafio: um exercício para aprender a pensar cientificamente, com criatividade, organização, clareza e, acima de tudo, sabor”. É com essa clareza e com esse sabor que os desafios se tornam prazerosos, quando decidi trilhar o caminho da narrativa de lésbicas professoras e do enfrentamento da lesbofobia no espaço escolar.

Como contribuição, o pesquisador Cleber Prodanov (2013) se manifesta dizendo que diferentes estudos se manifestam em relação à escrita feminina e se fez necessário revisar a literatura dessas autoras para uma melhor apreciação das discussões e atualização no campo de conhecimento em investigação. Nesse sentido a teórica portuguesa Grada Kilomba (2019) considera que escrever é um “ato de violação”; a lésbica Dedê Fatumma (2023) afirma que escreve com “raiva” e a intelectual norte-americana Glória Anzaldúa (2000) fala que escreverei sobre o “não dito”. A escrita dessas autoras traz a dor e a denúncia, quando eram subjugadas e condenadas por resistirem à opressão sobre o gênero e por serem fugitivas de sua própria espécie. Como disse Anzaldúa (2005, p. 707) “[...] (uma lésbica não tem raça,

meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças) [...]”.

Rich (2010, p. 19) menciona as feministas que andavam sobre domínio da heterossexualidade compulsória: “eu queria, sobretudo, que as feministas passassem a achar mais problemático ler, escrever e ensinar, a partir de uma perspectiva não examinada de heterocentricidade”. E ao avançarem na escrita com a heterossexualidade, distanciaram-se das lésbicas apagadas na literatura feminista heterocentrada.

Para a lésbica contemporânea, escritora e pesquisadora Natalia Borges Polesso (2020, p. 11) “lésbicas são compostas de rebeldia. É com esta rebeldia que escrevo, escrevo com meu corpo inteiro, e com ele, escrevo com seus gestos e ações”. Como destaca a autora: “Minhas mãos são lésbicas, minha cabeça é de mulher lésbica, meus olhos, quando olham pela janela, são olhos de uma mulher lésbica, meus pés, quando percorrem espaços, levam um corpo lésbico [...]” (p. 11).

É com o mesmo sentimento dessas autoras que escrevo e transgredindo a heterossexualidade compulsória que ousamos, e ousa em trazer para a escrita o termo lésbica antecedendo o nome professora, como potência de representatividade e protagonismo para identidade lesbofeminista dessas mulheres, que atuam na docência e cuja orientação sexual não é dissociada da prática docente, “é impossível me pensar como professora sem me pensar como lésbica [...]” (Silva, 2023, p. 89). Tão pouco dissociada de sua prática docente, mesmo que seja em “espaços em que o silêncio impera frente à problematização da [população LGBTQIAPN+] homossexualidade, e de outros assuntos ligados a gênero e sexualidade, o lugar de opressão, preconceito e discriminação se configura” (Almeida, 2021, p. 123).

Percorrer um caminho tensionado pelo sujeito implicado e sua produtividade revive o saborear de uma consciência lésbica ganhando o protagonismo de sua história, desafiando uma cultura heterossexual. De acordo com Goldenberg (2004, p. 14), na pesquisa qualitativa “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”.

O enfoque qualitativo é imprescindível na pesquisa, quando ela se propõe compreender como e por que se produz o conhecimento investigado. Para a pesquisadora e professora Raquel Martins Fernandes Mota *et al.* (2017, p. 696) “longe de produzir medições, enumerações e estatísticas, têm no contato direto [da pesquisadora e] do pesquisador com a comunidade ou a situação estudada a sua característica mais marcante”. De igual modo, para Marcelo Valente Souza (2010) essa pesquisa preza por um olhar mais interpretativo e descritivo da pesquisadora e do pesquisador, incorporando as pessoas como atrizes e atores sociais, e entender suas práticas, enquanto são socialmente construídas por grupos sociais ou trajetórias individuais de condições subjetivas, assim a pesquisa se desenha.

Após uma disputa interna entre objetividade e subjetividade, foi possível acessar as falas das colaboradoras. Quando uma nova consciência transforma essas vidas, contrariando o que antes cerceava um corpo assujeitado e obediente à norma compulsória. Para tanto, Guilherme Lima Cardozo (2014, p. 128) considera “[...] a subjetividade dentro da pesquisa científica, dando espaço às relações de saber e poder [...] onde tensões advindas de gênero, raça, etnia e sexualidade trazem à tona o multiculturalismo”. Mas antes dessa reformulação que ressignifica vidas, e ainda sem ter a consciência lésbica de um corpo político, éramos objetivadas a pensar e a agir conforme estabelecia as normas vigentes reguladoras.

Foi quando escrevi o poema “Estou sozinha de verdade”, estava sendo colocada à margem da sociedade, mesmo considerado pela escritora Kilomba (2019, p. 68), como “um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos”, me encontrava submersa para a lesbianidade. Naquele momento, eu não sabia que seria possível um corpo lésbico vivenciar a lesbianidade, por isso o poema traz a metáfora de uma vida que apresenta os obstáculos como forma de aprisionamento. Assim escrevi:

ESTOU SOZINHA DE VERDADE

*Queria poder seguir as regras do coração.
Amar loucamente, e com toda paixão.
Corresponder ao sentimento mais puro do coração.
Mesmo me deixando à toa, sem forças para combater a discriminação.
[...]
A vida me apresentou aos obstáculos,*

*Colocou-os à frente e me aprisionou.
sem ao menos me dar uma oportunidade,
A escolha de lutar pelo amor.
[...]
Amor esse que me prende,
Me envolve e surpreende.
No canto da sala, do banheiro e da cozinha,
Cabisbaixa, chorando e sozinha.
[...]*

(Eriveth Teixeira, 2002)⁹.

Acreditava que não merecia ser feliz, mas compreendendo que diferente do cenário de horrores que me fez acreditar que era lá o meu lugar. Resignifiquei minha consciência lésbica política e lutei contra a opressão, que me fez desacreditar de mim por quase três décadas. Hoje falo da minha história de vida que foi resgatada. Eu existo sim! Sou importante para a reconstrução das memórias que falam sobre nós como protagonistas de nossas histórias.

Tento seguir o exemplo da antropóloga, pesquisadora e revolucionária Ana Carla Lemos (2019), que constrói seu lugar de pesquisadora falando de sua memória, e do lugar de fala da filósofa estudiosa dos feminismos negros Djamila Ribeiro (2019). Como Lemos, além de trazer parte das minhas memórias, junto às memórias de quem estará colaborando com a pesquisa.

Presencio um multiculturalismo de vivências lesbianas e construo resultados com a percepção coletiva da temática que versa nossas especificidades. Pois “os pressupostos teóricos a serem apresentados têm a preocupação de dialogar como a sexualidade tem sido posta enquanto sistema de opressão para as mulheres, pensando as lesbianidades como um campo de estudo [...]” (Lemos, 2019, p. 43).

Existem memórias distintas para categorias iguais, assim se deu a construção desse conhecimento, atravessado por diferentes vieses de sexualidade e docência. Cada memória compartilhada parte de um lugar, atravessado pela classe e raça, com distintas ramificações familiar, cultural, política, social de (não)pertencimentos e (não)privilegios. “Pensar num lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi [subalternizada] subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (Ribeiro, 2019, p. 89).

⁹ RUÍDO Manifesto. **Quatro poemas de Eriveth Teixeira.** [2021]. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/quatro-poemas-de-eriveth-teixeira/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Construo esse momento como forma de libertação de nossas vidas, afetos e principalmente, libertação de nossa consciência política. As principais teorias, pensadoras, feministas e pesquisadoras que nortearam o trabalho científico, foi contemplada por: Adrienne Rich (2010), que denuncia a heterossexualidade compulsória como norma que invisibiliza as lésbicas, incluísse no movimento feminista; Audre Lorde (2020); uma das primeiras militantes a denunciar o racismo, disse que não existe hierarquia de opressão, quando no meio das lésbicas ela era considerada negra e no meio das negras era lésbica; Dedê Fatumma (2023) evidencia as desigualdades que atravessam as relações gênero, classe, raça e sexualidade, frente a heterossexualidade; Monique Wittig (2020) revolucionou o feminismo ao falar que as lésbicas não são mulheres, pois não serve como produto de uma relação de exploração; Natalia Polesso (2020); escreve poesias lésbicas por não dissociar a lesbianidade da sua essência poeta; Navarro-Swain (2004) questionou o que é lesbianismo e desmistificou o termo respondendo questões desse universo que não tem um significado evidente, e Zuleide Silva (2023) ao ressaltar que “sapatão não é bagunça”, afirma que lésbica política é resistência e potência que as visibilizam em diferentes tempos.

O estudo também conta com a pesquisa documental, importante instrumento na análise de compreensão das deliberações formais e discussões que asseguram os direitos de ser, estar e viver subjetivamente em sociedade, mesmo diante de uma cultura dominante e condicionalmente heterossexual. A pesquisa documental segundo Antonio Carlos Gil (2022) apresenta vantagens como uma fonte rica e estável de dados, além de proporcionar baixo custo comparado com o de outras e não exige contato direto com os sujeitos. Esse tipo de pesquisa é importante “não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam uma melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios” (Gil, 2022, p. 47). Pode-se dizer também que a pesquisa documental segundo as autoras Rosana Maria Kripka; Morgana Scheller e Danusa de Lara Bonotto (2015, p. 244) “é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”.

Dentre os principais documentos utilizados, estão a construção dos direitos nacionais e de cidadania, a Carta Magna, que rege o País – a Constituição da

República Federativa do Brasil (CRFB); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que define e regulariza a organização da educação brasileira; e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) com objetivos, diretrizes, metas e estratégias de ensino público. Como documento de política Estadual, utilizei o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE/MA) que determina as diretrizes da educação maranhense e o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+/MA responsável por divulgar as estatísticas de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Estado, mostrando o percentual (quando houver), por município.

O estudo contou também com teses, dissertações, artigos em periódicos, livros e dicionários, que fizeram o diálogo e compuseram a tessitura de conhecimentos e as descobertas que foram descortinadas ao longo do desenvolvimento das etapas realizadas. Essas foram complementadas com história oral, face a história de vidas das lésbicas professoras, levando em consideração a pretensão da pesquisa de dialogar com as professoras da Região do Vale do Pindaré em diferentes espaços, tempos e narrativas.

2. 1 Algumas escolhas metodológicas e o sentido da temática

A história oral e de vida chegam com pretensão da pesquisa em dialogar com as colaboradoras, utilizando como procedimento a entrevista, conforme roteiro disposto no (Apêndice B), compreendendo de que forma se constituiu a trajetória de lésbicas professoras, acessando o passado em diferentes espaços, tempos e narrativas da experiência de vida como técnicas da história oral.

Cada história se apresenta como acontecimento de um povo, de uma época de um tempo político, que consiste em autobiografias identitárias de histórias jamais contadas, histórias apagadas e histórias que por muito tempo estiveram marginalizadas. Para José Carlos Meihy (2015, p. 52):

[...] história oral privilegia grupos sociais deslocados, migrantes e imigrantes, parcelas minoritárias excluídas, marginalizadas, e se vale de suas narrativas para propor uma “outra história”, ou história “vista de baixo”, de ângulo incomum, sobre determinada realidade em contraposição ao silenciamento ou à visão “majoritária” e institucionalizada, assumida com aquela que devemos reconhecer com a “versão oficial”.

As histórias aqui apresentadas, ressignificam a braveza de quem lutou e luta por sobrevivência contra a heterossexualidade dominante. A história oral possibilita a

compreensão dessas trajetórias, portanto, coube-me entrevistar cada uma das colaboradoras. “[A entrevistadora e] o entrevistador, no caso de história oral, deve ser preparado antes com instruções sobre o assunto abordado. Quanto mais informações se têm previamente, mais interessantes e profundas podem ser suas questões” Meihy (2015, p. 39). Esse conhecimento prévio sobre a temática tornará a relação entre entrevistadora e entrevistadas com mais fluidez, para o alcance de resultados frutíferos.

Viver em uma sociedade que (re)produz comportamentos que nos violentam diariamente, inclusive em nosso contexto de trabalho, antes gerava dor, hoje gera revolta, inconformidade e principalmente, em nosso processo de consciência política, haverá aquelas que transformaram e transformam a dor em luta.

O advento da história oral é o compromisso social marcado pela ‘voz [das excluídas] dos excluídos’ [...] [desconhecidas] desconhecidos, [ocultas] ocultos e [desviadas] desviados, não expressos nos documentos oficiais e escritos e, sobretudo, a denúncia do sofrimento extremo de grupos maltratados [...] (Meihy, 2015, p. 79).

Essa ferramenta permite trabalhar com memórias contribuindo para o registro de trajetórias individuais que dão ensejo às trajetórias de grupos, escrevendo uma conjuntura dialética de (não)pertencimento das narrativas.

De certo modo, a história oral vai ao encontro da memória reprimida e silenciada. A história não contada é o lado marginal de uma sociedade encarcerada, “no caso da história oral de vida, o que a distingue é exatamente a independência dos suportes probatórios” (Meihy, 2015, p. 34). Quando proponho o debate de histórias lésbicas, reitero a presença de uma parcela da sociedade que sofre a violência de gênero, a lesbofobia, o racismo, e o classismo saem das vielas marginais, é acreditar na reparação de danos de vidas colonizadas. Essas histórias como instrumentos de construção das narrativas de suas memórias, são trabalhadas no caminho.

Quanto a direção da ordem do discurso é apresentada pelo filósofo e historiador Michel Foucault (1996, p. 28) como “a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência e sua inserção no real”. Bem salutar essa observação do autor, sobre apresentar a história e seus desenrolares, a partir de um ponto que reluz a criação de uma pessoa, autora de sua própria história, “impede que [ela] tenha existido”.

É quando a história oral é contada e o não dito fica em evidência através do silêncio e gesticulação, entre outras formas de expressão do não dito. A história está sendo construída a partir de uma narrativa, e cada gesto e sentimento contido, podem falar mais do que as palavras que estão sendo proferidas. O silêncio e os gestos em alguns momentos expressaram o não dito na fala das colaboradoras.

Para a pesquisadora, linguista e professora Eni Puccinelli Orlandi (2007, p. 14) “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio: elas produzem silêncio: o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam”. O silêncio significa o não dito naquele momento de encontro com a memória. O não dito paira no silêncio embutindo às vezes com a influência do medo, os traumas, a vergonha, e até mesmo o nervosismo, são capazes de alterar o significado do que está sendo dito:

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim (Orlandi, 2007, p. 29).

Concordo com a autora, pois vivenciei no momento da entrevista com as colaboradoras, o silêncio que se fez presente e abriu espaço para o choro ou até mesmo para o significado da expressão “engolir o choro”, ao falar de suas dores. O silêncio expressava aquele momento de profunda imersão quando as cicatrizes gritavam no seu próprio silêncio. Na compreensão da autora “a gestualidade, a relação com o corpo, está orientada pela fala. Quando alguém se pega em silêncio, rearranja-se, muda a ‘expressão’, os gestos. Procura ter uma expressão que ‘fala’[...]” (Orlandi, 2007, p. 34).

Como a autora que cita a gestualidade orientada pela fala, eu concordo, pois, quanto mais a fala flui, mais a pesquisadora e o pesquisador são capazes de perceber como as gesticulações das colaboradoras e dos colaboradores, vão noticiando a fala, e abrindo precedentes para o não dito. Em alguns momentos da entrevista ocorreram situações que expuseram uma verdade que não estava sendo verbalizada e poderia ser compreendida sua ausência pela timidez, o nervosismo, a gesticulação e outras maneiras de perceber o não dito. Dessa forma, minha aproximação do silêncio das colaboradoras foi necessária para a compreensão do não dito nos silêncios, e nas expressões dos olhares de cada uma. Não há uma verdade oculta atrás do texto, “há

gestos de interpretação que o constituem e que [a analista e] o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (Orlandi, 2005, p. 26).

Durante essa caminhada não pode faltar uma boa análise, e servirá de referência a análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da linguagem, não trata da gramática, embora todas essas lhe interessem, trata do discurso. “A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, por de movimento. O discurso é uma palavra em movimento, prática de linguagem: no estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2005, p. 15).

Ainda na percepção da autora “o que o sujeito diz em um lugar como o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, naquilo que ele não diz, mas que constitui os sentidos de suas palavras” (Orlandi, 2005, p. 59). A análise de discurso transita pelo caminho da entrevista, e a leitura que essa oportunidade pode proporcionar à entrevistadora e ao entrevistador, é um instrumento de acesso às informações. Assim, os caminhos percorridos vão se desenhando, e apresentando didaticamente a vereda por onde a pesquisa caminha dialogando com o sentido da temática.

A abordagem da diversidade nas práticas educativas tem possibilitado inserir as prerrogativas dessa categoria nos debates e nas pesquisas educacionais, inclusive nos temas referentes à população LGBTQIAPN+. No entanto, sua aproximação com as diretrizes que orientam as políticas públicas educacionais termina contrariando sua efetivação a começar pelos ataques à democracia diante da cisheteronormatividade e dos vetos que consubstanciam o debate sobre políticas educacionais que versam a pauta da diversidade sexual. Está compreendida pela bancada religiosa como afronta ao conservadorismo que se manifesta efetivamente em disputa pelo silenciamento da temática e pela fragmentação do debate (re)produzindo um discurso violento a partir das normas estabelecidas pela moral e os bons costumes.

O (Apêndice A), com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), teve sua leitura realizada por todas as colaboradoras, em seguida assinado em duas vias pela também pesquisadora. Cada uma ficou com uma via do documento, que tem o intuito de respaldar a pesquisa e trazer segurança no compartilhamento das falas das entrevistadas.

O (Apêndice B), traz o roteiro de entrevista realizada com as colaboradoras. Este é dividido em três momentos; destaca as questões relacionadas à descoberta da sexualidade, relações de gênero no espaço escolar; e a lesbianidade na escola e o enfrentamento à lesbofobia.

Ressalto ainda que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado no Comitê de Ética e disposto no (Anexo A), bem como a realização das entrevistas foram autorizadas pelo Fórum de ONGs LGBT do Estado do Maranhão (Anexo B).

2. 2 Os encontros com as colaboradoras

Por não saber se poderia contar com um número expressivo de lésbicas no percurso da pesquisa e entender a atuação desses corpos no espaço escolar, iniciei um planejamento me cercando de possibilidades, no intuito de chegar até elas. A projeção foi feita em torno de 15 professoras, que me refiro como colaboradoras, pois estarão de forma voluntária, disponibilizado seu tempo, compartilhando suas histórias, e me permitindo tecer uma narrativa sobre suas trajetórias. Assim colaboram com esse estudo e ampliam possibilidades para o debate sobre políticas públicas de inclusão, que precisam garantir suas existências em um mundo plural.

Ainda de forma flexível e procurando a melhor direção para chegar até o número desejado, que poderiam ser identidades assumidas como: “lésbica”, “sapatona”, “caminhoneira”, “caminhão”, “bofe”, “entendida” ou “*butch*”. Este me reporta ao entendimento da lésbica francesa e teórica do feminismo Monique Wittig (2020, p. 2), em que “o termo ‘*butch*’ (hiper masculino) é o exemplo clássico que provoca mais horror – a quem Proust (1871-1922) chamou uma mulher/homem”.

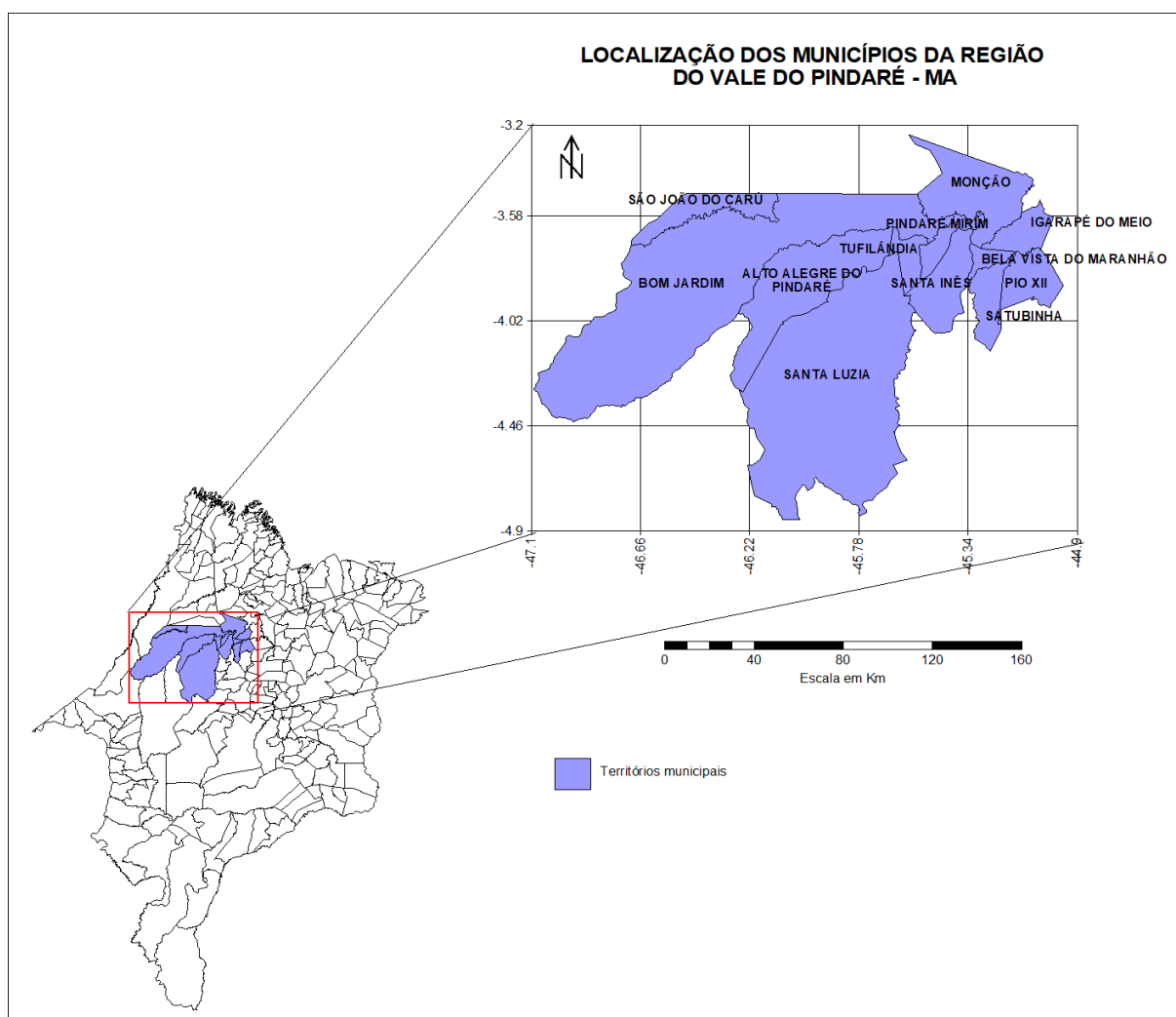
Um debate mais contemporâneo utiliza o termo *desfem* abreviação da palavra *desfeminizada*, e segundo a matéria, serve para se referir às lésbicas que desafiam os padrões de gênero e o conceito de feminilidade impostos pela sociedade patriarcal e machista (Nós, 2024)¹⁰, ou outra maneira de identificar sua orientação sexual. E as identidades não assumidas, mas que decidem participar pelo consentimento da pesquisa em manter o anonimato de suas identidades.

¹⁰ Nós. O que é “desfem” conheça termo da comunidade lésbica. **Terra revista online** [2024]. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/o-que-e-desfem-conheca-termo-da-comunidade-lesbica,f7aef1df0bb8c13ee8512f7db8fc05adxzbe579e.html>. Acesso em: 04 set. 2024.

É importante destacar que o intuito deste estudo não é revelar a orientação sexual ou “tirar pessoas do armário”, mas compreender suas vivências na perspectiva de lesbianidade na docência. Outras possibilidades de inserção dessas colaboradoras se relacionaram às que estariam na docência no momento da entrevista, ou ter passado pela docência em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré.

Essa Região localizada na zona centro-leste do Estado do Maranhense é constituída por 12 municípios: Alto Alegre do Pindaré; Bela Vista do Maranhão; Bom Jardim; Igarapé do Meio; Monção; Pindaré-Mirim; Pio XII; Santa Inês; Santa Luzia; Satubinha; São João do Carú e Tufilândia, conforme mapa disposto abaixo:

Figura 2 - Mapa do Maranhão com destaque para a Região do Vale do Pindaré



Fonte: Elaborado por Marcelino Silva Farias Filho¹¹, 2025.

¹¹ Professor do Curso de Geografia da UFMA.

O mapa do Estado do Maranhão que ilustra a localização dos 12 municípios, apresenta em destaque seus territórios na Região do Vale do Pindaré, e destaca-se com maior área territorial segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), os municípios de Bom Jardim (6.579,946 km²), Santa Luzia (4.837,168 km²), Alto Alegre do Pindaré (1.875,580 km²), Monção (1.245,548 km²), São João do Carú (910.065 km²), Santa Inês (786.689 km²), Pio XII (545.140 km²), Satubinha (441.811 km²), Igarapé do Meio (368.685 km²), Tufilândia (270.934 km²) e Pindaré-Mirim (268.285 km²).

O último censo (IBGE, 2022) apresenta os municípios com maior população, e aparece Santa Inês (85.014 pessoas), Santa Luzia (57.635 pessoas), Bom Jardim (33.100 pessoas), Pindaré-Mirim (31.429 pessoas), Monção (27.751 pessoas), Alto Alegre do Pindaré (25.710 pessoas), Pio XII (21.886 pessoas), Igarapé (13.794 pessoas), Bela Vista (11.750 pessoas), Satubinha (8.784 pessoas) e Tufilândia (5.507 pessoas). Em relação à população, ressaltou que o município de Santa Inês é considerado o município de maior população e o principal município dessa Região, conhecido como a princesinha do Vale do Pindaré, ele também, possui o maior polo comercial e educacional. Além de servir de palco para o primeiro casamento de um casal de lésbicas que também eram professoras¹² nessa Região em 2014.

Por eu caminhar pela docência e pela militância feminista, aproveitei o ensejo para facilitar minha aproximação das colaboradoras. Comecei criando uma mensagem de texto pelo *WhatsApp*, me apresentando como pesquisadora e militante. Logo, apresentei a pesquisa e falei um pouco da importância dessas participações para uma análise de como nossos corpos vivenciam à docência e as relações de gênero no espaço escolar. Paralelamente, deixei reflexões em forma de perguntas: Estamos visibilizadas nos debates, projetos e planejamentos escolares? Ou continuamos na invisibilidade e sujeitadas às violências?

Encaminhei a mensagem para professoras/es heterossexuais e homossexuais com atuação em alguns dos municípios da Região do Vale do Pindaré. Também, encaminhei a mensagem para duas entidades LGBTQIAPN+, as únicas desta região. Fui percebendo que se tratava de um assunto com pouca abrangência e que por falta

¹² G1. Santa Inês realiza a primeira união homoafetiva do município [2014]. **O portal de notícias da Globo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/santa-ines-realiza-primeira-união-homoafetiva-do-municipio.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

de conhecimento, as pessoas não sabiam e nem sabem como abordar, e evitar seria a decisão mais fácil a ser tomada. Parecia um campo minado e que um passo em falso poderia causar uma grande explosão.

Uma parte das pessoas que entrei em contato escolheram não falar com as lésbicas professoras que conheciam por medo de desagradar ao falar sobre o assunto que atravessa a lesbianidade. Nessa espera, recebi o retorno de poucas pessoas com respostas positivas, outras não deram a devolutiva, e teve também aquelas que se esquivam para não se envolver. Uma das devolutivas veio de um professor que na ocasião trabalhava na Secretaria Municipal de Educação, lotado em um dos municípios integrante da Região do Vale do Pindaré, e aqui irei compartilhar um pouco sobre o nosso diálogo.

O professor mora em um município, com pouco mais de 20.000 habitantes, segundo o IBGE de 2022. Questionou: *“É quase impossível de acreditar, mas na cidade onde moro não existem lésbicas no quadro docente”*. Fez gesto de alguém que sabendo de nossa existência, nunca tinha parado para pensar onde nós estaríamos e se surpreendeu com a ausência no quadro docente do município em questão. *“Será que na cidade onde eu moro não existem essas professoras?”* Indagou ele.

Após sua colocação, questionei-o: não existem, ou por não ter a efetivação de uma política que garanta esses direitos, e por temerem à lesbofobia vivendo em um município pequeno, conservador em que todas as pessoas sabem de tudo que acontece e por medo de serem ridicularizadas e sofrerem lesbofobia, essas professoras permaneceram com a orientação sexual “guardada no armário”, vivendo seus afetos de forma escondida, silenciosa e em segredo. Após retornar ao diálogo, o professor percebeu o quanto esse sistema oprime e silencia as lésbicas.

O armário se torna aliado para esses corpos amedrontados, como um espaço seguro enquanto esse segredo não é revelado, por outro lado pode ser considerado um espaço que pode causar adoecimento para esses corpos que performam a anulação de si. Esse foi um sentimento trazido pela maioria das colaboradoras, que relembrou como experiência do passado e trouxeram em suas falas, o medo que sentiam ao revelar-se. Medo de assumir algo que era considerado errado, proibido, pecado, e servirem de chacotas para a lesbofobia em uma sociedade que ainda demarca territórios a partir de heterossexualidade compulsória.

Meu primeiro contato com as colaboradoras exigiu uma certa cautela face à temática abordada, que se mostrava ser um assunto bem delicado para elas. Tanto que algumas delas se negaram a participar, mesmo após ter aceito o convite. E mais curiosamente, foram aquelas que não disseram nada, simplesmente visualizaram a mensagem recebida e não responderam.

Mas antes de estabelecer a relação com as colaboradoras, salvei o número de telefone no celular com seus respectivos nomes e municípios que residem. E criei um novo texto de *WhatsApp*. Além das informações já mencionadas na mensagem anterior sobre a pesquisa, acrescentei a importância de levantar essas informações sobre nós e compreender nosso corpo político na docência. Falei do sigilo do nome, da confiabilidade da pesquisa e do TCLE (Apêndice A), e me coloquei à disposição no caso de dúvidas.

Entretanto, é oportuno ressaltar alguns episódios sobre as colaboradoras que disseram não, após o sim. Uma delas estava como gestora de uma pré-escola, na ocasião em que mandei a primeira mensagem, a segunda e a terceira sem obter a resposta. Foi quando resolvi ir até a escola, pois quem me passou o contato dela informou também sobre o local de trabalho. Pois bem, ao chegar me dirigi à secretaria da escola, fiz uma breve apresentação e pedi para falar com a gestora e aguardei ser atendida.

Quando a gestora chegou fui logo apresentada, em seguida o assunto ficou só entre nós duas. Iniciei o diálogo mencionando que havia enviado o convite para ela participar da pesquisa pelo *WhatsApp*, e não obtive resposta. Ela disse que não respondeu porque não tinha compreendido a mensagem. Mesmo eu me disponibilizando em caso de dúvidas. Expliquei sobre a pesquisa e ela agendou a entrevista para o dia seguinte às 10h.

Ao compreender o medo que aqueles olhos vazios, inseguros tentavam esconder, compreendi o silêncio que falava por ela através de sua voz impedida de ecoar naquele momento, que estampava um pedido de socorro para não participar da pesquisa. No dia seguinte, e no horário marcado ao chegar no local combinado, só encontrei a secretária que tentou justificar sua ausência. O vazio deixado sobre o local da entrevista, por ser o local de trabalho, inferiu que não havia interesse, e que eu não era bem-vinda.

Sempre na minha primeira comunicação me apresentava e convidava a professora para participar da pesquisa. No segundo momento agendava o dia, local e o horário da entrevista. Eu precisava de cautela para agendar essas entrevistas, a começar pelo assunto que não era comum o diálogo para elas, e por se tratar de uma Região com diferentes municípios para visitar, mas seguia firme e confiante, até mesmo quando a professora decidiu participar, e, em seguida desistia.

Havia recebido dois contatos de um casal: um era da esposa e o outro da professora. Quem me passou os contatos disse que a professora demorava a responder, mas que eu poderia falar com sua esposa. Enviei a mesma mensagem para os dois contatos, foi a esposa da professora que retornou para ter mais informações sobre a pesquisa. Então, iniciamos o diálogo. Curioso que a primeira pergunta, na maioria das vezes, era: “*quem passou meu contato?*” e “*quem falou sobre mim, o que disseram?*”. Após o diálogo com a esposa da professora ter fluído de forma satisfatória, ela concordou que eu entrevistasse a professora.

Esse diálogo me causou uma certa estranheza, porque será que a esposa tinha de concordar com a entrevista? Ou seja, caso não concordasse, a entrevista não aconteceria? Durante nossas conversas, falei mais vezes com a esposa que sempre vinha na frente da professora e falava por ela. Ocorre que nem nas vivências lesboafetivas estamos livres de comportamentos machistas e autoritários, pensamento de propriedade, com papéis definidos um para mandar e o outro para obedecer. É um retrato da cultura dominante, de sua reprodução e do assujeitamento daquelas/es que se tornam prisioneiras/os, muitas vezes sem consciência disso, por lhes faltar uma consciência política.

No segundo contato, momento de marcar a data da entrevista, a esposa da professora voltou atrás e pediu desculpas. Disse por mensagem pelo *WhatsApp* que não daria mais certo sua esposa participar da pesquisa. E quando falei com a professora, ela disse ter vergonha de dar entrevista, pediu para fazer as perguntas pelo *WhatsApp*, depois marcou a entrevista para uma tarde qualquer às 15h. Em outro momento, disse-me que não tinha tempo e preferia avisar quando tivesse um tempo, porém esse dia nunca chegou e considerei como não a resposta.

Em outro contato, dialoguei com uma professora que já sofreu lesbofobia na escola que trabalhava, causando sua expulsão. Embora mesmo assumindo sua orientação sexual, ainda assim ela que trabalha em duas escolas, em uma não falava

a respeito, mas sabiam que ela é lésbica, na outra não sabiam e ela queria que permanecesse assim. Ao iniciarmos o diálogo, ela pediu para eu não ir na escola que ela daria a entrevista, só não queria envolver a escola por não ser assumida e temia o desemprego por conta do preconceito.

A professora, que já conhecia meu trabalho de militante na defesa dos direitos LGBTQIAPN+, disse que admirava quem levantava a bandeira e citou meu nome, mas que não estava totalmente preparada. Tinha compreensão de que esse dia ia chegar para ela, e quando chegasse se assumiria na escola, mas que agora não estava preparada. E esse medo fez com que minhas mensagens pelo *WhatsApp* não tivessem mais respostas, se configurando em mais um não.

O outro não veio de uma professora que trabalhava na mesma escola de outra professora que disse sim. Ocorreu que uma amiga que também trabalhava nessa escola tinha me indicado as duas e me passou os dois contatos e o nome da escola que trabalhavam. Enviei a mensagem pelo *WhatsApp*, e não obtive resposta de nenhuma das duas. Então resolvi fazer uma visita à escola e as encontrei.

A professora que aceitou a entrevista foi muito acessível, não perguntou nada e de imediato disse sim. Diferente da outra professora que insistiu para saber quem passou o contato dela. Depois se manifestou com curiosidade sobre minha vida, parecia ser eu a entrevistada. Após sondar sobre minha vida proferindo perguntas e ter a certeza da seriedade e confiabilidade da pesquisa, fui convidada para sair com ela e a esposa que era uma conhecida de longos tempos, mas após minha saída da escola, a mensagem enviada pedindo para marcar o dia, o local e o horário para nosso encontro, não teve mais resposta e considereei mais um não como resposta.

Das 15 colaboradoras que disseram sim no primeiro contato, no segundo contato 5 disseram não. Dessas, 4 delas já foram mencionadas e a quinta era uma professora aposentada e casada com outra professora. Acredito que teriam informações relevantes para a pesquisa, mas no momento da entrevista estariam ausentes por conta de uma viagem, mesmo assim, ainda tentei marcar a entrevista pelo *Google Meet*, e acabei ficando sem resposta nas minhas mensagens, se configurando no 5º contato desistente da pesquisa, restando 10 colaboradoras que participaram da entrevista e trouxeram contribuições reveladoras para o estudo.

O momento de preparar a entrevista é aquele que possibilita um universo de informações, e permite criar e recriar imaginações hipotéticas de algo que ainda estará por vir, mas que o desejo é que chegue logo. Cada encontro realizado significa um momento único e prazeroso, mas também tenso e doloroso, por revisitar as histórias de vida que a maioria é marcada pela dor, e “falar sobre essas proposições marginais evoca dor, decepção e raiva” (Kilomba, 2019, p. 57). Não era sempre que a satisfação se enxergava nessa dicotomia de ser ou não ser pertencente, existiam ainda muitos desafios na caminhada para serem alcançados.

Em posse de 10 colaboradoras, chegou aquele momento de atribuí-las aos pseudônimos para garantir o anonimato de suas identidades. Figuras históricas da militância, academia e literatura que se destacaram em um período da história, e hoje são aclamadas por suas bravuras e protagonismos de uma história de luta e resistência farão parte desse cenário.

É válido enfatizar outras contribuições que foram decisivas para a escolha de cada pseudônimo, que sem muito aprofundamento partiu da minha curiosidade quando procurava de forma “rasa” nossas representatividades históricas. Segundo o antropólogo, historiador e pesquisador Luiz Roberto de Barros Mott (1987) Se a documentação sobre a história dos sodomitas é rara e lacunosa, as informações sobre o amor entre mulheres são ainda menos numerosas, fragmentárias, quando não inexistentes.

Quando eu sabia que existia um filme abordando aquela narrativa, procurava encontrar e assistir. Se existia um livro contando tais acontecimentos, fazia de tudo para adquiri-lo. Os nomes que serão atribuídos, a maioria já os trazia comigo, é nesse sentido que conheço o tamanho dessa força para quem se procura nessas histórias com tentativas de invisibilização contínua desses corpos.

Como forma de manter o anonimato de nossas colaboradoras, selecionei nomes de mulheres lésbicas que enfrentaram a lesbofobia, no sistema dominado por homens e pensado a partir da lógica heterocentrada. O que fugia desse padrão era considerado errado, pecado, profano e invertido ao gênero oposto, ou seja, comportamentos, roupas ou preferências opostas, ao inverso do que ditava o figurino e os padrões sociais para o belo sexo (Mott, 1987). São representadas pelas pessoas a seguir, destacando-se o ano de seu nascimento e morte, seguidos de uma breve biografia:

- **Ana Caroline (2002-2023):**¹³ uma jovem lésbica de 21 anos, maranhense, que foi brutalmente assassinada em dezembro de 2023. O Levante Nacional Contra o Lesbocídio surgiu após o assassinato de Caroline. Um movimento feminista contra o lesbocídio, para que nenhuma de nós se deixe levar por razões de lesbofobia;
- **Ana Lúcia Magalhães (1958-1986):** em Salvador durante as eleições teve sua orientação sexual exposta e se atribuiu como culpada pela derrota do partido de seu pai. O então ministro Antônio Carlos Magalhães, e com um tiro na cabeça, tirou a própria vida. Vítima portanto da intolerância homofóbica dominante em nossa sociedade heterossexista (Mott, 1987);
- **Anne Lister (1791-1840):**¹⁴ considerada a primeira lésbica moderna, não combinava com as convenções da Inglaterra do século XIX, quando a homossexualidade era proibida, e a palavra "lésbica", ainda não havia sido evidenciada. Ela escrevia seus romances usando códigos que foram precisos, e levaram 150 anos para que o mundo conhecesse o que eles guardavam¹⁵;
- **Cassandra Rios (1932-2002):**¹⁶ paulista, considerada a primeira escritora brasileira a vender um milhão de exemplares, meta alcançada em 1970, superando escritores populares de sua época (G1, 2019). Foi perseguida pela ditadura militar por contrariar as normas e os bons costumes com os escritos ovacionando as relações entre lésbicas;
- **Cássia Eller (1962-2001):** foi uma das mais importantes cantoras brasileiras de sua geração na década de 1990. Ela nos ensinou a amar e foi trilha sonora inspirando gerações. É “Cassia Eller, que me inspira a seguir gingando, me tornando a cada dia uma professora lésbica feminista, branca antirracista” (Silva, 2023, p. 92);

¹³ Levante Nacional Contra o Lesbocídio (@contraolesbocidio). **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/contraolesbocidio/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

¹⁴ WOODS, Rebecca. **BBC News Brasil**. A fascinante vida de Anne Lister, a 'primeira lésbica moderna'. [2019]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48260917>. Acesso em: 22 jul. 2024.

¹⁵ Filme Diário Secreto de Anne Lister. Baseado em fatos reais [2010]. Disponível: **Prime Vídeo** / Série Gentleman Jack. Baseada em fatos reais da vida [2019]. Disponível: **HBO**, Prime Vídeo e Apple TV

¹⁶ G1. Quem foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura militar. **O Portal de Notícias da Globo** [2019]. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

- **Elisa Loriga (1862-1???)**:¹⁷ Não se tem informações do falecimento de Elisa, mas sim que em 1885 estava com 23 anos e com a conclusão dos estudos na Escola Normal de Professoras, trabalhou como professora nesta e seguiu a carreira docente até o momento que precisou adotar uma identidade masculina e junto de Marcela Ibeas protagonizaram o primeiro casamento entre mulheres realizado em uma igreja católica em 1901.
- **Filipa de Sousa (1556-1600)**: considerado o primeiro caso de lesbofobia no Brasil. Foi uma viúva portuguesa que viveu em Salvador no século XVI, e por ter se envolvido romanticamente com 6 mulheres, foi condenada pela inquisição, em 1592 (Mott, 1987);
- **Lota de Macedo (1910-1967)**:¹⁸ arquiteta autodidata. Foi um dos maiores marcos paisagísticos das décadas de 1950 e 1960 no Rio de Janeiro, tendo como um dos mais importantes projetos o Aterro do Flamengo (Alves, 2022)¹⁹. Ainda viveu um amor lésbico e aberto em plena ditadura militar;
- **Marcela Ibeas (1867-1???)**:²⁰ não se tem informações do falecimento de Marcela, mas sim que em 1885 estava com 18 anos, iniciava os estudos na Escola Normal de Professoras, após formada teve destaque como professora sênior e protagonizou ao lado de Elisa Loriga, o único casamento lésbico realizado na igreja católica em 1901. Foram perseguidas, apedrejadas, presas, exiladas e sumiram na história como fumaça ao vento;
- **Virginia Woolf (1882-1941)**:²¹ considerada uma das escritoras mais importantes do século XX. Lidava com profundas crises depressivas desde os 13 anos, e aos 59 anos se suicidou. Em vida, por uma década namorou com a escritora que a inspirou a escrever o romance “Orlando: Uma Biografia”.

Essas heroínas passaram por situações diversas, e se assemelhavam por enfrentar constantemente uma sociedade extremamente machista e sexista. Nossas

¹⁷ Wikipedia. **Marcela Gracia Ibeas e Elisa Sánchez Loriga**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcela_Gracia_Ibeas_e_Elisa_S%C3%A1nchez_Loriga Acesso em: 2 dez. 2024.

¹⁸ ALVES, Mariana. **Lota de Macedo Soares**: quem foi e suas contribuições para a arquitetura [2022]. **Casa e Jardim**-Arquitetura. Disponível em: <https://revistacasaedjardim.globo.com/arquitetura/noticia/2022/10/lota-de-macedo-soares-quem-foi-e-suas-contribuicoes-para-a-arquitetura.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

¹⁹ Filme Flores Rasa. Baseado em fatos reais [2013]. Disponível: **Netflix**.

²⁰ Filme Elisa e Marcela. Baseado em fatos reais [2019]. Disponível: **Netflix**.

²¹ Filme Vita e Virginia. Baseado em fatos reais [2018]. Disponível: **Google Play Filmes**.

professoras serão chamadas por: **Anne, Caroline, Cassandra, Cássia, Elisa, Filipa, Lota, Lúcia, Marcela e Virginia**. Independentemente da forma que estiveram lutando por nossa cidadania e da forma que partiram, muitas lésbicas continuam sendo impedidas de viver seus amores, mas com a determinação e a força que traz a mulher, conseguiram ultrapassar as barreiras que foram estabelecidas.

No mundo em que calça comprida, cabelo curto, voto, direito a estudar, direito a amar eram regalias apenas do sexo dominante, era mais válido ir para a guerra que experienciar viver como propriedade da heterossexualidade. Elas amaram sim, se entregaram ao amor e lutaram com a própria vida para ter o direito de viver livremente.

A distribuição dos nomes aconteceu levando em consideração algumas características e atuações políticas vivenciadas por elas, e que reforçam na memória a lembrança da colaboradora em questão. Neste estudo, usarei o prenome para as colaboradoras que serão apresentadas a seguir.

2.3 As apresentações das colaboradoras

A partir das apresentações, trarei algumas características das colaboradoras demarcando nosso primeiro diálogo, contato pelo *WhatsApp* e o contato presencial. “As escolhas, bem como todos os procedimentos de contato e de condução das entrevistas, devem ser feitas de acordo com preceitos previamente estabelecidos e acertados pelas partes” Meihy (2015, p. 20). O planejamento foi realizado na base desse diálogo, e atendendo de forma prévia as solicitações das colaboradoras.

A professora **Anne** utilizou o tempo de 1h22. Cheguei até essa colaboradora através de uma das pessoas que entrei em contato para ser colaboradora, mas por motivo de saúde, ela achou melhor não participar, indicando uma conhecida e passou o contato de Anne, recomendando naquele momento para eu não falar seu nome caso Anne perguntasse. Mas não foi preciso, Anne formalmente aceitou o convite.

Mulher branca, Anne tem 44 anos, é católica, casada com **Ann Walker**²² e juntas são tutoras de três cachorros. Com formação em Letras, Anne é concursada

²² Atribuirei aos relacionamentos amorosos das colaboradoras, quando houver, os mesmos nomes das relações amorosas vivenciadas por cada heroína e que possibilitou às colaboradoras o uso de seus nomes como pseudônimos. Anne Lister era casada com a jovem Ann Walker proprietária de terras inglesas.

na rede estadual e atualmente está na função de gestora adjunta de uma escola; também é concursada na rede municipal de outro município, mas, cedida para o Estado, e faz parte do quadro de servidoras/es da Unidade Regional da Educação (URE) no Vale do Pindaré, atuando no mapeamento da rede, como coordenadora dos 12 municípios dessa Região que estamos trabalhando na pesquisa.

Anne é uma espécie de pessoa leve e de bem com a vida, as poucas vezes que enviei mensagem tive o retorno, algo que se tornou raridade com algumas outras colaboradoras que não tinham o hábito de responder as mensagens. Tudo marcado e resolvido, às 18h, ela estaria aguardando por mim em uma escola que estava coordenando a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mas que no horário marcado já estaria desocupada e teria condições de ser entrevistada. Dito e feito, tudo fluiu como o esperado.

Cheguei na escola em um final de tarde, de repente, ela apareceu na porta de uma sala de aula, cumprimentei-a e ela pediu que eu a acompanhasse até uma sala onde aconteceu a entrevista. Era uma sala de aula bem ampla, climatizada, as cadeiras estavam próximas às paredes e um espaço no meio da sala guardava os malotes com o material que ela já havia recebido da aplicação do SAEB. Pedi para que ela falasse do que se tratava essa avaliação, para o conhecimento de quem não atua na área, e ela então, explicou que trabalha no SAEB, coordenando 5 municípios do Vale do Pindaré com 11 aplicadores, e que se trata de uma avaliação externa para aferir a qualidade da Educação no Brasil, feito no 2º, 5º e 9º ano e na 3ª série. Ela parecia ter muito domínio naquilo que estava fazendo, e o mais importante, demonstrava felicidade ao realizar aquela atividade.

Anne colocou duas cadeiras uma em frente a outra, perguntou se estava bom daquela forma, eu disse que sim e já fui me acomodando na cadeira de frente para o quadro, restando a ela a outra que ficava de costas deste. Fiz minha apresentação, dando uma leve explicação sobre a pesquisa, falando da importância dessa participação, e que após a defesa teremos em mãos dados ao nosso respeito, que poderemos levar para o debate sobre políticas públicas de inclusão social e de enfrentamento à lesbofobia.

Durante o tempo de 54min entrevistei a professora **Caroline** que se considera parda, é cristã, tem 44 anos, e está há 7 anos em um relacionamento e são tutoras de um cachorro. Ela é formada em Pedagogia e durante 20 anos de docência trabalhou

com estudantes da educação infantil, atualmente é concursada com atuação na Educação Infantil. Também teve curta experiência em uma turma de EJA, mas foi na Educação Infantil que a professora estabeleceu seu interesse pela docência.

Entrei em contato com Caroline através de uma professora amiga, que estudou Pedagogia na mesma turma que eu. Além de trabalharem na mesma escola, residem no mesmo município. O primeiro encontro foi na escola de trabalho delas, que foi muito receptiva e amável. Interessante que conheci duas personalidades dessa jovem: na sala de aula parecia ser uma pessoa mais introvertida, com poucas palavras, mas sempre educada; em sua residência, era extrovertida, simpática e muito falante. Confesso que o diálogo fluiu com essa segunda versão de Caroline.

Quando entrei em contato com ela pedi para agendar a entrevista, e foi marcada pela manhã, às 10h em sua residência. Eu também conheci sua esposa que não estava em casa na hora da entrevista, mas depois chegou rapidamente, entrou e saiu novamente. Só foi o tempo de uma apresentação rápida. Bom, cheguei alguns minutos atrasada, pois precisaria ir de casa até o ponto de lotação dos transportes que fazem essa linha, e nesse dia ainda choveu um pouco, mas o importante é que eu consegui chegar em sua residência.

Ficamos na sala de estar, nela tinham dois sofás colocados em formato de L, um abajur de pé, um tapete, além de uma televisão e outras decorações. Caroline parecia muito confortável em seu lugar de proteção, estava super leve, mas com as respostas sempre bem resumidas, às vezes demonstrava um certo controle para não falar além do necessário.

A professora **Cassandra** que é uma amiga do tempo de adolescência, ao receber o convite agradeceu e expressou o seu desejo em colaborar com a pesquisa. Ela que tem um coração gigantesco é acolhedora, amiga e falou durante 1h46, com propriedade sobre o assunto. Ela tem 48 anos, se identifica como branca, é divorciada, católica, mãe de duas filhas e um filho, e avó de duas netas, a mais velha é autista, e as duas são “*um presente de Deus em sua vida*”, como ela mesmo disse.

Com formação em pedagogia, trabalhou por 19 anos na docência, lecionando desde a educação infantil até a graduação. Mas houve desencontros, dois ao certo que ela relatou; um estava associado ao caso de lesbofobia em sua trajetória

educacional, que foi encerrada, para dar espaço a outro encontro inesperado com o crochê, e atualmente é crocheteira e ministra aulas em cursos de crochê.

A entrevista com Cassandra aconteceu em sua residência, em uma manhã de sábado às 10h. Ela estava com visitas em sua casa: a filha mais nova e as duas netas, uma bebê e a mais velha de 7 anos. A entrevista aconteceu na sala onde ficava seu ateliê. Ela colocou uma cadeira para eu me sentar e preferiu sentar-se em um tamborete baixinho de frente a mim. Além das peças de crochê expostas naquele local, tinha uma grande mesa redonda, um tapete com brinquedos e uma cadeira.

Durante toda a entrevista a neta mais velha estava brincando na sala e às vezes era preciso parar a entrevista por alguns segundos, para a avó chamar atenção da neta e não acontecer um acidente doméstico, pois ela ficava subindo em uma cadeira constantemente e pulava em seguida. A neta mais nova ficou o tempo todo na perna da avó, inclusive, ela tomou o mingau; a seguir a filha deu o banho, Cassandra secou-a e colocou-a para dormir. Tudo durante a entrevista. Essa colaboradora se virava em três. Esse foi o cenário que deu palco à nossa entrevista.

Cassandra detalhou cada momento com muita precisão, trazendo as datas de cada acontecimento. Foi uma vitória diante das dificuldades apresentadas, principalmente quando decidiu viver sua orientação sexual. Ela saiu de um casamento heterossexual abençoado pela igreja evangélica Assembleia de Deus na adolescência, foi garota de programa, passou fome, se assumiu lésbica na fase adulta, e foi deserdada por sua mãe que não a visita há mais de 18 anos. Ela nomeou tais acontecimentos de “*feridas na alma*”.

A professora **Cássia** é uma amiga de adolescência e também foi professora do meu filho no ensino médio. Assim que recebeu o convite não hesitou em aceitar, e diariamente aparecia em meu *WhatsApp*, levantando alguns questionamentos políticos, principalmente com assuntos sobre a violência de gênero, e me convidava para aquele debate. Com 43 anos, considerada parda, no momento da entrevista estava solteira. Ela é católica e tem formação em Educação Física, com 14 anos de atuação em escolas públicas do fundamental e do ensino médio.

Desde sempre tivemos uma boa relação e quando foi preciso marcar a entrevista ocorreu de pronto. A entrevista foi marcada para acontecer na casa de seus ascendentes *in memoriam*. Eu não estava sabendo, mas Cássia tinha se envolvido em um acidente de trânsito e como morava sozinha e não poderia realizar seus

afazeres domésticos, retornou ao seu antigo quarto de adolescente, recebendo os cuidados e atenção de sua irmã.

A casa fica em um bairro próximo ao que moro, e foi marcado para às 18h, com o clima bem favorável de um início de noite, aproveitei para fazer uma caminhada indo a pé. Ao chegar e chamar por ela, uma irmã da professora me atendeu e pediu que me dirigisse até o quarto, apontando-o em sua direção. Até aquele momento eu não estava sabendo da gravidade do acidente.

Cássia estava sentada com as costas na cabeceira da cama e as pernas esticadas sobre a cama, um dos braços estava engessado e hematomas pelo corpo, fiquei em choque ao vê-la naquela situação, e por um momento, senti-me desconfortável, pois se tratava de uma visita profissional, que poderia causar incômodo ao seu corpo doente. Também tive vergonha da sua irmã que poderia ver aquela situação como algo cansativo para ela. Eu cheguei a comentar que se ela não tivesse se sentindo bem eu voltaria em outro momento, mas ela disse para eu relaxar em relação a isso, coisa que eu não consegui fazer, mas segui com o planejado.

Era um quarto pequeno com uma porta que dava acesso à sala de jantar, tinha uma janela de vidro atrás da cama que era de casal, além da cama tinha um guarda-roupa, uma mesinha com livros de leituras, comecei a manusear os livros olhando um por um e lendo os títulos, eram livros de autoajuda, sendo a maioria de Augusto Cury (1958). Cássia começou a falar sobre cada história e parecia entusiasmada compartilhando o conteúdo daqueles, dizendo já ter lido e que iria ofertar a alguém que se interessasse, o que coube a mim agradecer.

No quarto tinha uma televisão ligada, mas depois ela abaixou o volume. Cássia se sentiu bem ao compartilhar sua história em 1h29, e foi bem profunda com os acontecimentos marcantes em sua vida. Antes de conhecer sua história eu pensava que a conhecia, mas na verdade não conhecia, uma vez que nós julgamos conhecer as pessoas pelo que aparentam ser, que é diferente do que elas realmente são.

A entrevista, que teve a duração de 1h13, aconteceu com um casal de professoras que deveria ser individualizada, mas por solicitação do casal foi em conjunto. Falo das professoras **Elisa e Marcela**, juntas há 17 anos, com 3 de casadas no civil, sendo o primeiro e o único casamento lésbico no município de sua residência. Elisa tem 47 anos, se identifica como sapatão, considerada parda e cristã; é formada

em Letras e concursada na rede de ensino estadual e municipal com 25 anos de atuação. Já Marcela tem 38 anos, considerada parda e cristã, é concursada no município com 16 anos de docência, elas são tutoras de gatos, pois mantêm a criação de seus animais.

Conheci o casal através de uma professora amiga de quando estudamos juntas uma Pós-Graduação *Lato Sensu*, além de ela ser amiga de Elisa e Marcela e residir no mesmo município. Desde o início, meu contato foi com a Marcela. O convite foi aceito, mas antes ela precisou combinar com sua esposa Elisa. Marquei o dia da entrevista, e fui a um hotel desse município, pois precisei pernoitar, retornando para casa só no dia seguinte.

Aguardava a reunião que aconteceria às 19h, em decorrência do horário de trabalho das duas, fui em uma lanchonete em frente ao hotel para comer algo. Naquele momento recebi uma mensagem da Marcela mudando o local da entrevista, mas permaneceu com o horário. Elas resolveram ir até o hotel, e acatei. Eu queria que acontecesse a entrevista, o local era o de menos, e não queria retornar ao município para esse fim.

Estava terminando de me alimentar, quando elas chegaram de motocicleta. Elisa vinha pilotando e com o veículo ainda em movimentos lentos me avistaram, estacionaram, desceram, se apresentaram e sentaram para me aguardar.

Resolvido tudo na lanchonete, fomos ao hotel e elas preferiram que a entrevista acontecesse na sala que é servido o café da manhã. A sala ficava próxima à recepção, onde dois hóspedes estavam conversando. Em meio à entrevista chegou mais um hóspede com a fala estridente, mostrada na gravação.

Marcela falava um pouco baixo e por vezes se mostrava um pouco retraída. O fato é que em alguns trechos da entrevista não consegui ouvir o que ela estava falando. Com muitos esforços, felizmente só consegui recuperar alguns trechos de sua fala, importantes para a compreensão de suas evidências.

Elisa ao iniciar a gravação tinha uma firmeza na voz, sua experiência de 25 anos em sala de aula já lhe garantia essa segurança. Sempre com o celular na mão, às vezes acompanhava o que estava acontecendo nos grupos de *WhatsApp*, parecia não dar muita importância, mas sempre atenta, quando eu pensava que a atenção dela estava no celular, ela entrava no diálogo.

Por vezes Elisa chegava a tirar a atenção de Marcela mostrando algo no celular, e também creio que por um momento ela usou esse recurso para pesquisar uma questão, principalmente em relação à sexualidade. Em um determinado momento da entrevista ela mostra a sigla LGBTQIAPN+ no celular, leu em voz alta e disse que não sabia o significado de todas as letras.

Marcela, por sua vez, parecia ser mais atenciosa, em alguns momentos mostrava interesse em aprender o que não sabia, principalmente nos momentos que precisei fazer alguma explicação quando perguntavam algo. Ela se surpreendia com as respostas e por vezes disse que não conhecia aquele assunto. Marcela se mostrava muito de acordo com sua esposa, mas fazia gestos de preocupação e cuidado com ela por conta de complicações com a saúde que enfrentava em decorrência da diabetes, apesar de estar sob controle.

Conhecer a história de resistência que fez prevalecer o amor, mesmo contra a família, estavam ali na minha frente apresentando os resultados desse enfrentamento, fato que me causou admiração por esse casal e por tudo aquilo que elas representam. Elisa teve o privilégio de contar com o apoio da mãe e do pai, já Marcela carregava consigo os traumas de uma vida que precisou se erguer ao lado da esposa, sem poder contar com a presença de sua mãe e do seu pai que mudaram de município para não aceitar essa união.

Elisa e Marcela utilizaram o tempo para trazer relevantes contribuições com suas histórias que às vezes são difíceis, tanto para quem está contando, quanto para quem está ouvindo. Tivemos momentos tensos, às vezes engolia em seco, era evidente, pelo som baixo de uma fala ao noticiar a dor que aquele corpo sentiu e sente, no olhar que representava o vazio de um silêncio. Presumo que a distração da Elisa, em alguns momentos, poderia ser para amenizar o sofrimento de sua esposa ao lembrar do passado, mesmo porque as duas estavam juntas durante esses momentos e Elisa, com certeza, acalentou-a em seus prantos.

Na entrevista que durou 46 min a professora **Filipa**, se assumiu preta, pois o fato de ser militante, já constituía uma consciência política ao se reconhecer dentro das questões étnico-raciais, ela também se considera sapatão e cristã. Não hesitou em momento algum em responder essas questões. Digo isso, pois, em algumas ocasiões, as colaboradoras se questionavam sobre estas, com suas dúvidas. Uma usou o termo homossexual para representar sua orientação sexual. Rich (2010, p. 36)

lembra: “equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez”.

Filipa veio de uma família de 10 irmãos, sendo 6 mulheres, e um dos seus irmãos que fez o papel de pai para as 3 irmãs mais novas, inclusive ela. Esse irmão que foi o pai desde que ela se entende como gente. O pai, como ela disse, “*é só um pai biológico*”. Essa pessoa atuante na defesa dos direitos humanos tem 38 anos, formada em História e Mestre em História do Brasil e participa de um movimento social que promove ações e debates sobre os direitos humanos.

Conheci Filipa, através de um evento que realizamos na escola em que ela trabalha. O evento aconteceu durante a semana do orgulho LGBTQIAPN+ e foi promovido pela OSC UPV LGBT. Filipa é daquelas que por saber da importância do debate, se eu não a tivesse convidado, ela teria se manifestado a favor da pesquisa, diante do tamanho que era o desejo dela de participar exatamente para dialogar sobre as ocorrências por LGBTQIAPN+fobia e especificamente lesbofobia na escola.

No dia e horário da entrevista que foi em sua residência, uma quitinete alugada em um bairro próximo ao meu, fui a pé pela proximidade. A quitinete que se mantinha sozinha era no município do Estado vizinho ao seu, pois ela poderia não ficar por muito tempo, já que seu trabalho nessa escola se tratava de um seletivo. Mas, por enquanto, ela estaria trabalhando na Região do Vale do Pindaré, o que importava para a pesquisa naquela ocasião. Ficamos na sala que dava acesso à cozinha, e iniciamos a entrevista que teve cada questão respondida com precisão.

A professora **Lota**, sempre muito simpática e atenciosa. Desde o primeiro momento, se mostrou disposta a ajudar e contribuiu com a indicação de alguns outros contatos, mas que infelizmente não aceitaram participar da entrevista. Ela e eu temos em comum um amigo que é professor e juntos estudamos na graduação em Pedagogia, além de ele residir no mesmo município que a professora, foi o responsável por esse encontro.

Considerada parda e com 37 anos, Lota é católica, mãe de um casal de filhos e divorciada de **Elizabeth Bishop**²³. É formada em Educação Física e possui anos

²³ Elizabeth Bishop era uma poeta norte-americana, que viveu uma história de amor com Lota de Macedo.

dedicados à docência da EJA, e atualmente trabalha como professora de Educação Física e diretora do Projeto na Escola, contabilizando seus 18 anos de atuação na docência.

Após o agendamento do dia e do horário da entrevista, precisei me deslocar até sua cidade natal, em que reside, pois ela havia marcado nosso encontro em um local de trabalho, justificou considerando ser um local calmo, não haveriam interrupções e que estaria sozinha no momento, mesmo sendo um local de trabalho, pois nesse dia não haveriam atividades escolares. Certa do compromisso, peguei um carro de lotação e me desloquei até o município vizinho. Chegando até o local por volta de 10h40, fui recebida pelo vigilante que permitiu minha entrada enquanto aguardava. Ele me ofereceu uma cadeira, sentei e aproveitei o momento para fazer uma revisão do material que havia levado.

Com aproximadamente 20 minutos de espera, sentada no fundo de uma quadra esportiva e próximo ao escritório de trabalho dela, ali me encontrava. De repente, chega uma motocicleta com duas mulheres carregadas de sacolas, estavam vindo do supermercado, e com o capacete na cabeça não deu para identificar quem era quem. Após a retirada dos capacetes, percebi que uma delas era Lota, aproximei delas e cumprimentei-as, foi quando ela me apresentou sua namorada, se dirigindo em seguida até o escritório, onde abriu a porta me convidando para entrar. Ao entrar, ela guardou as sacolas, ligou a central de ar, ofereceu água e pediu para que eu ficasse à vontade.

Com certeza eu ficaria bem à vontade naquele local pela receptividade. Lota era uma simpatia em pessoa e transmite sinceridade em sua fala. Digo que ela foi sincera até demais, quando trouxe momentos de intensa intimidade, que não serão revelados com tamanha precisão. E por coincidência já conhecia sua namorada, que trabalhava em um supermercado no bairro de minha residência, e quando raramente frequentava o supermercado sempre a olhava por lá.

Percebi naquela ocasião que ela havia falado algo ao meu respeito, mas não tinha muito o que falar, devido ao contato que tivemos apenas de cordialidade, quando me dirigia até o supermercado. Provavelmente ela teria falado de onde eu moro e de quem sou filha. Sobre minha ex-namorada, só percebi que ela falou no final da entrevista, quando o assunto surgiu, o fato é que fiquei feliz em chegar naquele

momento de clima favorável em que Lota já trazia referências positivas ao meu respeito e que seria um momento oportuno e proveitoso para fluir a entrevista.

Naquele escritório que tinha duas mesas próximas em formato de L, cada uma sentou na parte superior do móvel e eu fiquei na parte inferior, mas que parecia no meio, pois o escritório era pequeno. Naquela hora me sentia como se tivesse em um programa televisivo, respondendo as perguntas vindas da professora que só tinha familiaridade com o termo homofobia.

A professora **Lúcia** de 42 anos se considera negra, é católica, casada no civil, formada em Letras e concursada há 22 anos. Leciona artes, filosofia, ensino religioso e matemática em turmas do ensino fundamental. Durante a entrevista ela se mostrou muito tímida e com respostas superficiais, sem aprofundar o assunto. As professoras Lúcia e Virginia são amigas e fazem parte do grupo de casais lésbicas do município que residem. O intuito do grupo é estarem protegidas, além de receberem conselhos e saírem juntas, como encontro de casais.

Virginia foi a colaboradora que trouxe o sim de Lúcia como resposta. Acredito que se não tivesse a intervenção de Virginia, eu não teria conseguido entrevistá-la, principalmente pela ausência de respostas das mensagens de *WhatsApp* que eu havia enviado para ela. E para agendar o horário da entrevista foi outra dificuldade, Lúcia estava sempre muito ocupada e mostrou um relativo desinteresse. Precisei insistir bastante, mas deu “parcialmente” certo, pois no final contabilizou o total de 24 minutos da entrevista.

Lúcia mora em um sítio com sua esposa e uma enteada, então tive que me deslocar até o município de sua residência. Cheguei no local próximo ao pôr do sol, presenciei um lugar com jardins, piscinas, jogos, uma casa com varandas que não cheguei a entrar, e um ambiente que remete a calma, tudo foi planejado com muito bom gosto por elas.

Ao chegar, Lúcia, com a esposa que estava trabalhando no local, fazia a limpeza de uma das piscinas, enquanto a esposa se ocupava com outros afazeres. Enquanto aguardava por ela, fui dar uma volta pelo local e fiz vários elogios e elas agradeceram. Depois de limpar a piscina, ela foi ajudar a esposa com algo, o que fez com que demorasse e rapidamente escureceu. Como era um problema que não ia

resolver naquele instante, ela parou para ser entrevistada, mas demonstrou que o desejo era o de continuar ajudando sua esposa.

Sentamos na varanda, eu estava de costas para as belezas do sítio, e a professora de frente observando sua amada. Algo que me importa em uma pesquisa é o olho no olho. Gosto de olhar com profundidade e tento remeter, através desse olhar a confiança, o compromisso que a entrevistadora assume com o objeto de estudo e a verdade como primícia de um estudo científico. Queria passar essa segurança para que elas se sentissem mais confortáveis para falar, mas com Lúcia foi diferente, pois o olhar dela fugia dos meus. Olhava sempre para baixo, para a mesa, para o papel e para o nada. O desconforto maior para ela, parecia olhar nos meus olhos.

Lúcia se mostrou muito protetora, e para tudo era projetada na sua amada. Confesso que até hoje nunca vi alguém com aquela postura. Tanto que iniciou a primeira resposta falando o nome da esposa e durante a entrevista ela falou mais o nome da esposa do que qualquer outra pessoa. Era como se existisse uma armadura que repeliam as pessoas ao seu redor, talvez uma forma de proteção que encontrara, ou poderia ser que tudo aquilo era apenas timidez. Não saberia afirmar ao certo.

O fato é que sua esposa parou com a limpeza que estava fazendo, aproximou-se, sentou ao lado de Lúcia, e participou dos momentos finais da entrevista, foi quando Lúcia, mais relaxada, se abriu um pouco mais. Com isso a entrevista não fluiu como o esperado, mas a sua maneira de ser deixou suas contribuições, ainda que monossilábicas.

Com a professora **Virginia** precisei ter muita paciência em relação às mensagens enviadas pelo *WhatsApp* sem respostas. Foi preciso insistir bastante, mas valeu a pena pela simpatia com a qual Virginia²⁴, de 38 anos, me recebeu no dia da entrevista com duração de 1h00. Ela que se considera parda, é católica, possui formação em Educação Física, e união estável com a professora **Vita Sackville-West**²⁴, além de trabalhar com turmas do 1º ano a 3ª série em uma escola particular, e na coordenação de Educação Física em escolas de outro município.

²⁴ Vita Sackville-West, poeta romancista e paisagista inglesa, viveu uma história de paixão com Virginia Woolf.

Apesar de Virginia trabalhar em uma escola particular, e um dos critérios da pesquisa era ser docente da rede pública de ensino da Região do Vale do Pindaré, ela foi incluída. Pois os municípios de sua atuação atendem a dois critérios da pesquisa, e de certo modo, suas contribuições advindas de uma escola particular onde atua há 10 anos, servirão para dialogar com a diferenciação entre o público e o privado, na questão da lesbofobia.

Nosso encontro aconteceu na escola onde trabalha na sala das professoras e dos professores. Era um final de tarde e as atividades daquela escola estavam se encerrando, mas quando cheguei pude presenciar o carinho das/os estudantes que ainda estavam por lá, mas em atividade com outra professora. Quando as/os estudantes perceberam Virginia no pátio da escola, correram para abraçá-la e formaram um grande círculo de abraços ao seu redor, demonstrando carinho e tecendo vários elogios. Foi de muita afabilidade aquela cena e a professora se divertia retribuindo o mesmo gesto, abraçando aquela turma; em seguida fui apresentada às/aos estudantes e a professora explicou que ficaria ocupada naquele instante.

Fomos para a sala das/os professoras/es. Era climatizada, tinha uma mesa grande com cadeiras ao meio da sala, armários, uma estante com vários troféus que a escola ganhou em torneios e jogos escolares, uma televisão que foi desligada na hora da entrevista, a fim de não desconcentrar e prejudicar o áudio da gravação. Durante nossa entrevista houve apenas duas interrupções: a primeira foi de uma funcionária da escola que estava chamando no portão e Virginia foi abrir, e a segunda foi quando a coordenadora pedagógica entrou para mostrar a sala e os troféus à mãe de um futuro estudante que fora conhecer o espaço físico e pedagógico da escola.

Um momento de diferença para o sistema público, primeiro, foi o espaço físico limpo, organizado e acolhedor. Um ambiente que proporciona oportunidade de aprendizagem para estudantes, além de ter funcionárias/os simpáticas/os, e sorridentes.

E para seguir com o estudo é importante conhecer um pouco da história, do nosso objeto com seus conceitos e o que se propõe os movimentos sociais, pois na sua origem trabalhava uma perspectiva centrada apenas nos gays, inviabilizando as lésbicas dentro do movimento. Rejeitadas, as ativistas feministas se estruturam no intuito de lançar uma organização específica lésbica, preparada para lutar e defender seus direitos e os deveres, é o que abordaremos na próxima seção.

3 LESBIANIDADE: um pouco de história, conceitos e movimentos sociais

*“É preciso visibilizar o protagonismo de
lésbicas que carregam consigo: a vida de
uma lésbica, suas vivências, suas
narrativas, suas experiências, suas dores,
seus amores, seus trabalhos, suas
desobediências e suas ousadias”
(Eriveth Teixeira, 2024).*

Compreender o significado da terminologia lésbica e o surgimento da lesbianidade e suas derivações, é importante para fortalecer o diálogo sobre nossas antepassadas. Estas categorias sofreram apagamentos, por conta de uma história gestada em um mundo patriarcal, sexista e misógino, onde nossas heroínas no ato de suas resistências, em diferentes tempos, desafiaram o sistema dominante em nome do amor. Assim, a presente seção objetiva reconhecer aspectos linguísticos, sócio-históricos sobre as relações entre mulheres que amam mulheres a partir da etimologia, da historiografia e dos movimentos sociais.

Então, o que é ser lésbica? Perguntou Navarro-Swain em sua obra “O que é lesbianismo” narrando histórias de apagamentos, silenciamentos, castigos e mortes de quem ousava desafiar o sistema hierárquico de uma cultura dominante, onde as “mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo, à existência” (Navarro-Swain, 2004, p. 19).

Nesse sistema dominante, aquela que ousou viver a lesbianidade transgrediu a norma que, segundo a autora, passou a dividir “o mundo entre os ‘normais’ e os anormais/ invertidos/ desviantes” (p. 54). Na perspectiva da autora “a lésbica rompe com a heterossexualidade compulsória e, ao se relacionar com outras lésbicas, está diante de outras existências, que desafia os poderes patriarcais e funda novas formas possíveis de se viver juntas” (Navarro-Swain, 2004, p. 12).

Essa carga negacionista de violação dos direitos ditou e dita regras contra nossos desejos, enquadrando-os em um só modelo de ser, viver e sentir a vida como os “normais”, mas “eu já estava no caminho certo para me tornar uma verdadeira estranha, porque sempre soube que escolheria ir onde meu coração batesse mais forte, em toda e qualquer direção” (bell hooks, 2021, p. 139). Uma relação de afeto, seja ela qual for, é para ser vivida; e lutar contra ou combater com medidas severas pode ocasionar danos irreversíveis, entre eles a morte.

Mas, e o termo lésbica atribuído pela cultura dominante em nominar a união lesboafetiva considerada nefando. “Designa e constrói ao mesmo tempo todo um campo de representações negativas” (Navarro-Swain, 2004, p. 57). Seguindo esse mesmo raciocínio, para Silva (2023, p. 79) o termo “lésbica é utilizado como um estigma para rotular o corpo que o carrega, sendo este marcado socialmente como algo não humano, cuja vida não tem valor”.

Para uma compreensão melhor do surgimento e apropriação do termo lésbica, com o significado divulgado nos dicionários, um achado relevante, no entanto entristecedor e revoltante por causar o apagamento da fala lésbica ao longo das narrativas de nossas histórias, mostra o quanto estrutural é a opressão vivenciada por nós lésbicas. Daí as primeiras informações encontradas sobre Safo, foram estudos a partir da ótica masculina, desvelando nossa história e conceituando nossa existência século após século, como veremos no diálogo sobre Safo de Lesbos, a primeira lésbica a desafiar a heterossexualidade compulsória no mundo.

3. 1 Safo de Lesbos

A lesbianidade tem seu surgimento na Grécia antiga por volta do século VI a. C., na Ilha Grega de Lesbos, onde viveu uma das maiores poetisas de todos os tempos, Safo de Lesbos. A perfeição de suas poesias encantava e cantava as estrofes dos versos que expressavam seus verdadeiros sentimentos. Mott (1987), na obra “Lesbianismo no Brasil”, revela Safo, autora de 9 livros de poesias líricas, os quais proclamam discretamente os encantos do amor entre mulheres.

A poeta citada pelo psiquiatra Frank Caprio (1960, p. 23) “é tida como a fundadora do culto do amor lésbico, que, por sua vez, tomou o nome de Lesbos, ilha de forma triangular situada no mar Egeu, da qual era natural”. Essa ilha de forma triangular reluz o amor entre mulheres, ou seja, assim como o fez Safo, amar uma mulher é a maneira mais sublime de se sentir livre ao vivenciar a lesbianidade. O autor ainda revela o significado do nome Safo, voz cristalina e brilhante.

O poeta Guilherme Flores (2017, p. 9) aponta que “num mundo arcaico, uma mulher, com poesias de mulheres (talvez para mulheres, talvez realmente para seduzir mulheres), alcançou o patamar do divino [...] só se equiparam a ela as épicas homéricas e o corpus atribuído a Arquíloco”. Mesmo em um mundo de cultura

predominantemente machista, a deusa sáfica era aplaudida e a força da mulher sobressaía à cultura dominante. Segundo o escritor Miro Marques (2014)²⁵ Safo era revolucionária e tinha uma conduta liberta de preconceitos e inibições. Uma mulher que evidenciava sua conquista histórica a ser considerada para esse autor, a primeira bandeira feminista do mundo a contrariar a heterossexualidade compulsória.

O trabalho de Fábio Lessa (2011, p. 259), cita que a “princípio talvez a exceção à ausência da voz feminina que poderíamos considerar, são os poemas de Safo [...], na medida em que foram escritos por uma mulher no interior de uma sociedade essencialmente masculina”. O autor sugere que “uma sociedade na qual o homem tinha absoluto poder sobre os grupos femininos, restava às mulheres a condição de agente passivo nas relações sociais” (p. 59). Marques (2014), contribui afirmando que Safo foi precursora dos direitos da mulher e levantou a voz para o sistema machista por igualdade social. Essa força e essa luta alcançou o mundo, e o mundo declamou seus poemas e passou a conhecer a primeira professora e a primeira lésbica da história da humanidade.

Exaltada mundialmente, a poeta chega ao Brasil e faz história, sendo homenageada através de uma obra de escultura, localizada em Ilhéus, município da Bahia, desde 1924. A filósofa Maria Luiza Heine²⁶ (2021) explica o ocorrido: o que se sabe é que a escultura foi arrematada em leilão pelo Prefeito Mário Pessoa, no seu primeiro governo (1924-1928), pois era a mais bonita que havia no navio. Encalhou próximo ao Porto de Ilhéus, era um navio cargueiro de bandeira grega e quando este conseguiu ser rebocado não tinha mais dinheiro para seguir viagem, então o seu capitão resolveu leiloar a carga dessa poeta, que passou a ser parte integrante do acervo deste município.

Safo simboliza nos dias atuais a representatividade de quem enfrentou o sistema patriarcal para viver seus amores declarados nos versos que a consagrou a mais importante poeta lírica da antiguidade, que nos deixou ensinamentos e contribuiu

²⁵ MARQUES, Miro. Sapho, a primeira bandeira feminista do mundo. **Noctuum de Sapientia** [2014]. Disponível em: <https://www.facebook.com/noctuumdesapientia/posts/sapho-a-primeira-bandeira-feminista-do-mundomuitas-pessoas-que-passam-ou-se-sent/743596099011859/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

²⁶ HEINE, Maria Luiza. **Ilhéus... com amor!**. [2021]. Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/patrimonio-historico/estatua-de-sapho/>. Acesso: 15 nov. 2014.

para a origem não só do nome que marca nossa existência, mas da construção de nossa história, histórias de lésbicas.

A seguir parte da primeira estrofe do Fragmento 16, um dos fragmentos mais célebres de Safo e sua escultura que fica localizada em Ilhéus.

FRAGMENTO DO POEMA DE SAFO

*“Dizem uns que exércitos e uns que barcos
e uns que carros sejam o se[r] mais belo
sobre a terra negra – por mim seria o
ser que se ama”
[...]
[...] des[denho]u e foi vele[jar] em Troia
sem[m seq]uer lembrar-se da fina [fil]as
dos queridos [pa]is seduzida pela
.] `[.....] as [
(Safo)*

Figura 3 – Estátua de Safo



Fonte: Esquerda.net (2014)²⁷

A imagem de Safo retratada na Figura 2, reluz a beleza e o encanto majestoso da maior deusa da poesia lírica, do canto e do encanto, junto ao fragmento de um dos seus poemas, transmite uma mensagem de amor o qual habitava em Safo e era considerado pela poeta maior do que bens materiais, e que a sucumbia diante da ausência de sua amada. É revigorante afirmar que nos dias atuais a poeta também se tornou símbolo de resistência para as lésbicas que continuam resistindo.

Além disso Safo foi “[...] musicista, compôs lírica (mais precisamente, mélica, se usarmos os termos da época), poesia feita para ser cantada ao som da lira ou talvez, ao som do barbitô, um instrumento similar, porém com encordoamento mais longo e som mais grave” (Flores, 2017, p. 7). Safo também foi a primeira lésbica professora da história e traz um significado importante para essa pesquisa por

²⁷SAFO: Descobertos versos de uma das primeiras poetisas do mundo. **Esquerda.net**. 8 de fev., 2014. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/safo-descobertos-versos-duma-das-primeiras-poetas-do-mundo/31281>. Acesso em: 3 out. 2023.

ressaltar o papel da professora que é atravessado pela orientação sexual. Ela fez história e ajudou a reconstruir nossa história a partir de suas relações lesboafetivas.

Conforme o texto, Safo vivia em Lesbos, local em que a lesbianidade vivida por ela deu origem a palavras como: lésbica, lesbiana e lesbianidade. Nomes que foram institucionalizados para demarcar um ser, uma espécie, um corpo que luta contra a lesbofobia e para romper com a única forma de ser mulher para a heterossexualidade dominante.

Diferentes estudos revelam que Safo foi “poderosa, louvada em sua época pela qualidade de sua obra, esquecida ou vilipendiada em seguida, fragmentos de seus poemas atravessam o tempo para cantar seu amor e seu desejo pelas mulheres” (Navarro-Swain, 2004, p. 32). Em consonância com a autora, segundo Pacheco (2016, p.15), “pode-se pensar que uma poesia voltada para a subjetividade tenha conexão com um pensamento filosófico que buscava uma nova interpretação para a condição de ser humano”.

Fora do alcance da binaridade, Safo desafiou o poder e mostrou que era possível amar outra mulher, hoje nós desafiamos esse poder para mostrar que é possível respeitar nossas existências e vivências, assim como foi possível compreender os significados que traziam os dicionários sobre nós e como a história desenhava esses corpos e suas atribuições sociais.

3. 2 A compreensão de lésbicas nos dicionários

Um marco histórico se definiu por revelar a lésbica poeta e professora Safo de Lesbos, sujeito importante na construção de nossa história a partir de suas relações na Grécia Antiga por volta do século VI a. C., para saber como se deu a difusão do significado de nomes com referências às vivências lesboafetivas recorri aos dicionários à procura do significado de Safo.

No dicionário de Mulheres Célebres de Américo Lopes de Oliveira (1981):

Safo (625 - C. 580 A. C.). Poeta grega, natural de Lesbos, da época jônio-dórica na literatura grega. [...] Platão atribuiu-lhe o cognome de Décima Musa. Segundo Mendes dos Remédios, é a poeta mais notável da Antiguidade. [...] Esta famosa mulher cantava a beleza e o amor. [...] Foi ela quem fixou ou aperfeiçoou a chamada **estrofe sáfica**²⁸ [...] (grifo nosso).

²⁸ A poesia sáfica também expressa a importância das amigas femininas e do sentimento de comunidade entre as mulheres, destacando o apoio mútuo (Houaiss; Villar, 2023, p. 47). A poesia sáfica

Esse dicionário está em consonância com os estudiosos trazidos na pesquisa e com aquilo que foi apresentado até o momento sobre Safo. E por ter sua origem na Grécia Antiga era mais que viável trazer o significado da palavra lésbica no Grego, e foi no dicionário Grego-Português de Maria da Piedade Farias (2010), que encontrei seu significado assim grafado: lesbiana; *λεσβιακός*, *ή/ό*. [lɛzvi'a'kɔs]. adjetivo que registra como. 1. lésbico, lesbíaco, lesbiano. *λεσβιακές σχέσεις*. relações lésbicas. 2. lesbiano. *λεσβιακά προϊόντα*.

O significado de lésbica em grego faz relação às terminologias que utilizamos para representar a identidade política de lésbicas, e assegurar a legitimidade do nome que originou a representatividade de suas relações ao longo da história.

O Dicionário intitulado o Nome das Coisas e outros Epônimos de Orlando Neves (2003, p. 80) conceitua lésbica como “mulher homossexual. Que na ilha de Lesbos, viveu exilada, no século VI a. C., a quem a tradição atribui amores com outras mulheres, de onde também há sáficas”. O autor conceituou safismos de inclinação homossexual entre mulheres referindo-se a Safo, como célebre poeta grega cuja poesia tem alusões dessa natureza (Neves, 2003). Safismos de poesia sáfica de Safo, de Lesbos, de lésbicas, de lesbianidades. Uma junção de sentidos se relaciona ao fato do pertencimento de pessoas e suas práticas, ou seja, a lésbica e a lesbianidade, caracterizando-se, o ser e o viver das relações lésbicas e afetivas.

No minidicionário Houaiss, dicionário da língua portuguesa, elaborado por Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2003, p. 507), é assinalado lesbianismo – “homossexualismo entre mulheres; safismo, tribadismo; lésbica, diz-se do amor sexual de uma mulher a outra”. Aqui é apresentada mais uma terminologia tribadismo, que se refere de forma pejorativa para nomear a relação afetivo sexual entre as lésbicas.

No minidicionário contemporâneo da língua portuguesa de Caldas Aulete, a palavra lésbica carrega a definição de mulher homossexual, e por curiosidade no mesmo dicionário não existe o significado de mulher homossexual, mas expõe o significado de mulher macho, uma mulher com características e/ou atitudes

se tornou uma janela para o universo feminino, dando voz às emoções e sensibilidades femininas. Essa voz poética trouxe um vislumbre da condição feminina na região da Eólia, celebrando a feminilidade e descrevendo a beleza, revelando a admiração e o encantamento que sentia pelas mulheres que amavam *Id.*, p. 52-23.

masculinas; lésbica (Aulete, 2013). O que percebemos são atributos de uma sociedade sexista que fez e faz alusão às lésbicas como se elas reinventassem invertidas, para se aproximar ao masculino. Isso para justificar seus afetos por outras mulheres, como se fosse única e exclusivamente atribuições de uma relação heterossexual.

Os significados trazidos como: mulher homossexual, inclinação homossexual, homossexualismo (como escrito naquela época) entre mulheres e mulher macho, mostra uma série de ocorrências que denotam o quanto nós, lésbicas que fomos excomungadas por sermos mulheres e agirmos contra a norma, contrariando assim a masculinidade dominante; invisibilizadas pela homossexualidade que também tinha predominância masculina, mesmo homossexual; e por querer justificar o que classificaram como desviante ou mulher macho, o próprio desejo de querer incutir a nós o pertencimento masculino por desconstruir questões de gênero e da heterossexualidade. E assim a lesbofobia se fazia presente para criminalizar as lésbicas e impedir uma desordem do gênero.

O conceito do termo lésbica no dicionário de sexualidade comentado: (mulher macho, sapatão) - Vide Lesbianismo (Nodin, 2001, p. 97). O autor contribui com as discussões afirmando:

Lesbianismo (Clitorismo, Fressurice, Safismo, Tribatismo) - Orientação sexual homossexual feminina, ou seja, atração emocional, amorosa e sexual entre mulheres. Essa orientação pode não ser permanente e manifestar-se apenas numa determinada fase da vida de uma mulher. Algumas mulheres só descobrem que são lésbicas após terem relacionamentos com homens e considerá-los pouco gratificantes e insatisfatórios do ponto de vista emocional e sexual (Nodin, 2001, p. 96).

Existe uma fluidez capaz de se movimentar perante a orientação sexual que não é estagnada, mas, que de acordo com as relações existentes, elas vão se encaixando naquilo que melhor identificam seus afetos. Não existe uma cura, mas existe, por exemplo, mulheres que antes se consideravam lésbicas e depois passaram a se reconhecer com a identidade de gênero, mas o sexo oposto, passando a se identificar como homens trans.

E como no caso de algumas das colaboradoras, a orientação sexual só foi reconhecida por elas após a fase adulta, desde a infância os sinais foram ignorados e até chegar no esclarecimento de sua orientação, muitas rejeitaram por medo e vergonha. Elas se relacionavam com homens, mas diferente do que traz Nodin, nós

lésbicas não, necessariamente, precisamos nos relacionar com homens para termos o despertar da lesbianidade, não se trata de um simples acontecimento, muito menos de um experimento, é uma orientação, e sua aceitação acontece de forma singular em momentos distintos para cada uma de nós. Nascemos em uma estrutura familiar que já mostra seu perfil de casal, não é fácil se reconhecer diferente do padrão.

No dicionário Crítico do Feminismo segundo Helena Hirata; Françoise Laborie, Hélène le Doaré e Danièle Senotier, a definição de lesbianismo “[termo usado no passado] é inseparável de um contexto histórico e cultural específico. Com efeito, práticas sexuais e/ou amorosas entre mulheres provavelmente existiram e existem nas mais diversas culturas” (Hirata *et al.*, 2009, p. 122).

No tocante, o estudo apreciado fazia conotações aos termos alusivos à lesbianidade e seus significados. Alguns depreciativos, por exemplo: “sapatão”, ressignificado como forma de apropriação daquilo que antes era marcado pela dor. Já outros, por exemplo: lésbica, contribui com nossa história e com tudo aquilo que nós fomos capazes de viver ao buscar reconhecimento por ser quem somos e pelo enfrentamento da lesbofobia durante nossas histórias de luta e resistência até o engajamento nos movimentos sociais LGBTQIAPN+ no Brasil, em particular, o movimento de lésbicas feministas que trouxeram visibilidade à temática.

3. 3 Lésbicas e o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil

Todas as conquistas dos movimentos organizados sejam eles de lésbicas, feministas, população negra, LGBTQIAPN+, entre outros, sempre estiveram entrelaçadas com ações que permeiam as especificidades de um grupo que se movimenta a partir de suas inquietudes e reivindicações. A exemplo, o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, conhecido na época como movimento homossexual, foi marcado pela criação do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, e teve sua fundação na capital de São Paulo, e em 1979, se tornou o **Grupo Somos**. Um Grupo de Afirmação Homossexual (Caetano *et al.*, 2018).

Iniciava então o debate pelos direitos civis da nossa população com o **Grupo Somos** que apresentava pautas ainda centralizadas e pensadas exclusivamente para os direitos dos gays. O que demonstrava a estrutura dominante pensada a partir do patriarcado e voltada para seus beneficiários, que mesmo estando em patamar de

desigualdade a heterossexualidade, prevalecia o debate sobre os gays, ou seja, o gênero masculino desse Grupo, restando a invisibilidade das lésbicas. Após sua emancipação, novos integrantes, inclusive as lésbicas, entram para o Grupo o que vai se constituindo de momentos tensos, como opressão de gênero e invisibilidade das lésbicas (Caetano *et al.*, 2018).

Nessa trajetória, a censura conservadora que obrigava a “normalidade” atuava fortemente contra qualquer tipo de ameaça às normas. Para a lésbica e escritora Patrícia Lessa (2007, p. 89) a “tortura, a ausência de liberdade, as perseguições e os crimes políticos marcam esse período no Brasil”. Tinha que se adequar as normas, caso contrário, segundo Rinan Quinalha (2018, p. 21) “músicas, filmes e peças de teatro eram vetados e impedidos de circular por violarem ‘a moral e os bons costumes’, sobretudo quando faziam apologia a homossexualidade”. Constituía o sistema classificatório, segregacionista e ditador, bem como a exclusão de pessoas contrárias à heterossexualidade era constante.

Com pautas direcionadas e com uma melhor estrutura organizacional dos movimentos sociais, aconteceu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais, que trazia como principal destaque a despatologização da homossexualidade no Brasil. Segundo a antropóloga e pesquisadora dos estudos de gênero Regina Facchini (2018, p. 37) este garantiu “uma vitoriosa campanha e levou à elaboração do parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM) e a retirada do ‘homossexualismo’ do código de doença utilizado no Brasil [...]”. Doença já não era mais atribuída à nossa população naquela época, mas não faltavam julgamentos para uma nova condenação, criando outros estigmas para anular socialmente pessoas LGBTQIAPN+.

Ocorreu em 2008, a 1ª Conferência Nacional GLBT, e o destaque vai para as reivindicações das lésbicas que garantiram aprovação da letra “L” na frente da sigla que representa esse movimento nos debates políticos, sociais e acadêmicos, como forma de dar visibilidade para as lésbicas, ficando a partir de sua aprovação a sigla LGBT. Foi uma conquista significativa essa inclusão para aquele período quando o debate estava centrado mais para as pautas gays, pois até dentro do movimento homossexual foi árdua a luta pelo reconhecimento e valorização da cidadania lésbica.

Vale ressaltar que as proposições da 1ª Conferência Nacional GLBT, marcaram também o primeiro diálogo entre poder público, na gestão do Presidente da República do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como Presidente Lula do

Partido [das Trabalhadoras e] dos Trabalhadores (PT), e da sociedade civil no âmbito de política nacional, que deveria contemplar as áreas de saúde, educação, segurança pública, assistência social, lazer, trabalho entre outras (Brasil, 2008), em suma uma ampliação dos direitos civis e sociais e da cidadania em áreas de grande importância.

Ocorreram ainda a 2ª e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT em 2011 e 2016, na gestão da Presidenta da República Dilma Vana Rousseff (Dilma Rousseff) do PT, só que em 2019, houve rupturas nos debates com a descontinuidade do governo negacionista, LGBTQIAPN+fóbico, fascista que incitava o ódio e a violência contra grupos minoritários em direitos e oprimidos socialmente.

A continuidade desse debate retorna em 2022, no governo do então Presidente Lula que convoca essa população, para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que acontecerá em Brasília no ano de 2025 (Brasil, 2023c), sob a tutela de um governo de esquerda, que oportuniza a luta pela garantia de direitos e pela promoção da igualdade de gênero, raça e sexualidade em nosso país. Inclusive é aguardado junto ao debate de inclusão social, a votação para atualização da sigla defendida pelos movimentos sociais para que possa melhor representá-los.

Os Encontros Brasileiros de Homossexuais (EBHO), que aconteciam com frequência, uma vez ao ano e em diferentes capitais, totaliza 7 eventos. De acordo com Caetano *et al.* (2018) o VII EBHO o de 1993, contou com grande participação de lésbicas. No evento houve a reivindicação para que seu nome fosse alterado para Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL), além da paridade de gays e lésbicas em todas as instâncias nacionais do movimento.

Houve períodos em que o movimento era conhecido por Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), alterado para Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes (GLBS), depois a sigla passou a ser representada por Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (GLBT). A sigla GLBT perdurou por pouco tempo, e essa alteração se deu em favor das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis / Transexuais, (LGBT), última atualização da sigla aprovada na Conferência Nacional (Caetano *et al.*, 2018).

Além da conquista e da inclusão das lésbicas na sigla que representa nossos anseios nos debates, houve também, avanços na política que para promover a cidadania incluiu a diversidade sexual nos espaços escolares em 2004, ao lançar o

Programa Brasil sem Homofobia²⁹. Tratava-se de um Programa de inclusão educacional e político-social, que visava o respeito às diferenças, garantia de direito e espaço democrático, cidadania e enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia. O Programa trazia em seu bojo articulação da política “visando ampliar o repasse de informações sobre o tema e, sobretudo, sensibilizar a sociedade brasileira para uma cultura de paz e de não-violência e não-discriminação contra homossexuais” (Brasil, 2004, p. 19).

Esse Programa se tornou uma das bases fundamentais para a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. O que se constituía como Escola Sem Homofobia, pensava a escola por ser um espaço plural e diversificado, por promover a prática de acolhimento e o respeito às especificidades, bem como, promover o enfrentamento da violência dentro desse espaço. Escola Sem Homofobia era uma política de afirmação LGBTQIAPN+, inclusive do direito à educação.

Porém esse Programa foi nomeado por representantes parlamentares da extrema direita como “*kit gay*”, e a bancada evangélica e conservadora ao lado de notícias falsas ameaçava com intimidações o Programa. Esses “cidadãos de bem”, “se protegem em nome de um Deus branco, defendendo estupradores, oprimem e matam mulheres, crianças negras, população LGBTQIAPN+, povos indígenas, tudo em nome da Bíblia, da igreja e da família” (Fatumma, 2023, p. 62).

E no intuito de impedimento da cidadania LGBTQIAPN+, criaram através de mentiras o termo como ‘*kit-gay*’, que passou a ser compreendido “por ‘propaganda gay’, ‘apologia gay’, ‘lobby gay’, ‘ditadura gay’, [...] ‘agenda’, ‘antifamília’, ‘ideologia anti-humana’ pululavam no Congresso Nacional, nas escolas, na internet” (Junqueira, 2018). Tudo era válido, quando tramavam impedir a ampliação do debate anti-LGBTQIAPN+fobia nas escolas.

O programa mostra à sociedade brasileira que, enquanto existirem cidadãos/ãos cujos direitos fundamentais não forem respeitados em razão de discriminação por orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira é justa, igualitária, democrática e tolerante. E o Programa busca contribuir para a construção de uma cultura de paz (Brasil, 2002, p. 24).

²⁹ O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados (Brasil, 2004).

O Programa foi desativado em 2011, e informações distorcidas dividiu as opiniões, contribuindo para o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Planejaram um golpe de estado contra a democracia brasileira, destruíram as políticas nacionais dos direitos dessa população e regredimos nos debates nas instituições escolares que, por vezes, continuam (re)produzindo a violência contra corpos LGBTQIPAN+. Esse diálogo se mostra urgente, primeiro para garantir o direito de estudar que é constitucional, assegurado por lei e para enfrentar a violência contra estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas.

Somos nós que desafiamos diariamente esse sistema e com nossos corpos políticos reafirmando as nossas existências, mas diferenciando-nos por não nos sujeitarmos à binaridade e às determinações impostas ao feminino. Ou seja, é das entranhas da invisibilidade que ressurgimos para reivindicar também o debate sobre nossas pautas sociais. Somos vozes que sobressaem do silêncio ao resplandecer um corpo político lesbofeminista dentro dos movimentos sociais específicos as nossas pautas e representação.

3. 4 Vozes do silêncio, corpos resplandecentes

Com pautas que invisibilizavam lésbicas e negras dentro do movimento feminista, a professora e pesquisadora dos estudos de gênero e educação Letícia do Nascimento (2020, p. 133) considera que “o feminismo negro e o feminismo lésbico trazem as primeiras rupturas na universalidade da categoria mulher [...]”. Sem oportunidades dentro do feminismo, as lésbicas buscaram espaços dentro do movimento homossexual, o que não aconteceu, como observou Marisa Fernandes (2018, p. 28) elas “passaram apenas 3 meses de atividades no **Grupo Somos** e perceberam atitudes machistas e discriminatórias desses companheiros de militância”.

O sistema vigente homossexual daquela época não tinha interesse por questões voltadas à lesbianidade, foi quando em 1979, as lésbicas decidiram atuar em um subgrupo do **Grupo Somos**. O rompimento se deu diante dos confrontos machistas, sexistas e lesbofóbicos que surgiram no interior deste grupo, por intermédio da diretoria dos “gaysolados” que se isolavam para articular suas próprias

pautas “presentes nos discursos proferidos por homens gays, brancos e de classe média” (Fatumma, 2023, p. 119).

Após o rompimento, surgiu um subgrupo do **Grupo Somos**, e elas atribuíram o nome **Lésbico Feminista (LF)**, esse movimento experienciou o propósito de “conscientização e luta no qual as lésbicas decidiram enfrentar a invisibilidade, a repressão e o combate ao machismo, racismo, sexismo e a dupla discriminação sofrida por elas” (Caetano *et al.*, 2018, p. 18). A luta é intensificada nesse momento, quando elas buscavam trazer visibilidade para as questões lésbicas com reivindicações de seus direitos, “compreendida como a primeira organização do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), hoje conhecido como Movimento LGBTQIAPN+, pioneiro na reivindicação de um espaço com respeitabilidade pública para a homossexualidade” (Silva, 2016, p. 176). De acordo com o noticiado pelas pesquisadoras Gilberta Soares e Jussara Costa (2012) em seguida atualizaram o nome do subgrupo, originando no **Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)**, em 1981.

Liderado entre outras pela ativista Rosely Roth³⁰, pioneira no que se convencionou chamar de política da visibilidade na década de 1980, estando ela à frente do subgrupo **LF** e do grupo **GALF** (Schumacher; Brazil, 2000), atuava na luta contra as normas vigentes que desprezavam vidas lésbicas. Naquele momento de proibição e determinação nos comportamentos pelo regime não democrático, Rosely uma lésbica desfem já transgredia os padrões de gênero, pois se declarava lésbica.

Rosely ganhou reconhecimento por sua militância e se tornou um grande símbolo de resistência lésbica no Brasil, que compõe nossa luta e marca a passagem de um grande momento de destaque em nossa agenda política, como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico. As atividades dessa data se concentram no dia 19 de agosto. Contribuições de Martinho (2022), relatam que o dia foi lançado tendo em vista estabelecer uma referência histórica de luta e orgulho para as lésbicas, com as quais,

³⁰ Rosely Roth nasceu em 21 de agosto de 1959, em São Paulo, de família judia. Diplomou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) em 1981 e concluiu a pós-graduação em antropologia em 1986, com as teses “Vivências Lésbicas – Investigação acerca das vivências e dos estilos de vida das mulheres lésbicas a partir da análise do funcionamento dos bares frequentados predominantemente por elas” e “Mulheres e Sexualidade” [...] foi figura de destaque, seja por seus artigos nas duas publicações da entidade, o boletim ChanacomChana, editado durante cinco anos, e posteriormente o periódico Um Outro Olhar, seja pela atuação nos debates, manifestações e simpósios organizados pelo seu grupo ou em parceria com outros movimentos – feminista, homossexual e negro [...] (Schumacher, Brazil, 2000).

peessoas se identificassem e pudessem de fato vir a ser comemoradas. Dois acontecimentos de estimáveis referências marcaram essa data:

- O primeiro se concentra na invasão do Ferro's Bar em São Paulo. Era um local de encontro de lésbicas e gays, e um dos poucos lugares que aceitava esse público, durante as proibições de um regime militar, que torturou esses corpos considerados monstros e aberrações. As lésbicas feministas usavam esse espaço, segundo Soares e Costa (2012, p. 36) para “distribuir panfletos, denunciando o silêncio do movimento feminista sobre as diversas formas de violência sofridas pelas lésbicas”.

Responsável pelo boletim, um canal de informação do **GALF**, Rosely resistiu ao autoritarismo do proprietário do Ferro's Bar ao proibir a circulação deste que exteriorizava o direito à informação dessa temática. O boletim “era usado para reivindicar o fim da discriminação contra lésbicas no Brasil, para promover articulações entre ativistas lésbicas em nível internacional, em especial na América Latina” (Soares; Costa, 2012, p. 60).

O boletim levava o nome de ChanacomChana (CcC)³¹, e era um espaço político de afirmação lésbica, que “teve seu primeiro número publicado em formato de jornal pelo **LF**, em 1981, sendo, posteriormente, publicado como boletim pelo **GALF**, em 12 edições (1982 a 1987)” (Soares; Costa, 2012, p. 60-61). Este boletim circulava principalmente no Estado de São Paulo e por algumas pessoas fora do Estado que trocavam correspondências solicitando informações sobre o mundo lésbico. O boletim foi criado por mulheres lésbicas, para mulheres lésbicas e para as pessoas que queriam debater, conversar e se divertir com elas (ChanacomChana, 1981).

- O segundo acontecimento foi marcado pelo falecimento de Rosely no dia 28 de agosto de 1990. em consequência do ocorrido, o dia 19 de agosto, Dia do Orgulho das mulheres lésbicas no Brasil, marca a data da primeira manifestação protagonizada por lésbicas feministas contra o preconceito e a

³¹ No editorial do Jornal ChanacomChana considerava-se que o mesmo foi um pulo do inconformismo para a participação [...] A palavra “Chana” não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, contra os contrapontos de existir. Que a palavra Chana soa para uns como chance, para alguns como Chanca (pé grande – Sapatão?), e para outros Chama. O importante é isentar-se das conotações (ChanacomChana, 1981).

discriminação e celebra também a memória da ativista Rosely, símbolo de resistência e luta para o movimento de lésbicas feministas no Brasil.

As lésbicas do **GALF** denunciaram a invisibilidade que sofriam na 12ª ed. do jornal *Lampião da Esquina*, e apresentaram a seguinte narrativa:

Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função "sublime" da mulher, pedem a palavra e descem o verbo. É a primeira vez, sim senhora. Pode procurar em toda a sua memória, pode consultar o que e a quem você quiser. Os jornais e movimentos feministas no Brasil nunca tocaram no assunto. A formulação mais avançada das feministas, que está na Carta dos Direitos de Mulher, diz que a sexualidade feminina não deve ser vista apenas como a serviço da reprodução. Quer dizer: nos comportar, mas não refresca muito. Aquela matéria do jornal [...] (*Lampião da Esquina*, nº 12, p. 7, maio de 1979).

Vale ressaltar as demandas apresentadas por lésbicas aos “gaysolados”, na reunião do **Grupo Somos**, antes mesmo da criação do **LF**, elas solicitaram a discussão sobre machismo e feminismo e ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas em busca de alianças. Por apresentar essas demandas, elas foram hostilizadas e chamadas de histéricas pelos gays (Fernandes, 2018). Naquele momento, as lésbicas solicitaram inclusão e reconhecimento de suas necessidades, e hoje debatemos essas questões, porque antes, elas estavam nessa luta contra o machismo, sexismo e a lesbofobia.

Já foi apresentado o grupo de organização lésbica com origem no Sudeste, o **GALF** que se expandiu mais a nível de Brasil, entretanto, no mesmo ano de sua criação no Nordeste especificamente na Bahia, um grupo de mulheres também inconformadas com todas as mazelas e a invisibilidade que eram direcionadas às lésbicas, criavam o **Grupo Libertário Homossexual (GLH)**. Zuleide da Silva (2017, p. 3), descreveu esse grupo como “uma pequena ilha de Lesbos, um lugar seguro para as lésbicas”. Uma organização lésbica surgia para reivindicar esses direitos e unir-se à luta contra a lesbofobia. O **GLH**, ou **Grupo Libertário**, “buscava a felicidade. Para tanto, era preciso lutar pela liberdade democrática, pelo direito à liberdade do pensamento e do corpo, pelo prazer, sexualidade livre e plena” (Silva, 2017, p. 4).

Tanto o **GALF** quanto o **Grupo Libertário**, são dois grupos de organizações e atuação lésbicas no Brasil. Embora o **Grupo Libertário** “invisibilizado no cenário nacional, deu início no Estado da Bahia a um contínuo de discursos e práticas que

constituem a identidade lésbica militante como um ato de resistência à invisibilidade lésbica em defesa do direito de ser homossexual” (Silva, 2016, p. 177). Margot Paiva, uma das fundadoras do **Grupo Libertário**, também protagonizou a criação do primeiro jornal de lésbicas de Salvador, chamado de Amazonas, e representa a única associação de lésbicas fundada na Bahia em 1982 (Mott, 1987).

Além disso, o intuito desse grupo “influenciado pelo feminismo, a contracultura e o anarquismo, o grupo pretendia criar um canal de comunicação com suas iguais num mundo que as classificavam como invertidas” (Diadorim, 2021)³². Como também a matéria diz que esse jornal era confeccionado artesanalmente por estudantes de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ultrapassou os limites dos círculos estudantis do estado e suas edições chegaram ao **GALF**, responsável pelo jornal ChanacomChana (Diadorim, 2021).

A existência lésbica nos causa dor, fúria, a marca da luta vem com peso diferente para cada uma, que ousou vivenciar a lesbianidade. Mott homenageia a feminista Margot, professora doutora em Matemática e crítica cinematográfica da revista Sappho de Londres, e fala de sua morte, falecida precocemente em 1984, como muitas outras lésbicas, vítima do excesso de bebida cuja vida poderia ter sido mais longa e mais alegre, se tivesse sofrido menos com a repressão à maneira como amava suas iguais (Mott, 1987).

A lésbica é mais uma vítima da heterossexualidade compulsória, e a existência lésbica inclui “certamente o isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres. Ao nosso próprio risco, romantizamos o que significa amar e agir contra a corrente sob a ameaça de pesadas penalidades” (Rich, 10, p. 21). Margot foi mais uma vítima para a lesbofobia, porque foi proibida de vivenciar a lesbianidade em uma época de maior repressão, quando éramos perseguidas, torturadas, coagidas e por vezes mortas, fruto das consequências dessa repressão.

A importância dos movimentos sociais quando da inclusão social e defesa dos nossos direitos e das nossas vidas, se tornou um apoio à luta contra a lesbofobia. Tornou-se orgulho para as gerações por saber que as lésbicas feministas do **GALF** e do **Libertário**, dois grupos de lésbicas pioneiros no Brasil produziram conhecimento,

³² Diadorim. Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer. **Agência de Jornalismo independente** [2021]. Disponível em: <https://adiadorim.org/opinia0/2021/03/imprensa-lesbica-brasileira-40-anos-de-existencia-e-muito-por-fazer/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

cultura, debate e inclusão, entre tantas outras conquistas: os jornais Amazonas do **Libertário**, e ChanacomChana do **GALF**, bem como Safo de Lesbos, e as feministas Rosely e Margot entre tantas outras que se puseram na retaguarda de defesa da democracia e da cidadania lésbica, nos permitiram hoje esse espaço de debate, inclusão e visibilidade lésbica.

A narrativa de nossa história é valiosa para que possamos despertar a consciência lésbica feminista e enfrentar a lesbofobia, através dos instrumentos e diretrizes que serão debatidos e apresentados na próxima seção, cujo intuito é o esclarecimento da efetivação de legislações, bem como de organizações existentes no enfrentamento da violência e do crime de ódio contra as lésbicas. Identificar as diretrizes e os instrumentos legais é enfrentar a lesbofobia e prevenir o lesbocídio, como veremos a seguir.

4 ENFRENTAMENTO DA LESBOFOBIA: instrumentos e diretrizes legais, para sua efetivação

“Mesmo querendo muito, muitas não conseguem sair desse caminho e ficam lá para sempre!” (Eriveth Teixeira, 2024).

Para contribuir com a destilação de ódio, são pregadas as não verdades estigmatizadas que oprimem e violentam diariamente nós lésbicas pelo gênero, raça e sexualidade que confrontam as desiguais sub-representadas. “Os discursos que oprimem particularmente todas as lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são os que pressupõem, que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade” (Wittig, 2022, p. 59). “Somos estigmatizadas, rotuladas, silenciadas, invisibilizadas, caladas, mortas por rejeitarmos a heterossexualidade, por não estarmos disponíveis para os homens” (Silva, 2016, p. 276). Contudo, estaremos em luta contra os mecanismos políticos que violam diariamente nossos direitos, assim, a presente seção objetiva identificar instrumentos ou diretrizes legais, utilizados como ferramenta de enfrentamento da lesbofobia e sua efetivação.

Os resultados da violação de direitos por conta da orientação sexual e da identidade de gênero estão diariamente em manchetes de jornais noticiando os assassinatos e a violência letal contra pessoas LGBTQIAPN+. O Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022), responsável pelo boletim da violência letal dessa população no Maranhão entre os anos de 2021 e 2022, considera violência letal, a prática de assassinatos e suicídios consumados. Ou seja, ela geralmente ocorre quando as pessoas assassinadas apresentam marcas da crueldade destes crimes.

Ocorrem também outros tipos de violências, os traumas associados aos transtornos de ansiedade e depressão. Condições que por vezes refletem a rejeição familiar que, em sua maioria, os tornam mais vulneráveis ao suicídio. De acordo com os resultados do Dossiê sobre Lesbocídio³³ no Brasil: A história que ninguém conta, escrito por Milena Cristina Carneiro Peres (2018, p. 13), usa do termo lesbocídio

³³ O termo lesbocídio, dentre outras motivações, é proposto por este Dossiê como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia (Peres, 2018, p. 19).

“para os casos de lésbicas assassinadas no Brasil, por motivações de lesbofobia e da condição lésbica, além de realizarmos as devidas conexões com o feminicídio, com o racismo e as múltiplas opressões [...]”. Sobre suicídio, a autora esclarece:

Consideramos importante tipificar os lesbocídios mais comuns e fazer a justificativa do porquê consideramos que suicídios podem ser considerados lesbocídios uma vez que há detecção de circunstâncias de privações de direitos limítrofes que levam algumas lésbicas a optarem pelo suicídio (Peres, 2018, p. 13).

É evidente que a violência, fruto de situações e comportamentos lesbofóbicos, pode ocasionar a morte, seja ela por homicídio ou suicídio, a mão que pesa sobre nós deixa marcas, quando não executadas por elas, são executadas pela dor que elas causam.

O Dossiê do Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil, apresenta em seus resultados o Brasil, que continua sendo, em 2023, o campeão mundial de homicídios e suicídios LGBTQIAPN+, foram 257 mortes violentas documentadas (Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, 2024). Apesar de uma pequena redução comparado ao ano anterior, continuo aguardando a chegada do tempo em que sairemos de casa sem temer a violência contra nossos corpos. Sem que seja preciso se esconder, ou se envergonhar de quem somos.

É importante compreender o papel dos movimentos sociais na luta incansável pela vida LGBTQIAPN+, considerando também a atuação tanto do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), quanto das secretarias estaduais de direitos humanos, aqui me dirijo em particular à atuação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), implacável na defesa desses direitos, ainda que, com limitações, que atrasam seu desenvolvimento. Precisamos de melhorias, principalmente na efetivação das legislações que garantem nossos direitos.

Além do resultado de homicídios e suicídios, o Dossiê citado se manifesta em relação a 20 mortes que se encontram aguardando mais pesquisas e eventuais confirmações. Com sua aprovação, elevaria o então resultado para 277 mortes violentas, e ficaria, portanto, um percentual maior comparado aos casos de 2023. E pela primeira vez, segundo esse Dossiê, o Sudeste assume a posição de região mais impactada, registrando 100 casos, seguido pelo Nordeste, com 94, tendo a faixa

etária com maior ocorrência de violência entre 19 e 36 anos (Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, 2024).

Também é possível considerar os resultados do último relatório do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022), no *ranking* de violência letal dessa população, considerando o *ranking* de mortes por municípios no Estado do Maranhão, em primeiro lugar aparece São Luís com 20% dos casos, em segundo lugar Santa Inês (o principal município da Região do Vale do Pindaré), com percentual de 13% dos assassinatos. É preocupante os dados que colocam vidas LGBTQIAPN+ no *ranking* de mortes e evidencia a prevalência do ódio.

O Observatório do Grupo Gay da Bahia, a mais antiga OSC LGBTQIAPN+ da América Latina, que realiza esse levantamento desde 1980, portanto, há 45 anos, divulgou em seu relatório que o Brasil, mesmo com ampliação de políticas de enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia, a cada 30 horas ocorre uma morte de pessoas dessa população (GGB, 2024). Ainda segundo o Observatório, o Brasil permaneceu, em 2024, como o país com maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Foram registradas 291 mortes violentas, 34 casos a mais do que em 2023.

No entanto, a escala decrescente de mortes é mais que o suficiente para intensificar o debate com ações eficazes, a começar pela escola com docentes e discentes mais empáticos e abertos à diversidade. Esse relatório do Observatório do GGB (2024), traz o caso de um casal de lésbicas que são assassinadas quando caminhavam de mãos dadas em um município do Ceará, e o cenário se torna pior segundo o Dossiê de Mortes e Violência contra LGBTI+ no Brasil (2023, p. 11), para “lésbicas cisgêneras que não expressam feminilidade hegemônica ou que são perseguidas por ex-parceiros ou que estão em conflitos conjugais com outras mulheres”.

De acordo com o primeiro mapeamento nacional dedicado exclusivamente às vivências lésbicas, o LesboCenso Nacional publicado em 2022, que apresentou um mapeamento e sistematização de informações sobre os corpos, as práticas e as experiências de lésbicas no país, foi coordenado pela Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) e pela Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus. Esse documento é importante para que possamos apresentar os

dados à sociedade, dialogar com o poder público e continuar nossa luta de enfrentamento da lesbofobia.

Segundo esse documento, foi reunido pela primeira vez lésbicas por todo o Brasil para o enfrentamento dos ataques conservadores e para a garantia do acesso aos nossos direitos, bem como para o acolhimento e suporte desse grupo e “foram alcançadas, ao todo 24.514 lésbicas e sapatão, sendo que, destas, 21.656 eram elegíveis para participar da pesquisa” (LesboCenso, 2022. p. 19). Mesmo com uma vasta divulgação e com a contribuição dos movimentos sociais, muitas lésbicas ficaram de fora dessa pesquisa, e para o LesboCenso o fato da dificuldade foi atribuído ao não acesso das lésbicas que residem fora dos grandes centros urbanos e nas periferias e favelas.

Vale ressaltar que anterior ao LesboCenso, em 2018 foi lançado o Dossiê sobre Lesbocídio e segundo esse estudo, a faixa etária de mortalidade das lésbicas não-feminizadas era de 24 anos, e dentre os métodos de execução estão espancamento, estrangulamento, estupro seguido de morte, tiros e facadas. O resultado desse crime de ódio continua apontando o autor do assassinato, como pessoas com vínculos afetivos e familiares com a vítima (pais, primos, amigos, ex-parceiros/as etc.) (Peres, 2018, p. 43). Esse desenho criminal aponta os principais perigos carregados de ódio que circulam em um corpo lésbico.

Quem participou da pesquisa, de acordo com o LesboCenso (2022), foram mulheres que se autoidentificam, na maioria 51.36%, como lésbicas, seguida de sapatão 26.40%. Dessas, 85.23% são cisgêneros, seguida de pessoas não-binárias 6.31%, agêneros 1.17% e pessoa transsexuais 1.07%. A média de idade é de aproximadamente 30 anos. 33.55%, se autoidentificam negras e 61.94% brancas. Assim se deu o perfil das colaboradoras que participaram da pesquisa e puderam contribuir com o censo brasileiro de lésbicas.

Um dado importante traz o percentual do número de lésbicas que para viver a lesbianidade é necessário sair da casa de sua mãe e seu pai. A pesquisa “destaca que 6.27% se mudaram para assumir sua orientação sexual, 3.45% por rejeição da família e/ou da comunidade e 2.78% por ter sido vítima de agressões (psicológica, sexual ou física)” (LesboCenso, 2022, p. 22). Muitas já nascem em lares com mães e pais extremamente lesbofóbicas/os que não aceitam a orientação sexual da filha, o que as levam a sair de casa, mesmo sem aprovação de seus familiares.

A maior parte das entrevistadas, cerca de 78.61% já sofreu algum tipo de lesbofobia, e tem conhecidas que já sofreram algum tipo de violência por serem lésbicas 77.39%. Os tipos de atos lesbofóbicos mais destacados foram: assédio moral 31.36%, assédio sexual 20.84% e violência psicológica 18.39%. Em relação às situações de violência, as que mais se destacaram foram: a interrupção da fala 92.03%; e o local com maior frequência de violência foi a rua 19.66%, seguida pela casa 14.68% (LesboCenso, 2022).

Esse documento, assim como a categoria lesbocídio, traz dados relevantes e nos convida a refletir a partir dessas existências, como também nos mostra um cenário de tamanha crueldade e crimes de ódio para quem vivencia a lesbianidade. São mulheres que lutam diariamente contra o feminicídio ao enfrentar a violência causada pelo gênero e o lesbocídio ao enfrentar essa violência causada pela lesbofobia. Lorenzo (2010, p. 134), destaca que “a lesbofobia se estrutura a partir das características estruturais da sociedade ocidental e está conformada por 4 elementos, são eles:

1. *La no aceptación de la diferente y su construcción como desigual;*
2. *La deshumanización de las lesbianas como personas estigmatizadas;*
3. *La exclusión;*
4. *La violencia: la intersección del machismo, la misoginia y la lesbofobia pone en serio peligro la vida de las lesbianas.*

De acordo com esse estudo, a concepção de diferença coloca as lésbicas em construção de desigualdade por sermos diferentes e desiguais em relação ao masculino e ao homem, nos considerando desumanizadas, estigmatizadas quando as mulheres são consideradas humanas por cumprir com os papéis da heterossexualidade e da maternidade, sendo as lésbicas consideradas não humanas por descumprirem esse papel em sociedade.

Assim como Lorenzo, Wittig (2022, p. 12) contribui afirmando: “a lésbica rompe com a heterossexualidade compulsória e, ao se relacionar com outras lésbicas, está diante de uma outra existência, que desafia os poderes patriarcais e funda novas formas possíveis de se viver juntas”. Elas são excluídas quando expulsas do grupo que as estigmatizam com violência que põem em sério risco a vida lesbiana (Lorenzo, 2010).

As contribuições da pesquisa realizada sobre “Violências contra lésbicas: perfil dos registros de atendimento no Sistema de Informação de Agravos de Notificação” (SINAN). Foi resultado da Portaria nº. 2.406, de 5 de novembro de 2004 do Ministério da Saúde, que estabelece o preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência contra a mulher e outras violências. O Dossiê desta notificação compulsória colabora afirmando que, em 2015 segundo as autoras Camila Firmino e Kamila Matias (2021, p. 18), foram 1.721 registros de violência interpessoal contra mulheres lésbicas. No decorrer de 7 anos a quantidade de registros teve um aumento de 50%, ou seja, passou para 3.478 registros de violência”.

A pesquisa aponta como um dos fatores que contribuíram para o aumento do resultado, o preenchimento no campo orientação sexual que está ganhando mais visibilidade, quando pessoas se manifestam assumindo sua orientação sexual ou identidade de gênero na hora do atendimento. Para as autoras, “a notificação compulsória é definida como comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados” (Firmino; Matias, 2021, p. 9).

Houve um aumento considerado após a notificação compulsória das ocorrências, e de acordo com os dados do LesboCenso (2022, p. 39), “na última agressão lesbofóbica 38.36% das respondentes não fizeram nada, 22.47% procuraram ajuda de amigas/os e apenas 6.95% acionaram a polícia”. Esse resultado pode denotar duas situações: a primeira que agressores estão impunes a essas agressões, e a segunda pode ser por medo da falta de denúncia. Não deve ser fácil fazer uma denúncia e ficar vulnerável à situação, que mostra alguns casos sem a proteção necessária, vindo a óbito a denunciante.

No Maranhão, a aprovação da Lei nº. 11.521, de agosto de 2021, veio através da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), e estabelece a notificação compulsória, em todo Estado do Maranhão, no caso de violência ou indícios de violência, contra LGBTQIAPN+, atendida em serviços de saúde públicos ou privados (Maranhão, 2021).

A violência contra essa população pode se configurar com qualquer ação, conduta ou omissão, baseada no gênero, identidade e orientação sexual, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, sofrimento e

dano moral ou patrimonial (Maranhão, 2021). De acordo com a Lei, a notificação compulsória trabalha como forma preventiva de controle dessa violência ao notificar os casos e comunicar à autoridade policial no prazo de 24 horas, para as providências cabíveis.

Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), revelou que em 2021, a cada hora uma pessoa LGBTQIAPN+ é agredida no Brasil. E quando referida a situação de violência por Estados, o Maranhão estava ocupando o 4º lugar e na posição que mais recebeu denúncias de agressão contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Das vítimas de agressão, 46% dos casos eram transexuais e travestis, e as pessoas homossexuais representam 57%, dos quais, 32% eram lésbicas e 25% gays (Fiocruz, 2021). Em relação aos resultados, a pesquisa mostra que o número de lésbicas agredidas supera o número de gays. Isto denota a complexidade ocorrida à violência de gênero, quando mulheres são mais suscetíveis à violência.

As denúncias relatadas até o momento demonstraram que a ausência de direitos é abarcada pelo princípio norteador de efetivação das políticas públicas, em sua aplicabilidade e ações preventivas. A não aplicabilidade dessas políticas viola direitos básicos de uma população historicamente silenciada, violentada e que inserida neste cenário de desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social, é direcionada para o campo da violência e da opressão sexista, além de compor a estatística de um alto percentual de mortes.

4. 1 Legislação, efetivação e o enfrentamento da lesbofobia

Para iniciar o estudo documental, o diálogo se faz necessário com a Carta Magna brasileira, promulgada no século XX, no dia 5 de outubro de 1988. Ela se apresenta como “Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]” (Brasil, 2023a, p. 11).

A Constituição da República que rege nosso País, traz pontos essenciais para garantir uma educação de qualidade a todas as pessoas, e se torna um pilar indispensável para a construção social do nosso País. Nela está fundamentado os princípios básicos para que possamos exercer nossa cidadania, entre eles “promover

o bem de [todas e] todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (p. 12). Vale evidenciar a liberdade de expressão como garantia de cidadania expressa nessa seção que se respalda pela abordagem em Educação, trazida pela Constituição:

Art. 205, a educação, direito de [todas] todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, [entre eles]: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (Brasil, 2023a, p. 123).

Vale destacar os dois pilares: igualdade e liberdade, associando ao Estado do Maranhão com uma população majoritariamente negra, onde 66%, se autodeclaram pardas, e no Brasil mais da metade da população com 55,5% se identificam como preta ou parda, de acordo com IBGE, em um País predominantemente negro segundo o (IBGE, 2023), ainda enfrentamos diariamente o racismo estrutural.

Todavia foram instituídas as Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo. Busca-se através das leis obrigar escolas de educação básica a trabalhar com essas disciplinas para que possamos enfrentar o racismo estrutural no Brasil, bem como mudar a cultura de grupos dominados majoritariamente negros, que também são interseccionados pelo gênero, sexualidade, classe, entre outros marcadores de desigualdade social. Tanto que, após 22 anos da primeira Lei instituída, ainda existe uma grande lacuna para sua aplicação.

É nobre o debate sobre educação, com base na LDB, Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996, que determina no Art. 3º, que o ensino será ministrado com base em alguns princípios (Brasil, 2023b, p. 9), a seguir:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Consideração com a diversidade étnico-racial;
- Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária;
- Das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Princípios norteadores na LDB inerentes a este estudo devido pertencer à população LGBTQIAPN+, mais especificamente às lésbicas, no tocante às docentes.

Esses princípios, não trazem explicitação à questão sexual, aludindo ao respeito à diversidade humana, o qual inclui, obviamente, nós. Presumindo incluídas na igualdade de condição, no respeito à liberdade, no apreço à tolerância, na diversidade étnico-racial e na abordagem às Pessoas com Deficiência (PcD) e raça. A Lei mais específica é raça.

Apropriando-me mais da LDB neste debate, e ampliando o diálogo para as políticas públicas LGBTQIAPN+ na educação, notamos que é mencionado apenas três vezes a palavra diversidade: a primeira direcionada à diversidade étnico-racial, a segunda à diversidade humana, e a terceira à diversidade religiosa. Isso mostra o quanto precisamos avançar na política de inclusão social da diversidade, visto que é no espaço escolar que permeia a (re)produção de violência contra nossos corpos. Existe uma necessidade de refletir sobre a diversidade sexual nos espaços escolares e atualizações na LDB de modo a contemplar a pluralidade das existências. As/os docentes e discentes precisam ser contempladas/os e a educação necessita de um espaço humanizado que respeita e acolhe as diferenças.

Dirigindo-me a nível de Estado, o Maranhão, no Documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024, Plano Nacional de Educação (2024-2034) considerado uma política de Estado para a garantia da educação como direitos humanos, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável (Brasil, 2024), no Eixo III do documento, intitulado: “Educação, direitos humanos, inclusão e diversidade: equidade e justiça social na garantia do direito à educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência”. Uma abordagem mais direcionada à população deste estudo, diz:

Conforme explicitado no PPA [Plano Plurianual], agendas negligenciadas e atacadas nos últimos anos serão retomadas, como as questões da diversidade, da justiça racial, das pessoas em vulnerabilidade social, dos direitos dos povos originários e tradicionais, populações do campo, de florestas e águas, comunidade LGBTQIAPN+, das mulheres, das Pessoas com Deficiência (PcD), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades ou superdotação, pessoas surdas, surdocegas. O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social (Brasil, 2024, p. 117).

A escola é um bom exemplo, visto a resistência de alguns docentes, e a incansável desculpa que muitos usam ao afirmar que: “na época de sua formação, não havia esse debate, portanto, ainda é um campo pouco conhecido para de fato fazer a política acontecer”. Foi nesse contexto que transborda à LGBTQIAPN+fobia e

ao visitar escolas da Rede Pública do Município de Santa Inês/MA em 2022, quando realizava a campanha “LGBTfobia não é opinião. É crime!”, fiz a seguinte reflexão:

QUAL O VERDADEIRO PAPEL DA INSTITUIÇÃO SOCIAL ESCOLA?

*Um lugar que transita a construção de conhecimentos e
forma pessoas para desempenhar papéis na sociedade.*

Ela está ancorada no discurso conservador?

*A escola faz separação com uso de regulamentos
para classificar e desclassificar pessoas?*

*Se a sociedade conservadora é formada por pessoas
que são frutos também dessas escolas.
que papel social a escola desempenha?*

A escola fracassou?

*Os estudantes mudaram,
porque práticas ultrapassadas permanecem atuantes?*

*Docentes com cabelos brancos,
além da aparência de anos vividos e sem formação continuada,
significa o quê?*

Por que a escola usa máscara para disfarçar o preconceito aparentemente visível?

*O que acontece com estudantes LGBTQIAPN+,
quando por ocasião do destino precisam conviver
com docentes LGBTQIAPN+fóbicas/os?*

*Ou por pior que seja a escolha,
preferem arriscar a sobrevivência na mira da sociedade
com uma arma branca apontada,
que na mira de docentes assustadoramente preconceituosas/os.*

(Eriveth Teixeira, 2022)³⁴

Durante essas visitas, poucas escolas acolheram a campanha e a rejeição à minha presença naquele local era visível. Sentia o incômodo que minha presença causava. Se porventura, eu permanecesse calada durante as visitas, mesmo assim, causaria incômodo. Nesse sentido, fica o desafio para a educação em nosso País, segundo o documento da CONAE:

[...] faz-se necessária a realização de políticas, programas e ações concretas e colaborativas entre os entes federados, garantindo que os currículos, os Projetos Político-Pedagógicos (PPP), os planos de desenvolvimento institucional, dentre outros, considerem e contemplem a relação entre diversidade, deficiência, identidade étnico-racial, igualdade social e direitos humanos. Essas políticas deverão viabilizar a participação da sociedade no debate e na elaboração das propostas a serem implementadas. Para isso, faz-se necessária a construção de políticas de Estado, resultado de canais

³⁴ Qual o verdadeiro papel da instituição social “escola”? [2022]. (@erivethoficial) **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/erivethoficial/>. Acesso em: 11 out. 2024.

de diálogo, participação e parceria, envolvendo os movimentos sociais. (Brasil, 2024, p. 124).

Esse documento sugere uma política de Estado e o diálogo com os movimentos sociais, que convivem diariamente com o preconceito e a violência, pois é preciso compreender as questões de opressão contra essa população para buscar formas de combatê-las, por meio de políticas de inclusão social e defesa dos direitos humanos.

Referindo-me à política de Estado, o PEE/MA, instituído pela Lei nº 10.099/2014, no período (2014-2024), em cumprimento à Lei Federal nº 13.005/2014, definiu como prioridade a garantia e a ampliação do acesso, a melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da Educação Básica de acesso de todas as pessoas (Maranhão, 2014).

Ainda de acordo com o PEE/MA (2014), das 22 metas para serem alcançadas, destacou a Meta 7, por dialogar com este estudo. Ela tem como objetivo garantir 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais [...].

No tocante à população LGBTQIAPN+, o Plano objetiva alcançar uma educação não discriminatória, não sexista, não machista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica, e não transfóbica (Maranhão, 2014). Estamos no ano de concretude desse Plano, com poucos avanços, apesar da conquista histórica de uma política de Estado aprovada pelo Governador em 2014, a aprovação do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTI+, aguardava essa aprovação desde 2022, pelos movimentos sociais e entidades participantes de sua elaboração.

O Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022, p. 4) com vigência de 10 anos, (2022-2033), visa nortear “as ações do Estado no processo de formulação e implementação de políticas públicas de equiparação dos direitos à população LGBTI+ do Maranhão, que necessita de ações emergenciais de acolhimento às demandas da diversidade sexual e de gênero”.

Esse Plano apresenta eixos estratégicos como propostas de políticas públicas na promoção da cidadania e o enfrentamento da violência contra essa população. São propostas na área de educação, saúde, trabalho e renda, cultura, turismo, esporte e segurança, entre outros. Ele assume “como princípios a transversalidade e a

intersetorialidade das ações como responsabilidade estatal, no âmbito do governo estadual e em articulação com os governos municipais; o desenvolvimento de ações conjuntas entre estado e sociedade [...]” (Maranhão, 2022, p. 12).

Com ações mais eficazes, até mesmo pelo tempo e atuação, o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, que desde 2020 publica o Boletim da Violência Letal LGBTI+ do Maranhão, com periodicidade até 2022. E também foi em 2022, que ele lançou o primeiro exemplar do Boletim Violência Letal contra População Trans e Travesti no Maranhão, mas que não teve sequência em sua publicação.

O Observatório faz um trabalho de compilação das legislações que são aprovadas em todo o Estado do Maranhão, mas destaco a seguir, somente os documentos de políticas LGBTQIAPN+ aprovados nos municípios.

Quadro 2 – Documentos oficiais aprovados no Maranhão

DOCUMENTOS	
LEI	• Lei nº 8.078/2004 – Obriga realizar palestras sobre educação sexual etc., nas escolas; • Lei nº 10.333/2015 – Cria o Conselho Estadual de Direitos LGBT do Maranhão.
LEI ORDINÁRIA	• Lei Ordinária nº 11.521 (10/08/2021) – Notificação Compulsória no Estado do Maranhão em caso de violência LGBT.
DECRETO	• Decreto nº 37.697 – Rede Estadual de Promoção, Defesa e Proteção e de Articulação de Políticas Públicas LGBTQI do Maranhão.
RESOLUÇÃO	• Resolução nº 01/2013 – Núcleo da Mulher e LGBT da DPE-MA; • Resolução nº 03/2008 – Altera resolução do CEDDH sobre Comitê Técnico LGBT; • Resolução nº 09/2011 – Nome social – DPE; • Resolução nº 036/2006 – Comitê Técnico LGBT – CEDDH; • Resolução nº 05/2014 – Nomeia integrantes da Comissão de Institucionalização; • Resolução - GP – 472020 (12.08.2020) – Institui o Comitê de Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.
PORTARIA	• Portaria - FUNAC – Adolescentes LGBTI no sistema socioeducativo; • Portaria - SEFAZ – Política de comunicação que proíbe discriminação; • Portaria nº 22/2014 – Cria Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do MA; • Portaria nº 41/2014 – 2 – SEJAP – Acolhimento e visita íntima de LGBT privado de liberdade; • Portaria nº 43/2011 – RI da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e DHs para LGBT; • Portaria nº 45/2014 – Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do MA; • Portaria nº 50/2014 – Criação e lista de membros do Comitê Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia; • Portaria nº 69/2014 – 2 – Criação e lista de membros do Comitê Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia; • Portaria nº 442/2012 – Uso do nome social em delegacias; • Portaria - GAB/PGJ – 23652021 (05/04/2021) – Nomeação da composição do Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV;

DOCUMENTOS	
PORTARIA	• Portaria nº 669 – SES (01/09/2020) – Institui o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde; • Portaria conjunta SEDIHPOP/SEDUC nº 002 – Uso de nome social nos registros escolares da educação básica do Estado.
ATO	• Ato MPMA nº 312020 – Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV; • Ato - GPGJ – 42021 (19/02/2021) – Altera a redação do Art. 4º que cria o Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV).

Fonte: Organizado pela autora a partir de informação no site do Observatório de Políticas LGBTI+ do Maranhão, 2022.³⁵

Legislações existentes há, mas poucas na área de educação, e delas muitas sem efetivação. Fazendo uma análise política e crítica da situação apresentada, irei dividi-la em duas partes:

- A primeira é quantitativa. Ao analisar por esse ângulo, temos a percepção de o Maranhão ser um Estado comprometido e engajado com as pautas da população LGBTQIAPN+. Isso é muito bom e fundamental para a consecução de nossas validações e dos nossos direitos em ter segurança e a valorização de nossas vidas, bem como, oportunidades de empregos e uma educação que nos inclua e promova a reconstituição de nossas identidades sócio-políticas. No entanto, os números apresentados, nem sempre condizem com o que de fato merecemos.
- A segunda é qualitativa, e faz parte do corpo político que contém esses regulamentos no Maranhão, e dialogando com quem mais precisa da aplicação dessas legislações, alguns desses documentos respondem, há os que não respondem aos nossos anseios, por não atenderem às necessidades daqueles momentos.

Existe sempre um debate apontando para as necessidades de criação de legislações, pois avançamos tão pouco, mas antes, poderemos exercitar o direito de pensar na execução das legislações existentes, já que algumas têm validade restrita. Quem sabe, solicitando efetivação e fiscalização, pode ocorrer o início de uma transformação social, como exemplo cito o trabalho de consciência política para continuar o avanço em questão. O Observatório ainda apresenta os serviços ativos e

³⁵ Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. [2022]. Disponível: <https://observatoriogbtima.com.br/>. Acesso em 22 ago. 2024.

comparando-os às resoluções existentes, reforçam nossa teoria de pouca efetivação das políticas que temos no Maranhão. São eles:

Quadro 3 – Serviços ativos no Estado do Maranhão.

SERVIÇOS	
1	Conselho de Estado de Direitos LGBTQ+ do Maranhão
2	Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB
3	Coordenação Estadual de Políticas Públicas LGBTQ
4	Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão
5	Ambulatório de Sexualidade do Hospital Universitário da UFMA
6	Ambulatório Trans Sabrina Drumond
7	Casa FloreSer – Unidade de Acolhimento do Instituto Raissa Mendonça
8	Núcleo de Defesa da Mulher e População LGBTQ+ DPE

Fonte: Organizado pela autora a partir de informação no site do Observatório de Políticas LGBTQI+ do Maranhão, 2022.

Além de compartilhar as informações, o Observatório, se mostrou como uma ferramenta capaz de promover o diálogo entre sociedade civil e o poder público, por caracterizar os resultados da violência letal que acontece com requintes de crueldades, na maioria das vezes.

A mesma ideologia que proibia o cumprimento do Programa Brasil sem Homofobia lançado em 2004, incita a violência contra as mulheres, reforça os estereótipos do ideal de sujeito universal, oprimindo as pessoas atravessadas pela raça e classe, e promovendo o apagamento da população LGBTQIAPN+. Trazer os resultados dessa violência dentro do nosso Estado, chama atenção do poder público para o debate, por meio das manifestações da militância como ato de resistência, e a realização em conjunto de ações com possibilidades que resgate os grupos da “naturalização” compulsória.

Conhecemos o que dizem algumas das importantes legislações, a seguir o encontro será com as falas das colaboradoras, suas relações, compreensão sobre gênero e sexualidade, bem como as formas de enfrentamento da lesbofobia desenvolvida pelas escolas que trabalham essas legislações são aplicadas pela escola. A seguir caminharemos com as colaboradoras que concernem ao enfrentamento da lesbofobia.

5 LÉSBICAS PROFESSORAS NO ESPAÇO ESCOLAR E FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA LESBOFOBIA

*“Condições desafiadoras de uma cultura dominante e o resgate de vozes subalternizadas, ressignificando a identidade política lésbica-feminista”
(Eriveth Teixeira, 2024).*

Como já mencionado durante a apresentação dos primeiros contatos com as colaboradoras, a princípio seriam 15 professoras participantes da pesquisa, no entanto, após algumas desistências restaram 10 colaboradoras que concederam entrevistas. Curioso que o trajeto, inicialmente, indicou uma certa resistência, quando o assunto sobre nós lésbicas, era exposto, e era tratado como algo do tipo proibido. Ouso arriscar em dizer, que para algumas pessoas esse assunto não poderia estar sendo falado. Muito menos pesquisado. E sempre que abordava com pedido uma pessoa para chegar até essas professoras, eram surpreendidas com o tema pesquisado.

Como pode alguém “desenterrar” algo tão particular, tão íntimo? Era assim que me sentia ao passo que ia avançando no número de pessoas que eu me aproximava para pedir ajuda. contei também com a mobilização de algumas colaboradoras que foram chegando, se tornando o reforço necessário para completar o número de professoras colaboradoras da pesquisa. Durante esse trajeto, cheguei a pensar que éramos um corpo que não precisaria de atenção, quanto menos que falassem sobre nós. Mas, a quem esse silêncio beneficia? Fica aqui o questionamento.

Passei a contar com 10 professoras que não só disseram sim para a pesquisa, mas a maioria demonstrou contentamento por ver pela primeira vez um trabalho que as colocavam no centro, como pessoas de e com direitos que devem ser garantidos. Elas estavam dispostas a contribuir com essa narrativa que partiria da história de vida de cada uma, com seus encontros e desencontros de ser, pertencer, estar, sentir e agir. Quem são, o que fazem, onde estão, e como acontece suas relações no espaço escolar, político, social e familiar?

Cada tessitura desse emaranhado de informações desenharia uma sistematização de acontecimentos diferenciados. Faço uma analogia às nossas interpretações de quando fazemos uma determinada leitura, cada leitora e leitor tem

a sua interpretação, mesmo que as convergem entre si, cada interpretação vem com uma visão diferente, ou seja, apesar de todas as professoras serem identificadas pela pesquisa como lésbicas, cada uma viveu e vive de forma singular a lesbianidade. Eu parto da singularidade dessas professoras, suas vidas, seus cotidianos e seus amores. Nesse sentido, procuro analisar as narrativas das colaboradoras, suas compreensões sobre relações de gênero e sexualidade e as alternativas utilizadas pelas escolas públicas da Região do Vale do Pindaré, destacando as formas de enfrentamento da lesbofobia.

Inicialmente, destaco informações identitárias das colaboradoras, para uma melhor compreensão dessas professoras com faixa etária entre 37 e 47 anos, destas, sete são naturais de municípios da Região do Vale do Pindaré, duas são de outras regiões, e, apenas uma tem origem de outro estado. Optei por não registrar os municípios de origem, residência e trabalho, por dois motivos:

- O primeiro, por serem municípios em sua totalidade de pequeno porte, ou seja, mesmo utilizando pseudônimos, seria fácil para as futuras leitoras e futuros leitores dessas regiões identificá-las, por trazerem histórias bem peculiares, que ocorreram nos pequenos municípios que nada escapa às lentes de observadoras e observadores, e alguns dos acontecimentos vieram à tona, talvez não com a mesma precisão, mas podem ser identificadas.
- O segundo, partiu de algumas colaboradoras que solicitaram a troca principalmente do lugar de residência e de trabalho, pelos motivos que já expus. Fazendo essa troca ou excluindo essas informações, não interferem de forma alguma no resultado das narrativas.

Todas as colaboradoras têm graduação em: Letras (3), Pedagogia (3), Educação Física (3) e História (1). Vale ressaltar que a metade se formou em universidades públicas (Federal e Estadual), e a outra metade em faculdades particulares. Fato que denota a ausência de instituições universitárias públicas, nas regiões de pequeno porte, concentrando a maioria em Santa Inês. Também pode ter ocorrido o caso de instituições que vão até os municípios nos finais de semanas com ofertas de cursos superiores sendo a maioria particulares que facilitam a formação e a oferta do curso superior em educação. Além da graduação, 6 são portadoras de especialização e uma de mestrado.

Todas as colaboradoras têm um número considerável de tempo de atuação em sala de aula que varia entre 10 e 25 anos. Para algumas delas, são duas décadas de contribuições educacionais. Elas trazem em seu arcabouço teórico-metodológico bastante experiências que serão aqui compartilhadas.

Na questão religiosa, a predominância é cristã. Algumas dessas que responderam serem católicas, não são praticantes, a resposta estava mais atrelada à sua fé em Deus, como se essa ausência lhe causasse um distanciamento do divino.

A história de vida com seus momentos na docência será compartilhada através do roteiro de entrevista. Este foi pensado em questões, primeiramente, para conhecê-las a partir da descoberta de sua orientação sexual; quando aconteceu; de que forma aconteceu, como se sentiram; avançando para as discussões político-sociais e familiares até chegar à docência.

Ouvir essas falas se constituindo como corpo político, fomenta a legitimação desse debate que não pretende se estender só de forma autobiográfica da narrativa de vida dessas professoras, pois, os momentos questionados servirão também para entender, em parte, esses corpos nos espaços de formação, dialogando com a academia e a capacidade de organização. Nesse sentido, o roteiro de entrevista foi dividido em 3 momentos:

- O primeiro destaca a sexualidade, quando procuro saber sobre a trajetória de cada uma, desde o momento de descoberta da orientação sexual e de que forma se deu a relação com a família. Nessa ocasião, a maioria delas trouxe um clamor na fala, por não saber o que estava acontecendo e por não saber lidar com aquela situação que trazia para si a descoberta da orientação sexual, e a maioria foi surpreendida também com a rejeição da mãe no seio familiar. Também quis conhecer quais os desafios que enfrentaram partindo do período dessa descoberta;
- O segundo evidencia as relações de gênero e sexualidade no espaço escolar, como essas questões de forma gradativa foram se afunilando para o contexto educacional. Quando questionadas sobre o significado de relação de gênero e de sexualidade, o silêncio pairou por cerca de alguns segundos, faltando a compreensão para a maioria. Procurei saber como se dava a relação de gênero de um corpo lésbico no espaço escolar; se existiam outras lésbicas docente na

escola, se houve formação continuada em relação a esse assunto e qual o entendimento daquelas que tinham participado dessa formação;

- No terceiro momento, quis conhecer um pouco sobre a caminhada lésbica na docência, como se davam as relações com estudantes, em que momento a escola trabalhou a questão da sexualidade e de pessoas LGBTQIAPN+ e a LGBTQIAPN+fobia? Em especial a lesbianidade e a lesbofobia. Se presenciaram formas de violência contra estudantes dessa população, como reagiram, e para fechar o ciclo de perguntas; se sofreram lesbofobia; e o que poderia ser feito para esse enfrentamento na escola. Após muitos anos de luta, ainda prevalece o desconhecimento do termo lesbofobia e as colaboradoras utilizavam em sua maioria homofobia quando mencionavam a violência sofrida por lésbicas.

Com o roteiro elaborado, o próximo passo foi entrar em contato novamente com as colaboradoras para agendar a data, o local e horário para as entrevistas. Isso implicaria dizer que residindo em um dos municípios, precisaria me deslocar para outros 4 municípios onde elas residiam, e no total da pesquisa visitei 5 municípios da Região do Vale do Pindaré.

Tive receio que alguma desistisse, haja vista um intervalo bem generoso entre o dia que elas decidiram participar da pesquisa e o dia do seu agendamento, mas, para a minha satisfação, todas continuaram com a concordância de participação, e seguimos para a efetivação das datas e as entrevistas ocorreram entre os dias 8 de julho a 9 de agosto de 2024.

Realizei em média duas entrevistas por semana, com duração entre 1h46 min a de maior e 24 min a de menor tempo. A propósito, na entrevista de 24 min, eu tive dificuldades para estimular a participação da colaboradora, que em cada resposta demonstrou timidez. Enquanto isso, a entrevista de 1h46, me possibilitou diversas informações, que proporcionaram melhor a análise desses dados.

Vale ressaltar que as entrevistas não foram agendadas no primeiro contato. Algumas eu tive que insistir bastante, várias justificaram dizendo que estavam atarefadas pela demanda dos compromissos com as atividades escolares, mas continuei insistindo e me colocava sempre à disposição, para o dia, horário e local desejado por elas, bem como meu deslocamento até o município que residirem. Como

era de se esperar, todas as entrevistas aconteceram nos municípios de residência das colaboradoras. Percebi que os locais sempre eram aqueles que traziam mais segurança para as colaboradoras, e por eu não ser do convívio da maioria, ficou a critério delas a escolha.

Naquela ocasião, me bastava garantir a confiança delas na pesquisa. As entrevistas foram gravadas mediante suas autorizações para gravar os áudios. Quanto aos locais, as entrevistas aconteceram em lugares diversos como: escritório, sala, quarto, sítio, escola, e também hotel, onde me encontrava hospedada.

5. 1 Descoberta da sexualidade

“Eu era lésbica desde novinha, só que eu não percebia os sinais” (Filipa, 2024).³⁶

Chegou o momento dos resultados das entrevistas, que foi importante para alinhar o discurso das colaboradoras, tecendo uma narrativa analítica na organicidade dos dados de acordo com o roteiro previsto.

Iniciarei essa construção com as falas das colaboradoras que tiveram o despertar de si na infância, seguindo com as que foram na adolescência e por fim, as da fase adulta, demonstrando as singularidades de suas vivências e a lesbianidade de acordo com seu corpo. Pode-se perceber que os relatos de quem despertou a orientação sexual na infância, não tinha noção do que estava acontecendo, posto que se tratavam de crianças e com obediência aos ascendentes, que também representavam naquela época o único modelo de relacionamento conjugal celebrado décadas após décadas.

A análise inicial foi com a fala da professora **Anne**, quando ela nasceu, sua mãe biológica tinha 15 anos e seu pai biológico 16, então, desde o primeiro ano de vida, foi criada pela mãe de seu pai, no seio de sua família paterna, tendo um pouco mais de convívio com o pai biológico, que era o filho mais velho de um total de 5 irmãos e uma irmã. Em relação à mãe biológica, elas ficaram cerca de 20 anos sem se falar. A mãe de Anne era nova demais para criar sua filha, mas teve outros

³⁶ A partir dessa seção, em cada subseção haverá uma epígrafe das colaboradoras, demonstrando o debate sobre suas falas.

relacionamentos e outros filhos. Foi o que levou Anne a procurá-la para saber o motivo do abandono, o que parece alimentar uma revolta, mas apesar da situação nada lhe faltou e sempre pôde contar com o apoio de seus familiares.

Desde os 6 anos Anne considerava as mulheres mais interessantes e foi com uma prima que aos 7 anos rolou seu primeiro beijo no despertar de sua sexualidade, durante uma brincadeira de casinha. Ela diz: *“nessas brincadeiras de casinha rolou um beijo, estilo selinho, foi algo que ficou marcado em minha memória [...]. Daí por diante, fui crescendo, mas sempre achando as meninas mais atraentes”*³⁷.

Por volta dos 11 anos de idade, Anne conheceu uma garota um ano mais nova que também nutria os mesmos sentimentos por mulheres. Houve uma aproximação, despertando ainda mais o que sentia. Imaginemos duas crianças escondidas, pois era considerado errado e comparado ao pecado o que elas estavam praticando. O que elas conheciam como certo, fazia parte de seus convívios, como a relação pai e mãe, homem e mulher, a única “correta” que seria capaz de acontecer naquela época. Entre elas não aconteceu nada de fato, como disse Anne: *“logo, naquela época ter 11 anos era bem diferente de hoje, mas foi um episódio que ficou marcante”*.

Sem ter referências lésbicas na época, mesmo porque a maioria se mantinha em segredo, pois se tratava de um período difícil para se assumir, não que hoje não seja, mas naquela época o atentado contra as nossas vidas era visivelmente permitido e Anne temia por não saber se seria possível vivenciar a lesbianidade resolveu seguir a estrutura binária de um sexo, namorando alguns meninos como diz: *“nessa época de 12 a 13 anos foi meu último namoro com garotos, pois decidi não me relacionar mais com meninos. A relação que eu falo era de beijos e abraços, na verdade eu nunca me envolvi sexualmente com homens”*.

Foram tempos difíceis, e quando descobertas, sofriam violência, discriminação e o que fosse necessário para reprimi-las. Hoje, tais atos configuram crimes, quando em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que tanto casos de transfobia como homofobia (hoje LGBTQIAPN+fobia), se enquadram na Lei nº 7. 716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

³⁷ Ressalto que os trechos de falas das colaboradoras serão escritos em *itálico* e entre aspas, dentro dos parágrafos com menção a elas. E os trechos grifados em **negrito**, são para enfatizar algumas passagens. O motivo da escolha é possibilitar uma leitura sem interrupções.

Mesmo após a decisão do STF como garantia da vida de pessoas LGBTQIAPN+, continuamos sofrendo violência por lesbofobia e lutando contra ela.

Anne se dedicou mais aos estudos e ao trabalho, mas veio aquela que seria sua primeira namorada, e aos 18 anos iniciou essa união que durou 7 anos, e deixou a certeza para sua família do caminho que seguiria daquele momento em diante. Anne recorda: *“em relação à minha família eu não posso dizer que é uma família que não se abala, que é aberta, mas nunca fui rejeitada, nunca me chamaram no canto e questionaram se era isso que eu queria para a minha vida, porque alguns casos que sei de colegas, a família chama e diz: tu achas isso certo? Tu vais fazer isso? Por que não se casa e tem filhos, tipo essas coisas. Logo, nós somos da geração de 80, então já está bem melhor nos dias atuais, para trás as coisas eram mais arraigadas. Hoje é tudo mais liberal, e às vezes até eu mesma acho tudo tão liberal que eu digo não, mas na minha época não era assim, e fico com aversão a algumas coisas, que a gente tem que ter a cabeça aberta”*.

O assunto que atravessa questões da população LGBTQIAPN+, não era divulgado pela família de Anne. Nessa circunstância poderia ter ocorrido dois tipos de situações: na primeira sua família não tinha conhecimento sobre o assunto, e associava a lesbianidade ao pecado como premissa dos ditos naquela época. Na segunda, pode ocorrer o silêncio como forma de negar a aceitação dos acontecimentos. O fato é que desse relacionamento de 7 anos com **Elisa Raine**³⁸, a avó de Anne ficou 2 anos sem falar com esta, não com a neta, mas depois de alguns anos, quando veio a aceitação, ficou tudo bem entre elas.

Independentemente dos resultados de aceitação familiar, tem sempre uma reflexão que acompanha Anne: ***“você não pode se anular por causa de ninguém porque cada um vive sua vida, seus pais estão vivendo a vida deles, seus tios, seus irmãos, cada um escolheu a própria vida, agora você vai deixá-los escolher a sua? Tu vais te anular por causa de alguém?”***, e assim ela seguiu firme com suas convicções, e o que sente por sua família é sustentado pelo respeito, gratidão e amor que recebeu e recebe. Até a lésbica adquirir essa consciência, o anular-se pode virar aliado para muitas, e o intuito de esconder-se, resulta no refúgio, crescendo o espaço do medo e da rejeição, inclusive com a permissão da maioria de seus familiares.

³⁸ Elisa Raine, tornou-se a primeira namorada de Anne Lister.

Professora **Cássia**, que veio de uma família de origem humilde, sua mãe, assim como a maioria das mães naquela época, se dedicava aos afazeres do lar, e seu pai tinha um pequeno comércio em casa. Quando ela nasceu, as irmãs que nasceram primeiro se distanciaram de sua idade, assim ela se aproximou mais dos irmãos que eram mais novos. Então brincadeiras que são atribuídas ao gênero masculino, eram as suas preferidas, e com seus irmãos e os garotos da rua as brincadeiras com carrinhos, jogar bola, empinar pipas, entre outras, sempre fizeram parte de sua rotina, sem as bonecas, pois não gostava.

Cássia foi uma das poucas privilegiadas, pois contou com a proteção de sua família desde criança e sempre lutou pelo que queria, como ela mesmo reconhece: *“eu sempre fui muito decidida em minha vida”*. Foi com essa firmeza que uma criança, mesmo diante da imposição e da obrigatoriedade no uso de uma vestimenta do fardamento escolar determinando o gênero, conversou com seus responsáveis e pediu para que fossem até a escola autorizar o uso da calça. Era uma época em que as meninas vestiam saias e os meninos vestiam calças, sempre demarcando o que era para meninas e o que era para meninos. Inclusive todas as colaboradoras, umas com maior ou menor precisão, foram vítimas de um País que predominava a misoginia, podando nossos direitos.

A lésbica desfeminizada, contou com o apoio de sua família que não questionou o fato de ser diferente desde a infância, como afirmou Cássia: *“quando me entendi por gente já era quem eu sou, na verdade **eu sabia que era diferente das minhas irmãs, pois sempre gostei de brincar com ‘coisas de meninos’**, e dentro da minha casa nunca fui chamada atenção”*. A colaboradora apresenta um clássico que por muito tempo foi utilizado para justificar as diferenças entre as mulheres e as lésbicas que brincavam com coisas “que eram para meninos”, vestiam roupas “que eram para meninos”, tinham comportamentos “que eram para meninos”, só poderiam se “identificarem como meninos”, e como não poderiam ser um menino, seriam um “menino invertido”, classificadas popularmente como “fancha”, “fanchona”, “machão”, “machona”, “machuda”, “moquetona”, “mulher-macho”, “sapatão”, “sapatona” entre outros (Mott, 1987).

Foi com a idade de 5 a 6 anos que uma coordenadora da escola a “tirou do armário”, e esse fato é importante para termos a compreensão dos estereótipos, que são formados em torno de alguém que se diferencia de um ponto de vista “normativo”.

Como Cássia, um corpo que desfem, não performou a feminilidade como norma para meninas e mulheres, ela não poderia segundo o preconceito ser uma mulher, e foi o que aconteceu na sala de aula, quando a coordenadora passou e avisou a professora da turma para liberar as meninas para o lanche. A dinâmica funcionava da seguinte forma:

Primeiro era servido o lanche às meninas, que iam buscar na cantina da escola e levavam para comer na sala de aula, quando todas as meninas já tinham se servido, era a vez dos meninos. Ocorreu que naquela manhã Cássia entrou na fila do lanche entregue as meninas, buscou a merenda e estava na sala de aula fazendo sua refeição, quando a coordenadora a repreendeu. Recorda Cássia: *“naquele momento eu não entendi nada, tanto que foram os meus colegas que me defenderam, e disseram, coordenadora é a Cássia e era a vez das meninas lancharem, ela foi com as meninas. Foi quando a coordenadora se ‘tocou’, e só depois que tudo passou que eu fui perceber, quando os meninos chegaram e disseram que a coordenadora pensava que eu era um menino, por isso que ela ficou chateada e reclamou”*.

Só que Cássia se compreendia dentro da “normalidade”, pois acreditava em sua verdade e tirava suas impressões, quando afirmava: *“tinha percebido naquela época que **as pessoas me viam de forma diferente, mas para mim até então eu era normal**”*. É notável o que essa colaboradora coloca como “normal”. Ela se comportava de acordo com o que compreendia ser “normal”, mesmo sabendo que era diferente de suas irmãs, por aquela ser a única forma de vida que ela compreendia como verdadeira, mesmo com comportamentos diferentes do seu gênero e contrariando a imposição da “normalidade”.

As lésbicas desfem são pessoas com singularidades próprias, mas por se diferenciar do gênero de origem e por não serem aceitas na maioria, são podadas. Tais proibições só vão retardar e traumatizar essas vidas que seguem com sequelas da rejeição por suas diferenças. Essa dicotomia de gênero é alimentada exatamente para demarcar as diferenças até subjugá-las.

Assim como Anne, que já trazia a certeza de sua orientação sexual desde a infância, Cássia cresceu com seus afetos por mulheres, e quando estava com 11 anos se apaixonou por sua professora, e apesar da idade, o que não a impediu de se declarar, como afirma: *“só espero a primeira oportunidade, foi quando eu cheguei e falei que tinha sentimentos por ela, e ela levou um susto. A professora que era viúva*

acabou tendo um carinho muito grande por mim, e nos aproximamos, mas por conta da idade não se consumou os fatos”.

A aproximação das duas foi algo tão forte que um dia foi assunto durante o jantar. Como afirma Cássia: *“aqui em casa tínhamos o hábito de almoçar e jantar todos juntos, e um dia estávamos na mesa do jantar quando a minha irmã mais velha disse que percebia uma relação diferente entre a professora e eu”.* Mas segundo Cássia, o silêncio se fez presente naquele momento.

A colaboradora chegou a falar que já sentiu atração por homens, mas que seus afetos sempre foram por mulheres, e na adolescência veio o primeiro namoro e foi com uma professora. Cássia já estava no ensino médio, mas ciente do que estava fazendo, chegou até a professora e disse que estava apaixonada por ela. Como afirmou: *“eu achava certo porque eu era feliz assim como eu ainda sou”.* Cássia diz: *“eu nunca falei com ninguém abertamente sobre o assunto, nunca sentei com minha mãe, ou com meu pai e nunca sentei com meus irmãos para falar sobre o assunto, as coisas foram acontecendo. Eu só trouxe alguém à minha casa para dizer que era minha namorada depois que minha mãe faleceu, não sei se por questão de respeito”.*

Em relação aos desafios, Cássia disse que seu maior desafio foi com ela mesma, em se aceitar diferente das outras mulheres, segundo afirma: ***“eu sou diferente não só nisso, eu tenho outras coisas que me diferenciam de algumas particularidades que às vezes eu me questiono, será se isso é normal? Será que eu não sou algo à parte, mas na verdade o desafio maior foi aceitação comigo”.*** Entretanto, como diz: *“eu sou feliz assim, não estou fazendo mal para ninguém, então, não tenho porque me envergonhar”.*

Durante a entrevista não tive dúvidas sobre sua fala, mas no ato da transcrição e análise, fiquei buscando respostas sem que as tivessem, quando ela disse que era diferente não só nisso. Fiquei me perguntando: mas o que estava se referindo ao afirmar que tinha outras coisas que a diferenciava de outras pessoas do mesmo gênero? O que será que ela estava tentando falar com essas afirmações? Cássia me levou a suspeitar que além da orientação sexual, poderia existir algo que a fizesse se sentir diferente, como por exemplo, poderia ser ela uma pessoa intersexo? Posso dizer que lamento o fato de durante a entrevista não ter explorado um pouco mais tais questões, restando as dúvidas por não saber do que se tratavam os questionamentos da colaboradora, mas que suscitaram algumas hipóteses.

Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI)³⁹, define intersexo pessoas que têm características sexuais congênitas. Elas não se enquadram nas normas médicas e sociais que definem corpos femininos ou masculinos, e são capazes de criarem riscos ou experiências de estigma, discriminação, ódio e danos a estes corpos. Além do mais, pode-se justificar também o silêncio de sua família, por compreender as características de Cássia desde o nascimento. Cássia seguiu seu destino se relacionando afetivamente com mulheres, respeitando sua família, e se mostrando impiedosa para comportamentos lesbofóbicos.

Já a professora **Filipa**, que despertara a sexualidade na infância, com seus 8 anos, e reconhece esse momento, quando afirma: ***“eu era lésbica desde novinha, só que eu não percebia os sinais”***. A anulação dos sinais pode estar relacionada ao momento de não aceitação, como se ignorando os sinais deixaria de vivenciar a lesbianidade. Só que essas idades entre 5 e 8 anos relacionadas ao despertar da sexualidade na infância para a maioria das colaboradoras, posso afirmar que elas não conseguiriam fazer quaisquer que fossem as distinções, então o despertar de si aconteceu seguindo seus propósitos, como evidenciado na fala de Cássia, quando disse que todas as pessoas sabiam, e por se considerar dentro da “normalidade”, não percebia os sinais que diferenciam o gênero dentro da binaridade, posto que, para ela, era “normal” como vivia.

E o “normal” passa a ser recusado no momento da descoberta de si, ao passo que estão sendo moldadas pela intervenção biológica e social associadas aos diferentes fatores que são expostos nas falas das colaboradoras. A título de ilustração, pode-se mencionar: o embate consigo mesma, ou seja, a aceitação da orientação sexual, o medo da rejeição familiar, a vergonha por vivenciar algo diferente da “norma”, a ausência de representatividades que poderia ser relacionada ao momento de rejeição dos sinais, como se ignorando esses sinais pudessem viver a “norma” socialmente construída.

Filipa, aos 8 anos de idade, escreveu uma carta para a enfermeira que mantinha afeto, mas era apenas uma criança demonstrando sua afeição pela enfermeira. Ainda assim, o que ela sentia ficou preservado por anos. Filipa sempre gostou de jogar futebol, e foi ali no campo de futebol, com mais maturidade e já

³⁹ ABRAI – Associação Brasileira de Intersexos. Disponível em: <https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/definicao-de-intersexo/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

percebendo os sinais por conviver com outras lésbicas (nem todas assumidas), que vivenciou seu interesse pela primeira namorada Maria Peralta, mas que antes já havia se envolvido com relações heterossexuais duradouras.

Filipa não teve problema em lidar com a descoberta da orientação sexual, mas, de certa forma, demorou para se reconhecer como tal, levando em consideração o despertar na infância e sua vivência na adolescência. Com sua mãe, sempre manteve uma relação de amor, cuidado e proteção, e recebia conselhos trazidos na fala de Filipa: ***“olha minha filha tenha cuidado, o mundo é perigoso, pessoas matam gays e lésbicas por qualquer motivo, então, se preserve”***.

A relação com a família de Filipa permaneceu a mesma, nada mudou. Além do mais, nesse contexto familiar ela tem um irmão gay assumido antes dela e uma irmã lésbica que se assumiu depois dela. A família abraçou e resolveu proteger os seus. Apesar de uma boa relação familiar, tiveram grandes problemas com o pai, que era alcoólatra, como expressa Filipa: *“com minha mãe existia essa parceria, já meu pai sempre foi muito distante, e nunca tive uma boa relação. Ele bebia muito, era muito agressivo, me batia, não por conta da sexualidade, mas por conta da bebida mesmo. Eu sequer falava com ele, falava o básico do básico, e ele não ficava muito tempo em casa. Sempre teve muitas amantes e filhos fora do casamento, então ele nunca esteve presente em nossas vidas [...]”*.

Filipa não teve grandes desafios em relação a orientação sexual, sua família aceitou com tranquilidade, e quando ela compreendeu os sinais também recebeu de forma positiva em sua vida e hoje declara: *“depois que me entendi como lésbica [...] para mim foi tranquilo, eu não tive essa luta de me esconder, sempre fui muito decidida”*. Além do mais, ela também contava com uma rede de apoio de amizades que estavam sempre presentes e protegendo uns aos outros desse grupo.

Desse modo, tem-se Anne, Cássia e Filipa que se compreenderam com esse despertar na infância, a maioria se identifica como lésbica. Filipa prefere usar “sapatão” por se identificar melhor com o termo. Além de serem bem resolvidas quanto à orientação sexual, a família nunca foi problema e sempre esteve do lado delas. Somente Cássia que o maior desafio foi aceitação consigo mesma por se achar diferente e pelo medo de não ser aceita em sociedade.

Anne, que teve o desafio de superar o abandono de sua mãe biológica, quando tinha um ano de idade, levantou o seguinte questionamento em relação a sua orientação sexual: “**então, eu acredito que é da minha natureza, é algo que eu não consigo mudar, acho que a pessoa nasce. E às vezes eu fico me perguntando se os genes não estão relacionados com a sexualidade, porque a minha mãe biológica também é lésbica**”. É importante evidenciar as reflexões levantadas por Anne: a orientação sexual é da natureza da homossexualidade, ou seja, nascemos com ela? E a orientação sexual está relacionada aos genes, seria hereditária? Essas reflexões ficarão para que outras pesquisas que após essa possam promover o debate e aprofundar teoricamente essas questões. Em sendo a lesbianidade hereditária, como justificaria relacionada a outras lésbicas sem antecedentes familiares?

Ou por serem tempos ainda mais difíceis para quem veio antes de nós e por medo de serem castigadas como a jovem Joana d’Arc (1412-1431), que aos 19 anos foi queimada viva em uma fogueira, acusada de usar vestes consideradas masculinas, e se relacionar com mulheres, e teve outra coisa que pesava em seu julgamento, quando foi acusada de fazer bruxarias. As mulheres não poderiam se sobressair aos homens, inclusive por não ter os mesmos privilégios que eles, não cabia a nós pensar e debater a política, mas sim o papel de subserviência. Para Andressa Santos (2020, p. 6) “ser feminina, filha casta e contida, esposa e mãe obediente, calada, abnegada tornaram-se marcas identitárias do que compunha o comportamento feminino”.

A professora **Marcela**, desde a infância foi reprimida em casa por seus familiares. A lógica hegemônica da heteronormatividade causava desconforto com o despertar da sexualidade, e conflitos internos surgiam em Marcela que temia não ser aceita por sua família. “A história nos mostra uma série de imposições acerca do que se entendia por ser mulher e, ainda, de qual lugar ela estaria fadada a ocupar, a saber, o âmbito da privação, da obediência, da submissão e, sobretudo, da anulação de si mesma” (Santos, 2020, p. 8). Foi na família que a maioria delas enfrentou problemas com o despertar da sexualidade, e foi lá também que elas não tiveram apoio e não puderam aceitar o primeiro momento da descoberta de si. Veio primeiro a fuga, o medo, o desespero, a vergonha, perdendo espaço os sinais que foram ignorados desde a infância para a maioria das colaboradoras.

Quando tinha 11 anos, Marcela sofria com sua aproximação de uma prima, pois não podia manifestar o que sentia, como diz: “**eu tinha muito medo dessa**

aproximação, medo que alguém percebesse meus sentimentos por ela e medo que acontecesse alguma coisa comigo”. Quando fez 13 anos, se reconheceu apaixonada por outra prima, mas essa paixão nunca foi correspondida, o medo de sua família era tão grande que ela manteve em silêncio o que sentia. E recorda: ***“eu sentia que existia algo de errado em mim, por eu ter sentimentos por ela, foi muito difícil, pois na época era algo que eu não sabia o que era. Eu queria estar perto da minha prima, sentia ciúmes, tanto que quando ela se casou eu fiquei quase ‘enlouquecida’ do meu juízo***”.

Tanto para Marcela, quanto para as outras irmãs, existia um controle sobre elas que não saíam para qualquer lugar e tinha horário para tudo, inclusive para chegar em casa. Uma época em que as meninas eram criadas para casar, as irmãs de Marcela iniciaram com os namoros e Marcela como única forma permitida para ela, também começou a namorar com rapazes para que ninguém percebesse seu interesse por mulheres, apesar de, para ela: ***“eu nunca senti atração por eles [...]”***.

Foi muito difícil esse período para Marcela e registrou: ***“mas depois eu comecei a namorar, e o interessante era que eu sempre via minhas irmãs em casa entusiasmadas falando dos namorados delas, tinha tanta empolgação que eu ficava me perguntando se eu era ‘doente’ por não ter esse sentimento semelhante ao delas. Na época eu tinha tanto medo que me anulava, não queria ter esse sentimento de forma alguma. Tinha muito medo do meu pai, que era muito ignorante, e eu não sabia o que poderia acontecer comigo se ele descobrisse”***.

Marcela que iniciava uma luta contra sua orientação sexual, que lhe acompanhava desde a infância, mesmo sem o apoio de sua família, resolveu viver uma relação lesboafetiva com Elisa Loringa, que naquela época já se relacionava com mulheres e que, diferente da família de Marcela, tinha o apoio da sua. Elas se conheceram, como era de esperar, os familiares de Marcela foram contra o relacionamento, e elas fugiram. Segundo Marcela: ***“antes de fugir com a Elisa eu falei para minha mãe que eu gostava dela e que eu ia morar com ela, contei tudo, e eles decidiram me prender e me mandar para outro lugar, mas antes nós fugimos para um povoado, mesmo assim minha mãe me encontrou e foi atrás de mim para conversar, e eu disse para ela que não dava mais para voltar pra casa”***.

A pesquisa do LesboCenso (2022), mostra que 36.46% das lésbicas foram impedidas de sair de casa para vivenciar a lesbianidade. É um percentual alto e um

impedimento que fere esses corpos. Em relação a Marcela não foi diferente, como recorda: *“Elisa e eu voltamos para a cidade e resolvemos assumir o nosso namoro”*. Elas que fugiram para viver o amor que sentiam, após serem descobertas pela família, voltaram. Marcela retornava com Elisa para a sede do município, e sua família migrava para outro município, a fim de não presenciar essa união.

Atualmente, Marcela e Elisa moram juntas, e o pai de Marcela nunca foi na casa delas a sua mãe foi só três vezes, não por se importar com a filha que tinha passado por uma cirurgia, segundo relatou Marcela, mas por se importar com o que as pessoas iam falar, tendo sua filha feito uma cirurgia e estava precisando de ajuda naquela circunstância, mas Marcela sentia o desprezo de sua mãe durante as visitas e disse: *“quando eles foram embora do município por minha causa deixaram de falar comigo, foi muito doloroso. E sempre se referem a Elisa, como ‘aquela mulher’, nunca pronunciaram o nome dela. Mesmo com todas as divergências, hoje além dos 17 anos que moramos juntas, 3 são de casadas no civil, e somos o primeiro casamento entre mulheres no município em que moramos”*.

Apesar de casadas e felizes, senti que a ausência de sua família deixará um vazio irreparável na vida de Marcela, que ainda sente com esse distanciamento, mesmo se aproximando recentemente e dando oportunidade de um recomeço, após 17 anos de ausência.

Mesmo que a sexualidade tenha despertado na infância para Anne, Cássia, Filipa e Marcela, só as colaboradoras Anne, Cássia e Marcela tinham conhecimento da descoberta de si, ao se perceberem diferentes e atraídas por mulheres. De início as primeiras paixões foram professoras, primas e até a enfermeira da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro. Como também, Filipa e Marcela tiveram seus afetos reprimidos em uma dosagem maior, e apenas Marcela não teve o apoio da família, quando resolveu vivenciar a lesbianidade.

Uma das primeiras barreiras que se mostrou como impedimento para experienciar a lesbianidade, cabendo a muitas delas a estrutura no medo, resultando no silêncio, e conseqüentemente a recusa de si, e em alguns casos, podendo transbordar a lesbianidade apenas na fase adulta. “Todavia, esse modelo estaria orientado pelos discursos e práticas normatizadoras da família e da ordem social (tal como o parentesco, casamento, gênero e divisão sexual do trabalho), enaltecidos e maximizados [...]” (Tilio, 2014, p. 137).

Acontece que em decorrência do nosso convívio em sociedade e do modelo de relação dominante que a nós é apresentado como único modelo a ser seguido, o exemplo, na maioria das vezes em nossos lares, a relação familiar, é reforçada pela escola e a igreja. Assim, não teria como aceitar sem antes lutar contra a lesbianidade que lhes fizeram perceber-se diferentes da “norma” imposta pela heterossexualidade compulsória. Contribuições da pesquisadora e professora de Guacira Louro (1977, p. 83) diz que provavelmente: “terá muito mais chances de aprender que seus desejos não são normais, que não devem ser expressados, que eles precisam ser escondidos. Na medida em que seus desejos se dirigem para práticas consideradas inapropriadas para seu gênero”.

Com a orientação sexual despertada na adolescência, a professora **Caroline** precisou enfrentar seus familiares que não aceitavam seu primeiro namoro com outra mulher. Determinada a viver esse afeto que se despertou por sua melhor amiga de colégio aos 16 anos, como diz: *“eu nunca me percebi de um jeito diferente daquele que eu nem imaginava ser, até os 16 anos não tinha muito contato com pessoas lésbicas, na verdade eu não tinha nenhum contato, era uma coisa completamente fora da minha realidade, era como se não existissem, até que um dia conheci uma na escola que estudava, foi quando literalmente eu conheci uma lésbica, comecei a gostar dela e tudo mudou [...]”*.

Sem ter representatividade, Caroline não sabia que seria possível uma vivência lesboafetiva, até sua melhor amiga chegar e contar que gostava de meninas. Segundo Caroline: *“a declaração dela me mostrou que existia outra forma de viver, coisas que eu não imaginava que seria possível, nós ficamos mais próximas ainda, quando percebi, já estava apaixonada e nosso namoro se tornou uma ‘turbulência maior do mundo’ em minha vida por conta da família”*.

A representatividade e visibilidade lésbica é fundamental quando esta apresenta aos iguais a possibilidade de existir no mundo. Mais uma vez a família aparece interferindo na relação da filha com ausência de apoio e principalmente rejeição a lesbianidade, o que causava em sua filha medo de se assumir. Se no próprio ambiente familiar, as lésbicas são rejeitadas, o que será que elas poderiam esperar da sociedade?

A família de Caroline não gostou ao saber de seu namoro com uma mulher; atitude normal entre as famílias que tinham e têm essa resistência, tão quanto uma

sociedade que vai se estruturando ao longo dos tempos. Ao chegar em casa Caroline levou uma surra, foi colocada de castigo, tentaram proibir a relação, mas tudo que faziam para romper com o vínculo as aproximavam cada vez mais, ao ponto de as duas fugirem, e essa relação ter a durabilidade de 5 anos de resistência e um ano que sua mãe passou sem falar com ela. Caroline disse: *“de lá para cá eu acho que se fiquei com homem, foram poucas vezes, mas foi só beijo na boca nada muito sério, eu gostava de ficar mesmo era com mulheres, e é estranho porque eu não era lésbica desde pequena. Eu conheço amigas, a minha esposa por exemplo: a família já percebeu desde pequena que era lésbica, quando olhava diziam assim: ‘essa menina bem aí vai ser lésbica’, não era nem essa palavra que usavam, porque o termo mais usado naquela época era sapatão. Eu não demonstrava nada na minha infância, mesmo assim eu era”*.

A colaboradora se refere aos corpos desfeminilizados, que anunciam aqueles comportamentos que se diferenciam da “norma” e causam estranheza a sociedade. Mencionado por Cássia quando disse: ***“as pessoas já sabiam que eu era lésbica muito antes de mim”***. Caroline, para ilustrar, trouxe o exemplo de sua esposa que a família percebia que era lésbica desde pequena. Isso está estruturado socialmente com a feminilidade que é atribuída a nós mulheres:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez (Rich, 2010, p. 22).

Os papéis de gênero fazem essa demarcação, e quem não se adequa pode ser julgada antecipadamente, sem a certeza que vivenciará a lesbianidade, afinal, quem garante que um corpo que desfem ou tem um comportamento fora do padrão compulsório, todas as vezes que ocorrem, estarão ligados à orientação sexual destas. É quando uma menina ou mulher expressa o gênero de forma diferente e são atribuídos a elas adjetivos como mulher macho, que reforçam os estereótipos do termo desviante ao seu gênero. Por muito tempo, considerados pejorativos como: “sapatão”, “fancha” e “caminhoneira”, foram usados para estigmatizar as mulheres lésbicas (Nós, 2024).

Nesse sentido, Caroline recorda: *“então, naquela época, o maior desafio quando eu me descobri foi o convívio com minha família, porque foi uma ‘turbulência’,*

*além disso, tinha a questão de eu mesma me aceitar não foi fácil, é difícil, foi estranho, nunca havia me passado nada pela cabeça, isso era muito fora da minha realidade, eu não tinha referências, não conhecia ninguém, foi muito difícil para me aceitar. **Além do mais ‘eu pensava que poderia ficar, e quando eu quisesse poderia parar a qualquer momento’**, eu não sei se a gente não para porque não quer. No fundo se eu quisesse muito, será se eu conseguiria parar, eu nunca tentei, **eu penso que se quisesse muito eu poderia até conseguir, mas seria um sacrifício muito grande, eu iria me maltratar muito, eu penso que eu ia tentar a todo custo controlar uma coisa dentro de mim que eu não queria esse controle, então eu ia me maltratar**”.*

Mantive na íntegra esse fragmento da fala de Caroline, por instigar a reflexão, quando ela se expressou afirmando imaginar que poderia parar de vivenciar a lesbianidade e parar de ser lésbica também. Primeiro que ser lésbica não é uma condição, e quem vivencia não deixa de ser, e também, não existe uma obrigatoriedade do despertar da sexualidade na infância, visto que esse processo acontece de forma singular e cada uma compreende a sua forma. Lésbicas desfeminilizadas não é uma obrigação. Podem até julgar, mas não será uma expressão que o gênero se identifica que dirá quem será lésbica.

São questões como essas e outras do tipo: fulana é ex-lésbica ou fulana virou lésbica porque foi decepcionada em uma relação heterossexual, ou até mesmo, fulana por andar com uma lésbica virou uma delas. Os “altos graus de preconceito nas ruas e dentro da cultura, bem como da religião e das estruturas estatais, não é algo que ocorre de forma isolada, mas é reforçado pelo entorno, em nível micro, que desampara as lésbicas e as isolam em todos os espaços” (Peres, 2018, p. 31). A família de Caroline se converteu e principalmente seu pai fazia orações para Deus curar sua filha da lesbianidade, algo que não aconteceu.

A professora **Elisa** tornou-se esposa de Marcela Ibeas, mas antes o despertar de si aconteceu quando era Adventista de Sétimo Dia, se convertendo aos 6 anos, quando acompanhou as decisões de sua família. Adventista e na adolescência iniciou a fase de namoro, pois segundo ela: *“éramos evangélicos, eu namorava meninos naquela época, pois forçaram a barra pra isso acontecer. Então fui namorar porque era evangélica e porque a igreja dizia. Mas ainda não sentia atração nenhuma, nem por mulheres, nem por homens, por ninguém. **Só fui namorar pelo motivo que todas***

as meninas da igreja estavam namorando e tinha cobranças da família, da igreja, da sociedade e dos amigos da igreja”.

Diante das cobranças que eram muitas, Elisa iniciou o namoro por meio de uma relação heterossexual, sendo vítima da imposição da heterossexualidade compulsória, “pois negar a condição humana de alguém é o primeiro passo para justificar a violação dos direitos humanos, ou seja, o tratamento cruel, degradante e quando não raramente letal” (Braga, 2019, p. 149).

O despertar da sexualidade de Elisa se deu por volta dos 16 anos, quando namorou com outra evangélica que foi trabalhar de doméstica em sua casa. Em outra ocasião, cursando o magistério, trabalhava como professora e se relacionava com outra professora assembleiana, mas de forma sigilosa. O outro namoro foi na época da universidade também com outra professora, estudavam juntas no ProEB⁴⁰. Assim como o outro envolvimento amoroso, esse também não foi assumido para a escola, muito menos para a sociedade. Aqui, vale retomar Santos (2020, p. 102), quando destaca:

[...] o dispositivo do “armário” como uma forma regulatória da vida social, especialmente das pessoas homossexuais, que em função de uma sociedade machista, patriarcal e lesbo/trans/homofóbica, acabam por tornar-se parte de suas vivências um segredo – fundamentais para a manutenção das estruturas econômicas, sexuais e de gênero da heteronormatividade.

Depois Elisa se apaixonou por uma lésbica que já era assumida e morava na mesma rua que ela, e diz: *“eu achava ela muito bonita, sempre achei, mas não despertava a vontade de namorar, era só uma admiração pela beleza dela e por ela já ser assumida”*. Apesar dos pesares, moraram juntas por mais de um ano e assumiram a relação para a família, sociedade e desde então Elisa assumiu sua orientação sexual para a escola em que trabalhava. Diante dos fatos, Elisa compartilha agrupamentos de sinais que foram negligenciados ao longo de suas relações amorosas, poderia ocorrer naquele momento vergonha de assumir sua orientação e ser rejeitada pela igreja e sociedade por condenar vivências lesboafetivas.

⁴⁰ Programa para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica.

Mas, diferente da família de Marcela, a família de Elisa sempre esteve ao lado da filha, Segundo ela: *“eu acompanhei esse distanciamento da família de minha esposa Marcela e sei o quanto ela sofreu, passamos por muitos desafios, o meu maior desafio também foi ter que falar para os meus pais, como a maioria das pessoas costumam dizer que você é diferente, você não está dentro dos padrões e a sociedade exige que você esteja”*.

A professora **Lota** quando tinha idade entre 8 a 9 anos, brincava muito com as colegas e nas brincadeiras de casinhas era o pai de família que ia para a roça trabalhar e quando voltava perguntava pelo almoço à sua esposa, segundo ela: *“não que eu me identifique hoje como homem, longe disso, me espelhava em meu pai para me comportar dessa forma nas brincadeiras de casinha”*.

Naquela época tinha uma amizade inseparável, regada de muito ciúme de sua amiga e não queria que ela tivesse amizade com mais ninguém além dela. E afirma: *“hoje percebo o que sentia pela minha amiga, naquela época era paixão, mas não tinha essa consciência”*. E como essa amiga faleceu, esse sentimento não floresceu.

Lota, que era contrário à lesboafetividade, buscou viver uma vida que se encaixava dentro dos padrões normativos e foi namorar com meninos. Iniciou sua vida sexual ainda muito jovem, e aponta a ausência de esclarecimento sobre o assunto por antes não ter esse diálogo com sua mãe. A primeira relação sexual aconteceu aos 14 anos com um garoto da escola. Ela diz: *“meu pai queria me mandar embora [...]. Quando comecei a ouvir minha mãe sobre os esclarecimentos da sexualidade, eu não tinha noção, porque eu era uma criança, aí meu pai disse que faria um quarto pra mim na casa de Dona Bebel. Bebel era uma casa de libertinagem e meu pai era alcoólatra naquela época”*.

Muito esperta e com medo da reação do pai, Lota tramou um plano e convenceu sua mãe para ajudá-la. O plano seguia a seguinte artimanha: a mãe dela tinha uma irmã morando em Teresina/PI, e ela iria morar com essa tia, mas o pai não sabia. Para ele, Lota só passaria uns dias, ela diz: *“minha mãe não queria deixar, eu insisti até que ela deixou eu sair de casa sem meu pai saber que eu estava indo para morar”*. Mas assim que ela chegou em Teresina começou logo a namorar, e o resultado desse namoro foi uma gravidez aos 15 anos. Segundo Lota: *“quando o pai da criança soube que engravidei, queria que eu abortasse [...], chegou a colocar os remédios na minha mão, eu joguei no vaso sanitário e dei a descarga”*.

Ela ainda se relacionou com outros homens até conhecer o pai do seu segundo filho e hoje Lota tem um casal, a mesma afirma: *“essa relação com ele despertou o meu lado homossexual, senti algo intenso e uma curiosidade para saber exatamente o que eu sentia. Até então eu não sabia dos meus sentimentos e comecei a frequentar um site da UOL com salas para relacionamentos, e comecei a conversar com mulheres, ele sempre me apoiava e disse que eu tinha essa fantasia, a de ficar com uma mulher e me deu apoio para que eu tivesse essa experiência, foi quando conheci uma menina e a convidei para sair”*.

Foi a primeira vez de Lota com uma garota, depois ela continuou falando e conhecendo outras meninas, mas sem que o pai do seu filho soubesse. Depois de separada desse relacionamento conheceu **Mary Morse**⁴¹, sua primeira namorada. Durante esse namoro sua orientação sexual não era assumida para a escola, nem para a sociedade, muito menos para a família, e seguiu em segredo. Lota temia a lesbofobia, e a vergonha de se assumir lhe colocava em um “armário”. Como disse Silva (2016, p. 63), se referindo ao armário, “um lugar onde era possível entrar e sair sem anunciar a lesbianidade e sem negar a compulsão interior que constituía a minha diferença em relação às mulheres heterossexuais”.

Já no segundo namoro tudo aconteceu de forma diferente, e teve até casamento civil com **Elizabeth**, mas não foi de forma fácil o que aconteceu. Lota compartilha essa narrativa, e diz: *“minha mãe perguntou e eu contei a verdade, eu me assumi para minha mãe, ela me bateu e tentou me matar. Jogou uma faca e enfiou na minha mão, meu cunhado que segurou minha mãe, enquanto eu peguei minhas coisas para sair de casa [...]. O meu pai permaneceu neutro nesse momento, minha mãe me amaldiçoou, e passou 2 anos sem falar comigo”*.

Assumir um namoro não foi fácil, diante de seu maior desafio, o medo, a rejeição e principalmente a vergonha, Lota diz: *“eu tinha medo da minha mãe saber e não aceitar; medo do meu pai saber e não aceitar; medo da sociedade saber e não me aceitar, medo de ser demitida do meu emprego por causa disso”*. Lota viveu um turbilhão de pensamentos que Rich (2010) chamou de temporada de caça, quando o único fato de serem lésbicas assumidas era motivo de demissão do trabalho e coagidas a permanecerem no “armário”. A maioria das famílias, segundo as

⁴¹ Mary Morse viveu uma união lesboafetiva com Lota de Macedo.

colaboradoras, lhes causaram sofrimento e às vezes, irreversíveis como os traumas. E quando a filha de Lota alcançou uma idade que já compreendia um pouco as coisas, ela teve uma conversa na qual explicou sobre outra forma de se relacionar afetivamente, da mesma forma ela fez com seu filho, e sempre manteve uma relação de diálogo, respeito e amor com a sua prole.

Lota passou a conviver com Elizabeth, mas temia que alguém descobrisse na escola, ao afirmar: *“quando eu chegava na sala de aula, quando era um momento de intervalo eu ficava o tempo todo na sala de aula fingindo estar lendo um livro, para que ninguém me chamasse atenção e falasse comigo ou entrasse nesse assunto de querer saber sobre a relação, pois eu não estava preparada para falar e sentia muita vergonha por não saber como agir naquela situação”*. Ela, que também negou os sinais ainda na infância, após adulta, seguiu sua vida namorando apenas com mulheres, seu pai que era alcoólatra, hoje, pela idade e com ajuda de Lota está limpo e mora com ela, que por sua vez, mora com sua atual esposa.

Em algum momento Caroline, Elisa e Lota, identificaram sua orientação sexual na adolescência, reconheceram que já eram lésbicas desde criança, mas que não tinham essa consciência por não ter tido referências e não sabiam que era possível viver a lesbianidade. Elas só conheciam um tipo de relação e era nela que acreditavam. Caroline e Elisa chegaram a namorar garotos, mas sem muita intimidade, e Lota teve uma relação mais profunda ao ponto de gerar duas crianças. A religião, como sempre, é muito presente e direciona os papéis de gêneros, trazendo uma obrigatoriedade em servir a heterossexualidade e condenar a lesbianidade.

E a família segue os padrões que a elas foram ensinados, acredito que também não foi nada fácil para a família das lésbicas por não conhecerem outra forma de viver a sexualidade diferente da sua. Familiares mais uma vez foram contrários à relação lesboafetiva de Caroline, assim como de Lota, nesse caso as mães deixaram de falar com as filhas por até 2 anos, seguindo os estudos de Rich (2010, p. 14), quando afirma “[...] a família constituída heterossexualmente seria a unidade social básica, que as mulheres que não estão ligadas, em sua intensidade primária, aos homens devem ser, em termos funcionais, condenadas a uma devastadora marginalidade”. Já Elisa pôde contar com o apoio e a proteção de sua família.

Foi uma longa caminhada da infância até a fase adulta, mas aqui chegamos e se juntou a nós nessa caminhada as colaboradoras que tiveram a sexualidade

despertada neste momento da vida e nos permitiu compreender de que forma se deu esse acontecimento iniciando pela professora **Cassandra** que não teve uma história diferente da história de Anne, Cássia, Filipa, Marcela, Caroline, Elisa e Lota, entre tantas outras lésbicas que também tiveram suas vidas marcadas por alguns desses episódios, que foram colocados por cada uma das colaboradoras.

Cassandra que nasceu em seio evangélico, era assembleiana, ainda muito jovem se casou, teve duas filhas e um filho. Regada de muitas cobranças compartilha em sua fala: ***“na minha criação fui ensinada para ser dona de casa sem que eu quisesse, não fui criada para ser independente e trabalhar fora de casa, e quando eu me descobri com sentimentos por outra mulher foi difícil aceitar. Mas aconteceu minha primeira relação homossexual e a partir desse momento fui me observando, convivendo com minha parceira. O problema maior que antes era me aceitar, depois passou a ser aceitação dos meus filhos e da minha mãe que naquela época passou 2 anos sem falar comigo”***.

Sempre bem determinada Cassandra decidiu pela vida, e enfrentou as desavenças, ou melhor dizendo, enfrentou as dificuldades que foram surgindo. Ela chegou a morar em outro estado e a trabalhar de acompanhante, com o dinheiro comprou a casa que mora até hoje e ajudou no tratamento de sua irmã, e quando o dinheiro que ela trouxe acabou, passou fome. Inicialmente Cassandra se reinventou para driblar as dificuldades que passou ao lado do filho e da caçula. Sua filha mais velha estava sendo criada pela avó e pelo avô paterno.

Os acontecimentos de uma época na década de 1980, eram bastantes rigorosos e controladores dos gêneros. Cassandra diz: ***“a maioria das pessoas só se preocupam com o que vamos sofrer diante de uma sociedade extremamente violenta com nossas vidas, mas esquecem que também temos uma grande briga interna, principalmente quando retrocedemos para essa sociedade ao se desligar de uma relação heterossexual”***.

Esse desligamento pode causar mais cobrança e violência por serem mulheres e lésbicas, mas também pode acontecer com mulheres, lésbicas e negras, que não é o caso de Cassandra. Quando nos deparamos com as violências de misoginia, lesbofobia e racismo.

Quando criança, ela brincava de casinha com as primas, teria entre 9 e 10 anos e nessas brincadeiras rolavam beijos, Cassandra disse: *“mas na minha cabeça era coisas de crianças e hoje minha prima é heterossexual”*. Na fase adulta se assumiu lésbica e passou a viver esse amor lesboafetivo, e diz: *“foi quando começou a bagunça em minha vida, e eu soube o que é sofrer preconceito, eu soube o que é sofrer rejeição a ponto de ter 18 anos que minha mãe não anda em minha casa. **Fui deserdada, minha mãe na época queria tirar até meu sobrenome.** É muito complicado entender, querendo ou não esses acontecimentos mexem com psicológico da gente”*.

Chegou a vez da professora **Lúcia**, uma jovem que aparentemente tem uma vida bem tranquila dentro da normalidade e buscando sempre uma forma de agradar, não se intimidar e também de preservar e honrar seus compromissos, principalmente no seu trabalho. Ela nunca tinha pensado em viver um relacionamento lésbico, mas também não se espantou com o despertar de si, que chegou na fase adulta.

Quando aconteceu seu primeiro envolvimento, que foi com uma professora da mesma escola em que trabalhava, Lúcia se compreendeu pertencente à lesbianidade, como afirma: *“a minha descoberta foi mais ou menos em 2014, uma professora da mesma escola se mostrou com interesse e foi despertando em mim esse desejo por mulheres. Antes dela só tive relações com homens e nunca pensei em me envolver com mulheres. Esse primeiro relacionamento não assumimos para a sociedade, também não me assumi para a minha família, muito menos estivemos assumidas na escola em que trabalhávamos”*.

Lúcia é uma mulher de poucas palavras e muito objetiva. Ela passou a se relacionar com outras mulheres antes de conhecer sua esposa, os outros relacionamentos foram mantidos em total segredo, mas sua esposa lhe garantiu a liberdade para a vivência lesboafetiva. Como conta: *“me casei em 2020, durante nossa relação houve alguns desafios logo no começo e antes de nos casar, eu me importava muito com a gente, por isso que antes nossa relação era escondida. Eu tento me relacionar da melhor forma possível em sociedade, **às vezes eu evito algumas situações para não dizer que a gente está induzindo alguém em alguma coisa**, porque às vezes quem está do lado de fora tem essa impressão, então eu tento me manter mais profissional possível independente dessa situação”*.

A história da professora **Virginia**, que antes de se envolver com mulheres teve uma longa relação heterossexual por 10 anos, iniciada aos seus 15 anos de idade.

Ela se separou desse rapaz para viver uma paixão pela primeira mulher que se envolveu e teve duração de 3 anos nessa relação. Houve outras mulheres e hoje é casada há quase 10 anos com **Vita**. Segundo afirma: *“eu nunca tive nenhum problema em relação a minha família porque eu sempre fui muito decidida nas coisas que eu sempre quis, então o que eu fazia e deixava de fazer nunca cheguei pra eles e disse: olha, agora estou com fulano, agora larguei, vou ficar com esse, nunca fiz isso, logo, foi uma questão mesmo de querer fazer, fiz e acabou [...]”*.

Virginia que sempre viveu uma relação heterossexual, imaginava ser aquilo que ela queria, até quando cursando faculdade uma de suas professoras lhe roubou um beijo. Ela embarcou nesse relacionamento e viveu por 3 anos. Como recorda: *“o lado ruim disso tudo é ouvir piadinhas: ‘tu namoravas com homens e agora estás com mulher’. Mas graças a Deus isso nunca me atingiu e eu nunca precisei dar satisfação de minha vida para ninguém, eu simplesmente ignorava. Andava de mãos dadas com ela para todos os lados, nunca tive nenhum empecilho pra dizer assim, não vou porque eu estou com vergonha”*.

Segura do que queria, Virginia também contou com o apoio de sua família, que sempre esteve ao seu lado, respeitando suas decisões. Naquele momento da descoberta de si, Virginia se surpreendeu com a atitude de sua irmã, quando um grupo na faculdade estava falando ao seu respeito e sua irmã que também estudava na mesma faculdade, ao chegar naquele dia e perceber um grupinho falando de sua irmã ela se manifestou contra, como expressou Virginia: *“eu nunca esperei que ela fosse me defender e teve uma atitude de defesa em dizer ‘aqui ninguém fala da minha irmã, ela é maior de idade e faz o que ela quiser da vida dela. Eu nunca esperava isso que aconteceu’*”.

Apesar de buscar a compreensão do despertar da orientação sexual, não quis com isso teorizar, ou explicar essa “explosão” de afetos. Em cada uma aconteceu no seu tempo e de forma única e singular. Cada uma explica por si só seu encontro com a lesbianidade, seja na infância com Anne, Cássia, Filipa e Marcela, adolescência com Caroline, Elisa e Lota, seja como adultas com Cassandra Lúcia e Virginia, isso pouco importa, o desejo é exercer a nossa cidadania e os nossos direitos constitucionais que nos garante a liberdade para sermos quem somos.

Não estamos pedindo licença para passar, desde o século VI a.C. com Safo de Lesbos passamos com frequência e anunciamos nosso amor, mesmo sobre duras repressões estamos passando e enfrentando a lesbofobia diariamente.

As colaboradoras com a orientação sexual assumida, na fase adulta, tiveram trajetórias quase semelhantes, ainda que em espaços e caminhos diferentes. Cassandra foi deserdada pela mãe, Lúcia manteve em segredo por algum tempo seu envolvimento com mulheres e Virginia assumiu sua vivência lesboafetiva sem interferências. Todas, após o encontro com a lesbianidade, passaram a se relacionar só com mulheres. Cassandra que ignorou os sinais na infância; após adulta refletiu e disse que já era lésbica desde criança, no entanto, para Virginia e Lúcia, esse sentimento nunca tinha despertado para elas em outra fase da vida, chegou ao seu encontro só na fase adulta.

5. 2 Relações de gênero e sexualidade no espaço escolar

“Minhas alunas queriam me abraçar, mas eu não permitia para que não houvessem comentários” (Elisa, 2024).

O segundo momento do roteiro de entrevista estava relacionado às questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, nesse sentido busquei a compreensão de cada uma das colaboradoras em relação ao significado de gênero e sexualidade, do conhecimento, da prática de um corpo lésbico no espaço escolar e das suas relações com outras lésbicas na docência.

Um ponto de grande relevância, nesse segundo momento, se refere à questão da formação inicial e continuada de professoras/es. No entanto, segundo as pesquisadoras dos estudos de gênero e sexualidade, as professoras Sirlene Silva, Zeila Albuquerque e Diomar Motta (2022, p. 179), o tratamento dessas questões parece que se:

[...] traduz em um ‘silêncio naturalizado’ como se não fizessem parte do cotidiano vivenciado nas escolas e como se não estivessem ligados aos aspectos sociais e políticos, relevantes para a educação [...]. Os cursos de formação dos profissionais de educação, que deveriam ser um lugar de construção do saber, produzem, muitas vezes, o seu ocultamento, evidenciando, também, negligência em relação ao tema da diversidade de gênero e sexual, sendo apoiados em mitos baseados na cisheteronormatividade. De tal forma que muitos deles não discutem tais temáticas e muito menos aceitam que sejam incluídas no currículo.

Assim como as autoras, entendo que essas reflexões sobre a “formação docente terão influências diretas, no que diz respeito à contribuição dada ao sistema educacional para que este incorpore a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual” (p. 181), bem como na tentativa de compreender como se lida com os arranjos sociais de uma heterossexualidade compulsória.

De acordo com Geilson Silva e Sirlene Silva (2024, p. 446), a heterossexualidade compulsória “se estabelece como verdade natural e normal, enquanto outras formas de subjetivação se mostrar ao mundo figuram como seu oposto, legitimando a heteronormatividade”. Assim, o gênero é questionado, controlado e censurado pela escola e pela sociedade. Quaisquer traços ou discursos que se distanciam dessa noção de homem ou mulher e do que se refere ao estabelecido, são entendidos como “desvio”.

Inicia-se esse diálogo com a fala da professora **Filipa** que começa expressando seu conhecimento em relação ao gênero, quando diz: *“tenho isso muito bem definido, até porque eu estudei um pouco sobre isso. Não adianta, sempre é diferente o tratamento entre homens e mulheres homossexuais. Os alunos gays, por exemplo, são sempre mais visados do que as lésbicas, acho que por conta da forma como se comportam, a forma de ser e, se for mais afeminado então”*.

A fala de Filipa vai ao encontro do que disse, Louro (1997, p. 48): “aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados ‘diferentes’, são representados como ‘o outro’ e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação”. Filipa continua com o raciocínio afirmando: *“a gente que é lésbica e gay sabemos o quanto a **escola é um ambiente hostil pra quem é da comunidade, sempre foi, e muito**. Eu entendi e percebi que com os alunos gays fica ainda pior, então, essa questão sempre pesou mais para os meninos e para as travestis [...]. Não que não aconteça com as alunas lésbicas. Também acontece” [...]*.

Concordo com Filipa, bem como com as palavras de Louro (1997), pois ao assumir-se gay, realmente, causa uma rachadura na estrutura da masculinidade hegemônica que dependente do seu grau de feminilidade, muitas vezes se tornam vítimas de homicídios com requintes de crueldade, como forma de advertência para

quem tentar ousar viver uma vida gay. Precisa-se de muita coragem para assumir uma orientação sexual diante de um cenário desfavorável à população LGBTQIAPN+.

Assim como Filipa, às questões de gênero, para a professora **Virginia**, que partilha um pouco de sua vivência na docência de uma escola particular. Segundo afirma: *“na questão de gênero é bem relativo, **inclusive aqui na escola a gente tenta respeitar muito o que cada um se identifica**, uma vez que nós temos questões muito fortes dentro da escola, inclusive alunas que entraram meninas e hoje a gente chama por ele. Então a escola, inclusive nós professores, já olhamos com outros olhos, já não é mais nenhum espanto para nós, pois é uma questão de respeito”*.

Virginia considera que estudantes lésbicas, gays e transexuais podem contar com o apoio além de profissionais da escola, de estudantes heterossexuais, bem como dos familiares, além de contar com ajuda da professora, Virginia que é lésbica e com sua orientação sexual assumida na escola, segundo ela: *“a maioria sabe, respeita, mas sempre tem uns que ficam com gracinhas, mas a gente sempre puxa a corda”*. Estudantes dessa escola contam também com ajuda de um professor gay do seu quadro docente, assim, é formada a rede de apoio e de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nessa escola.

Vale ressaltar a estratégia usada pela escola, que abre o debate coletivo com a participação de toda equipe escolar, também direciona a professora lésbica e o professor gay para iniciar esse diálogo com estudante dessa população, reforçando o papel da representatividade, principalmente para estudantes. Jardinélio Silva (2020, p. 156), contribui afirmando:

A presença do professor gay e da professora lésbica nesse espaço. Torna-se representatividade para alunos e alunas homossexuais, é um igual; mas também é um outro, o diferente com que alunos heterossexuais convivem e aprendem a respeitar dentro e fora da escola.

E essa escola promove a inclusão e o respeito à diversidade. Seguindo com a reflexão sobre sexualidade, Filipa diz: *“compreendo a minha sexualidade muito bem definida. **Sou uma mulher lésbica, sapatão, como prefiro ser chamada. Sou sapatão, me entendo como sapatão!** Eu acho que isso eu tenho muito definido; os meus padrões, o que eu gosto e o que eu não gosto, eu tenho muito bem definido, eu sou uma mulher lésbica, eu sou sapatão!”*.

Paralelo ao raciocínio de Filipa, segundo a professora **Cássia**: *“sexualidade é como eu me vejo, é como eu me relaciono com as pessoas, da forma como eu me comporto com as pessoas que tenho sentimentos [...]”. Em continuidade ela recorda: “teve uma novela em que eu me vi um pouco numa personagem. Ela nasceu uma menina, mas não aceitava seu corpo e fez a cirurgia, mas ela gostava de um menino e aí falando nisso eu não me vejo muito nela porque eu me aceito como eu sou, eu gosto do meu corpo como eu sou e gosto de mulher tranquilamente, tenho um ‘jeito bem masculino’, mas é o meu jeito!”.*

A professora **Anne** também traz um exemplo dessa personagem citada por Cássia. A personagem, era Ivana que passou a ser Ivan na novela: "A Força do Querer". Como diz Anne: *“faz muito tempo que não assisto novelas, mas teve aquela moça que não se identificava com seu gênero de nascimento, mas gostava de homem, tanto que eu lembro, no final da novela ela terminou com o rapaz que estava se envolvendo quando ainda era mulher. Então são essas identidades que deixam a cabeça, não só a minha, mas de muitas pessoas sem entender. Ela se via no espelho um homem, mas gostava de homem [...], não era para ela se envolver com mulher, já que ela quer ser homem? São esses questionamentos que estão na sociedade, que ainda não está preparada para todas essas novidades”.*

Diferente de Anne, acredito que a sociedade está sim preparada, não para debater esse assunto, não para receber e acolher pessoas LGBTQIAPN+, mas para combater a inclusão com políticas excludentes, seja na maioria das escolas, seja na maioria das igrejas, seja em algumas legislações que avançam em passos lentos. Não cabe mais uma tentativa de justificar o preconceito. É o que Santos (2020, p. 82) assegura: *“a diversidade sexual no espaço escolar vem afirmando a existência de práticas discriminatórias que excluem da escola uma parcela expressiva de alunos por serem sujeitos diversos e por não estarem encaixados aos padrões hegemônicos”.* E justificam culpabilizando a ausência de formação continuada.

Cássia e Anne, na questão anterior, estavam fazendo a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. E utilizaram como exemplo a história do personagem Ivan, homem trans. Elas não compreendiam o fato de Ivan se identificar com o gênero masculino (homem trans), mas querer namorar com menino (orientação sexual - gay). Tentei explicar para elas que a identidade de gênero não define a orientação sexual. Ivan era homossexual, ou seja, homem trans gay. No entanto a

“discriminação que pessoas transsexuais sofrem vai desde a exclusão, a intolerância, a violência e a perda da própria vida” (Furlani, 2016, p. 8).

Quando abordado o assunto sobre gênero e sexualidade, só uma parte teve um pouco mais de propriedade para falar; a outra parte o não dito antecedido de um silêncio anunciava pessoas sem saber o que falar. Segundo as professoras: **Lota**: *“prefiro não responder que eu vou me atrapalhar”*, **Caroline** recorda: *“assuntos voltados à sexualidade é sempre muito complexo falar, eu não consigo distinguir o conceito de sexualidade é muito de pessoa para pessoa [...]”*. **Lúcia** também comenta: *“não tenho conceito específico para te dar em relação ao gênero, mas acredito que tem um significado importante, porque independente de qualquer sexualidade, eu tenho em mente, que todo mundo é igual independente de sexo e raça como diz a Constituição”*.

Diferente de todas as colaboradoras, a professora **Cassandra** chegou a trabalhar com esse assunto quando ministrava aula na graduação, essa experiência é importante ser compartilhada, pois segundo ela: *“[...] teve uma época quando trabalhava em uma faculdade, estava sendo preparada para ir ao interior trabalhar com o tema de gênero e sexualidade [...]. com uma turma tinha 45 alunos, só cinco não eram evangélicos assembleianos. Eu totalmente ‘sapatão’, cabelo curto, foi muito difícil. Mas me preparei e fui a São Luís participar dessa formação [...] Eu pedi muito a Deus algo que pudesse chegar na cabeça deles, que eu não fosse processada e nem que meus alunos entendessem que eu estava falando aquilo por eu ser lésbica, mas encontrei um filme chamado “Orações para Bobby⁴²” e trabalhei durante 6 anos, dando aula sobre orientação sexual na disciplina “Inclusão da Orientação Sexual” no curso superior”*.

Foi valiosa essa contribuição de Cassandra e mostra o quanto é importante conhecer sobre o assunto para participar do debate e trazer apontamentos para melhorias da inclusão social. Além das contribuições trazidas pelas colaboradoras, o que me causou estranhamento, foi o pouco conhecimento sobre as categorias gênero e sexualidade não respondidos por uma parte delas, foi um número considerável de colaboradoras que ainda estão presas à binaridade de gênero. É importante destacar “a definição e as relações entre os gêneros estão calcadas num rígido binarismo

⁴² Para assistir ao filme Orações para Bobby – Dublado: <https://youtu.be/O2CmZMUTtQ0>

(macho/homem; fêmea/mulher), enfatizando que as características sociais, psicológicas e subjetivas decorrem de características biológicas/evolutivas” (Tilio, 2014, p. 129). Além do mais, Santos (2020, p. 82) assegura que a “diversidade sexual no espaço escolar vem afirmando a existência de práticas discriminatórias que excluem da escola uma parcela expressiva de alunos por serem sujeitos diversos e por não estarem encaixados aos padrões hegemônicos”.

Pode-se perceber o quanto é difícil conviver e dialogar, sem o conhecimento prévio de algo que atravessa nossos corpos e por vezes causando feridas, inclusive quando não existimos na perspectiva binária, quando biologicamente não pertencemos à natureza da humanidade, nos colocando no lugar de “invertidas”, enquanto tentam a cura para nossa existência, que não deixa de ser “abominável” aos olhos doutrinários. Nesse sentido, refletimos no que Scott (1995, p. 84) ressalta:

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais autoconscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à autocrítica (Scott, 1995, p. 84).

Tilio e Scott trazem propícias contribuições e contrapõem o binarismo e a dicotomia homem/mulher, sendo que existem outras formas de vivenciar a sexualidade, e a lesbianidade é apenas uma dessas diferenciações de fluidez do gênero. Scott ainda nos convida à criticidade e análise à autocrítica. Arrisco ainda em dizer que a descontinuidade na formação e, também, o desinteresse em debruçar-se sobre o assunto que, na maioria das vezes, não é trabalhado nos espaços escolares, cuja afirmação foi trazida pelas colaboradoras. Com tais ausências, o esperado segue o fluxo da invisibilidade da desinformação e do conformismo de uma parte desses corpos inseridos em um espaço de total negligência.

Finalizo o segundo momento sobre as relações de gênero, destacando o que as colaboradoras disseram sobre como foi e é vivenciar a lesbianidade na escola e como se dão as relações com outras professoras lésbicas, e em relação às questões de formação continuada, quais escolas trabalham quem já participou de alguma formação sobre o assunto, como se sentiu, o que aprendeu com a formação, dentre outras questões.

A professora **Lota** informou: *“minha relação com algumas pessoas é um pouco complicada, já com outras não funciona, por conta da orientação sexual ou talvez por outros motivos”*. De acordo com Lota existem outras lésbicas professoras na escola e a relação com essas professoras ela diz ser: *“normal, eu até gosto de estar no meio, mas depende muito [...], tem lésbicas que a gente faz um bom trabalho na escola e às vezes outras fazem de tudo para atrapalhar o que a gente está fazendo”*. Lota parece estar se referindo ao sentimento de inveja ou disputa de poder por mais reconhecimento naquele espaço onde as pessoas tentaram atrapalhar seu desempenho.

Para a professora **Filipa** que tem conhecimentos em relação ao assunto diz: *“não teve dificuldade nas relações e sempre tive preferência de fazer amizades com as alunas, já com os meninos era um pouco mais difícil, porque eles são mais do ‘Clube do Bolinha’, eles não gostam muito de se misturar com as meninas. Enquanto adultos, os homens têm o grupinho deles, e as relações com as mulheres são sempre superficiais, como uma conversa, ‘oi tudo bom!’[...]. Quando na escola eu tenho uma relação mais próxima é sempre com um professor gay”*.

Já para a professora **Elisa** as relações de gênero são importantes e precisam acontecer, pois segundo ela: *“eu sempre digo pros meus alunos que agora tem LGBTQIAPN+, tem tanta sigla que eu não sei nem o que significa. Se me perguntar a maioria eu não sei o significado. Eu sempre digo que existe o gênero masculino e feminino, agora nada impede que pessoas do mesmo sexo passa a se relacionar, e que essa diferença possa ser respeitada no espaço escolar”*.

A professora **Caroline** trabalha em duas escolas que se diferenciam no convívio das relações. Em uma escola a relação é de amizade e cumplicidade, quando afirma: *“eu não sinto diferença nenhuma na minha relação dentro da escola por eu ser lésbica [...]. Mesmo na escola não debatendo, não planejando assuntos sobre a diversidade, que falam sobre nós, **não passamos por formação continuada para trabalhar essa temática até para nos habilitar a ter uma visão diferenciada e mais preparada para lidar com algumas situações caso aconteça**. Já teve vários alunos que nós professores compartilhamos pelo convívio que temos, situações de comportamento desses alunos, e como são crianças, é normal o comportamento divergir em algum momento, não tem como a gente chamar atenção ou falar qualquer coisa do tipo, são crianças, percebemos, mas deixamos sem nenhuma inferência”*.

Na outra escola, de acordo com Caroline: *“minha relação com as professoras não é tão amigável, não é nem pelo fato de ser lésbica, é simplesmente porque nós não somos tão unidas. Existe uma relação mais só de trabalho, acabou o trabalho, acabou a amizade. Eu acredito que possa existir sim o preconceito, eu nunca senti na pele literalmente um ato de preconceito por ser lésbica, mas creio que tem, principalmente onde prevalece a índole de um povo falso moralista, os evangélicos que se acham melhores do que os outros. Outra questão é a formação sobre esse tema, coisas que nunca presenciei nas escolas por onde passei, nunca”*.

Já para a professora **Elisa**: *“nas escolas que eu trabalho atualmente, só eu sou lésbica, e isso nunca fez diferença nenhuma. No quadro docente da sede toda, só existe minha esposa e eu de lésbicas trabalhando”*. Elisa continua: *“para os meus alunos as outras são sapatão, a professora deles é a professora Elisa. Antes as minhas alunas queriam me abraçar, mas eu não permitia para que não houvessem comentários, só que de uns anos para cá, isso acabou pra mim [...] Pelo menos da minha parte não existe interesse, antes eu tinha muito medo da questão de assédio*.

Para a professora **Cássia** é normal sua relação com as/os professoras/es que não são LGBTQIAPN+, e contribui afirmando: *“eu já tive um aluno que ‘peitou’ de frente comigo, mas por questões de indisciplina dele, nada relacionado a minha orientação sexual. Eu nunca tive na minha vida de docente nem dificuldade com colegas de trabalho nem com alunos. Esse aluno queria porque queria ir para quadra de esportes e a aula era teórica, ele quis fazer ‘enxame’ (gíria utilizada negativamente como coisa sem importância) na turma [...], eu disse para ele, eu sou grossa por si só e não aliso para aluno, mas eu só dou aquilo que eu recebo porque querendo ou não a corda vai arrebentar do teu lado, e mandei chamar o pai dele, até hoje nós somos amigos e tudo sempre teve respeito no meu trabalho”*.

Cássia ainda lembrou de uma situação importante para as questões da identidade de gênero e sexualidade, quando diz: *“me relacionei com uma pessoa uma vez e os meus emojis eu colocava não na cor preta mais parda e as pessoas às vezes perguntavam se eu sou branca e eu não me considero e nem creio que seja, porque branco para mim é uma folha de papel. Estava começando a conhecer essa pessoa e ela brincou assim ‘tu no fundo no fundo querias ser um negão’, eu disse não, tu estás enganada, eu nunca quis ser um homem, em nenhum momento da minha vida isso passou pela minha cabeça. Eu sou uma mulher, eu gosto de ser mulher, sinto*

atração e gosto de me relacionar com outra mulher, apesar de ter esse meu ‘jeitão tortinho’, o tempo todo que eu me entendi por gente, já tinha esse jeito.

A professora **Anne** diz: *“na minha vida tenho coisas que eu sei e outras que preciso ter uma melhor compreensão, como as relações de gênero, no meu compreender se inicia com dois (masculino e feminino), e hoje levantam muitas bandeiras, mas eles existem desde sempre, só que antes era abafado e as pessoas tinham receios. Hoje os alunos têm mais liberdade para mostrar o que realmente são, e às vezes falta controle, pois não há necessidade de tanta exposição, e vejo adolescentes e jovens, mas na maioria são adolescentes, tem momento que comentamos na escola o quão complicado é essa relação. **A maioria deles nem são aquilo, mas é pelo motivo de ‘estar na moda’, então se perdeu muito a essência de fato, e hoje são tantos gêneros que existem[...]. tem os transexuais e pansexuais”.***

Vamos refletir o que Anne traz em sua fala referindo-se a identidade de gênero, quando expressa: “nem é aquilo, mas é pelo motivo de estar na moda”. A colaboradora desconhece que uma parte da população segundo o Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que entre as mortes, foram 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans cometeram suicídio em decorrência da transfobia. A mais jovem trans assassinada tinha 13 anos (Benevides, 2024).

Não pode ser considerado moda, quando 90% da população trans brasileira tem a prostituição como principal fonte de renda e única possibilidade de subsistência (Benevides, 2023). A pesquisa da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil, diante dos dados de uma realidade pouco conhecida, se manifesta afirmando:

Precisamos ter um olhar desde cedo para crianças e adolescentes trans, que estão expostas diariamente nas escolas, negligenciadas e vulneráveis a torturas cotidianas, que quando não chegam ao suicídio, engrossam as estatísticas de “evasão/expulsão” escolar, por não suportarem espaços coletivos que não permitem que existam como são (Rede Trans Brasil, 2018).

Não podemos naturalizar e nem chamar de moda situações nas quais tem pessoas que estão sendo excluídas socialmente e que são assassinadas diariamente por existir e por transgredir a cisheteronormatividade.

Já a professora **Virginia** compartilhou uma situação que vivenciou e até hoje lhe traz revoltas, quando afirma: *“ocorreu que eu estava no espaço fora da escola em*

um sábado com minha esposa e a mãe de uma aluna estava na mesma ocasião com o esposo e umas amigas; haviam muitas pessoas da comunidade LGBT para ouvir o cantor, que também minha esposa gosta muito das músicas dele. Então festas que tem ele eu a deixo à vontade [...]. Quando foi na segunda-feira eu vejo a mãe das meninas na escola com outras professoras conversando, no momento em que cheguei; sabe quando tu percebes que estão falando de ti! Quando entrei elas pararam de falar, eu voltei [...]. Depois as professoras que estavam participando da conversa contaram que ela estava falando sobre o ocorrido da noite de sábado e eu fiquei com muita raiva. porque ela foi dizer que eu estava com minha esposa se agarrando, como se isso fosse proibido para nós, como se isso fosse feio, e que o marido dela disse que ia tirar as filhas da escola”.

A mãe dessas estudantes teve um comportamento lesbofóbico e proferiu acusações contra a professora por ter vivenciado a gravidade daquele momento. Essa atitude da mãe lesbofóbica estava relacionada ao ódio e hostilidade contra mulheres lésbicas, além de ferir a vida dessas mulheres. “São discursos e ações que as acompanham cotidianamente e que têm efeitos marcados por toda vida, determinando lugares e posições para que elas ocupem” (Silva, 2023, p. 77-78). Virgínia diz: *“passei a noite sem dormir porque eu queria ir na casa dela, eu queria fazer um monte de coisas [...] conversei com a coordenadora da escola, falei sobre o acontecido e eu chorei muito [...]. Eu até hoje tenho uma relação muito boa com as filhas dela, mas com ela eu não falo.* A fala dessa colaboradora reafirma o dizer de Silva sobre as marcas deixadas pela lesbofobia.

Virginia disse que já teve a oportunidade de trabalhar com outras lésbicas e que mantém o contato até os dias atuais: *“estamos sempre falando sobre nossas relações, como é que está o casamento se está bem. É como se fosse uma amizade de casais que nós formamos para fortalecer nossas relações e conversamos muito a respeito das nossas famílias por um grupo de WhatsApp, onde estão casais de professoras com suas respectivas esposas” [...]*

A professora **Filipa** faz parte de um coletivo de apoio à comunidade LGBTQIAPN+, e afirmou: *“a gente sempre promove eventos, cursos nesse sentido, e eu estudo gênero. **Estudei gênero tanto na graduação quanto no mestrado.** Estudei nas cidades as zonas de prostituição, observando as mulheres, quanto as relações de gênero. A escola onde trabalho até que promove vários momentos*

*interessantes, por exemplo, o debate da **Semana da Diversidade promovido pela OSC UPV LGBT**, uma parceira da instituição. Mas vejo que há pouca participação, tanto dos próprios servidores quanto dos alunos”.*

Ainda com a fala de Filipa: *“hoje as/os estudantes têm uma liberdade maior, porque outras pessoas brigaram para que elas/eles pudessem ter essa liberdade. Também tem a questão da religião, que foi algo que me surpreendeu quando cheguei no município. Aqui na escola, a maior parte dos alunos e dos servidores são evangélicos e isso pesa muito na participação dos meninos LGBTI+. **Lá tem muitos gays e lésbicas, mas pouquíssimos deles são assumidos, justamente por conta da religião.** Professores evangélicos, pais que cobram, tem todo aquele medo, e geralmente, eles ficam calados [...]”.*

Em relação a fala da professora **Anne**, seu vínculo com as pessoas no espaço escolar é normal, e ainda afirma: *“lembro que no 2º período de Letras já comecei a trabalhar na docência, não era assumida na escola e a pessoa com quem me relacionava era sempre uma amiga para a escola naquela época [...]. Convivemos durante 7 anos, ela também era professora em uma escola particular”.*

Anne compartilhou ainda o que aconteceu em uma das escolas que trabalha: *“ocorreu um caso envolvendo duas meninas. Segundo o Regimento Interno da escola não podem ficar de beijos e abraços sejam homens ou mulheres, homossexuais ou heterossexuais. Foi observado por uma servidora que duas estudantes toda hora iam ao banheiro trocar carícias [...]. Como estou gestora adjunta dessa escola, comuniquei à gestora geral, sobre o ocorrido, e solicitei a presença dos pais”.*

Anne conta que após o ocorrido, estava em casa quando recebeu a ligação da coordenadora pedindo desculpas por ter falado aos familiares de uma das estudantes que procurou a escola à noite e disseram que eram cientes que a filha era lésbica e que a escola estaria sendo homofóbica. Foi quando a coordenadora justificou o posicionamento da escola, segundo Anne: *“para justificar que a escola não estava com homofobia, alegou que era algo já instituído no Regimento Interno da escola. Ademais, a coordenadora disse que não se tratava de homofobia, porque a diretora adjunta da escola era casada com uma mulher, e questionou aos pais, como é que ela poderia ter preconceito com sua filha? Foi quando eles ‘desbancaram’ [...]”.*

Na questão da formação continuada com o tema sobre gênero e sexualidade na educação, perguntou-se: O que você achou da experiência e como se sentiu? Antes de apresentar as respostas das professoras, convém salientar que, entre os intelectuais e escritores que corroboram com essa discussão, José Carlos Libâneo (2004, p. 227) aponta que “formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de [professoras e] professores, bem como, especialistas”. Para István Mészáros (2008, p. 12) “educação deve ser sempre continuada, permanente ou não é educação”. No dizer de Maurice Tardif (2008, p. 44), “a formação continuada é uma obrigação profissional, ao mesmo tempo individual e coletiva”.

A formação continuada é no entendimento de Yoshie Leite; Evandro Ghedin e Maria Isabel de Almeida (2008, p. 23) “[...] um dos principais elementos, no sentido de intervir na qualidade do ensino ministrado nos sistemas educativos”. O processo de formação do sujeito é sempre contínuo, e para trabalhar de forma mais inclusiva, atendendo às particularidades de uma pluralidade nas questões que atravessam gênero, raça, sexualidade como temas Interseccionais abordados por esse estudo. É oportuno refletir sobre a prática pedagógica, o currículo escolar e o Projeto Político-Pedagógico como planejamento escolar voltado à inclusão de grupos sub-representados.

Segundo as professoras **Carol**: ***“Incrível que nós professores não recebemos formação e orientação sobre a diversidade, nunca tivemos; nenhuma das escolas que eu trabalhei teve essa preocupação; não é todo mundo que tem essa sensibilidade de lidar com os pais e com a diversidade dos alunos”, e para Virginia: “eu recordo que já tive formação a respeito de gênero, mas em relação à sexualidade como da população LGBT, nós nunca participamos”.***

As professoras **Elisa** e **Marcela** também não tiveram formação continuada. Segundo Elisa: ***“nunca aconteceu uma formação para falar sobre o assunto, parece um tabu em que as pessoas não podem falar; só é falado nas aulas de sociologia, que trabalha esse conteúdo”.*** A professora **Lúcia** concorda com as demais professoras e diz: ***“na minha vida acadêmica nunca tive informações ou formação sobre essa temática”.*** Assim como a professora **Cássia** que diz: ***“eu nunca participei de formação alguma, diretamente. A escola que eu trabalho, não trabalha essa***

questão, não tem nada voltado, têm os temas transversais que nós não chamamos mais assim, mas a gente pode abordar o assunto voltado diretamente ao gênero”.

De acordo com a professora **Anne**: *“teve escolas onde trabalhei que realizaram palestras sobre LGBTfobia. Ano passado, no início, aconteceu esse debate por conta de um pai que batia muito no filho, e tinha alunos com problemas de ansiedade e depressão. Depois fiquei sabendo o motivo dele viver ansioso, nervoso, chorando e ficava sem ar na escola, era tudo medo e trauma. Ele queria brincar sempre com as meninas e o pai não aceitava, queria que ele se comportasse como um homem [...]”*.

A professora **Lota** participou de uma única formação de um dia, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O evento aconteceu de forma presencial. Segundo afirmou: *“teve gente que falou assim: quero ir, porque quero ouvir falar sobre veado e eu respondi, você talvez tivesse que ir para mudar o seu pensamento, pois se não buscar esclarecimento como é que você pode esclarecer para os seus alunos. Eu busco conhecimento, eu tento muito não pecar em relação a isso. Sem querer eu vejo os alunos se mutilando porque não aceitam, não tem ninguém que aceita”*.

Lota continua compartilhando acontecimentos de sua vivência familiar e diz: *“eu queria mesmo era que minha família me olhasse como me olha hoje. Minha mãe é tranquila e minha relação com ela é perfeita, mas foi preciso um dia minha madrinha e tia falar para ela ‘olha comadre ela é sua filha e se você não respeitar sua filha quem vai respeitar, você não é obrigada a aceitar, mas é obrigada a respeitar, porque se você não respeitar você vai estar abrindo leque para que outras pessoas não respeitem, você não vai achar bom se um dia sua filha for morta espancada por outras pessoas’*. A mãe perguntou por que a madrinha estava falando isso e foi uma conversa que aconteceu recentemente quando **mataram a paulada um homossexual na cidade e minha madrinha falou para ela ‘poderia ser sua filha’, depois disso minha mãe mudou e tive outra irmã que é professora e se assumiu lésbica em 2019”**.

Lota foi uma das poucas colaboradoras que fez formação continuada, quis saber como ela se sentiu com a formação continuada: *“eu me senti esclarecida porque lá falou de alguns direitos que nós temos e as pessoas querendo ou não tem que respeitar, mas para que a gente tenha respeito, tem que se impor, porque não adianta, infelizmente é a realidade e tem muitas pessoas ainda no nosso meio que não são*

*esclarecidas e que não sabem que se xingar, que se não respeitar está errado e a gente sabe também que hoje dentro da escola existem pessoas que não conhecem as leis, e **depois que voltei do curso, fiz uma roda de conversa com os meus alunos e fiz alguns esclarecimentos sobre o assunto***”.

Em relação à formação continuada, contando com Lota que fez uma formação por um dia ao longo de sua jornada educacional, teve Virginia que também fez, já Filipa e Cassandra deram aulas a respeito, e todas as demais nunca tiveram antes uma formação continuada sobre o assunto. De acordo com Leite; Ghedin e Almeida (2008) durante a formação inicial, a professora e o professor não estão sendo preparados o suficiente para enfrentar a nova realidade emergente nas escolas nos dias atuais. É mais que necessário a continuidade da formação dessas professoras. Nesse sentido, para as autoras Maciel e Garcia (2018, p. 9):

O estado de lesbianidade das professoras não é apenas entendido como um referente da verdade do eu, mas é um movimento sexual radical quando estas inventam seus próprios modos de falar sobre si e sobre o que pensam do mundo no processo de ensino e aprendizagem.

Por isso a necessidade de formação continuada. Somente a formação inicial recebida pelas/os professoras/es não é o suficiente para seu bom desempenho em sala de aula. A questão que fica é, como essas professoras sem a formação continuada incluem a diversidade no planejamento de sala de aula, sendo que o planejamento escolar também não faz esse debate?

5. 3 Lesbianidade nas escolas do Vale do Pindaré

“Na escola que trabalho tem uma professora lésbica, inclusive tem professoras incubadas também” (Lota, 2024).

Direcionei mais esse momento para a prática docente e busquei compreender como se deu a caminhada na docência, destacando-se as relações interpessoais vivenciadas por lésbicas com as/os professoras/es e com as/os estudantes da escola. Fui mais categórica ao tentar saber se alguma escola de atuação dessas professoras trabalhou a questão da sexualidade, entre elas sobre pessoas LGBTQIAPN+ e LGBTQIAPN+fobia? Todas as colaboradoras tinham a orientação sexual assumida, mas nem sempre foi assim, a maioria no primeiro contato com a

lesbianidade e na docência não estavam com a orientação sexual assumida para a escola no momento da descoberta de si, sendo o principal motivo o medo e a vergonha de algum constrangimento.

A caminhada na docência é capaz de promover a interação com o meio educacional e com as relações que ali se fazem presentes, é também uma oportunidade de aprendizagem. Essa caminhada contribui diariamente com a formação docente, mas como se daria essa caminhada, quando relacionada às lésbicas professoras?

Contribuindo com estes questionamentos, para a professora **Cássia**: *“as coisas foram se encaminhando, mas quando eu me vi dentro de uma sala de aula a questão da minha sexualidade, não vou dizer que criei um personagem, mas eu **tive que criar uma redoma sobre a minha pessoa para evitar esse contato de muita intimidade** porque a nossa atuação em Educação Física se tem um contato mais direto com os alunos. Tem pessoas que são de ‘boa’, mas tem outras que muitas vezes querem fazer o mal, então, eu sempre tive o ‘pé muito no freio’ em relação a isso, e nunca gostei de ficar sozinha com alunas em sala de aula, eu não fico conversando só com alunas, só falo quando estão todos juntos, para evitar comentários”.*

Cássia, que já foi comparada com menino na infância, contou que sempre teve muitas amizades com professoras, professores e também com estudantes. Sempre muito dedicada ao trabalho, no entanto, segundo sua fala: *“**coloquei uma barreira na relação entre mim e uma professora lésbica, assim como eu coloquei uma barreira com as minhas alunas, isso vem de mim: Eu sempre tive essa barreira por receio. A minha profissão é acima de qualquer coisa, e não dou liberdade para brincadeiras com alunos, muito menos para comentários de mau gosto**”.* Cássia sempre se via diferente das demais meninas de seu convívio, e por diversas vezes se questionava pelo motivo dessa diferença e o quanto difícil era e é viver a orientação sexual no espaço escolar.

A professora **Cassandra** cuja docência veio antes da lesbianidade por não compreender os sinais e por ser criada sobre doutrinas religiosas, mas depois do despertar de si até aceitar essa mudança em sua vida, em um determinado momento, na época de docência todos já sabiam que ela era lésbica em decorrência de seu casamento com uma mulher, como afirma: *“sempre fui muito ‘preto no branco’ eu não gosto de ter ‘o rabo preso com ninguém’. Na escola que eu trabalhava todos sabiam.*

No trabalho eu me policiava e não abraçava minhas alunas porque eu tinha medo que alguém dissesse algo [...]”.

Percebo, não só na fala de Cássia e Cassandra, mas encontrei essa afirmação subentendida e sustentada em outros argumentos que sugere mais dedicação nas práticas docente com forma de impedir reclamação que pode vir disfarçada de cuidados, quando na verdade é a lesbofobia sustentando sua vontade de anular os fatos por compreender que o lugar de lésbica não é onde ela quiser. De acordo com Peres (2018, p. 32), “existirá sempre a necessidade de provar-se útil, íntegra e capaz, apesar da sua condição lésbica, pois há uma falsa crença de que a homossexualidade é uma expressão da perversão de caráter, um desvio existencial [...]”. Acaba que redobrando a atenção no fazer pedagógico dessas professoras, para que a orientação sexual não seja usada como desculpa para atingi-las no trabalho. Santos (2020, p.45), esclarece que docentes “também devam ser profissionais exemplares, seguidos de um modelo correto a ser adotado, que vivenciam suas identidades sexuais apenas no espaço privado sendo, todavia, responsável pelo comportamento adequado de seus alunos”.

Cassandra continua relatando um pouco mais de suas experiências na docência: ***“naquela época nossas vidas eram invisíveis e não havia debate sobre nós, quando falavam era com tom pejorativo, como piadinhas e as pessoas ficavam me olhando porque eles fazem essas piadinhas homofóbicas aí ficam rindo para ver se a gente faz alguma coisa, mas na verdade é aquilo mesmo que eles pensam; é aquilo que está plantado no coração deles [...]”. Tinha um aluno gay na minha sala de aula, que sempre brincava, porque ele sentia que a pressão contra nós era forte, e às vezes não é preciso chegar e falar que a pessoa é ‘sapatão’, as entrelinhas ofendem muito mais do que você chegar e dar uma porrada ou então chegar a dizer ei ‘sapatão’ sai da frente, porque a homofobia está disfarçada de educadores”.***

Já a professora **Lota** teve momentos tensos com a descoberta de sua orientação sexual e resolveu fugir da situação evitando ir à escola, como diz: ***“depois que me assumi, foi um pouco difícil meu primeiro dia de aula, depois que eu soube que as pessoas na escola já sabiam, foi difícil, porque eu tinha medo da não aceitação, só que eu sempre gostei da área que eu trabalho, e como naquele momento eu trabalhava Educação Física no contraturno [...]”. eu fazia de tudo para não pisar o pé***

na escola e durante esse período **passei 3 meses sem ir à escola, sem assinar o livro de ponto, sem fazer nada, só com vergonha e medo**, mas só que eu trabalhava direto e os meus alunos, eles já sabiam que as atividades seriam de práticas na quadra esportiva, eu já marcava as aulas durante nossos encontros [...]”.

No trabalho, a professora **Virginia** mantém as questões sobre a orientação sexual sempre bem esclarecidas, tudo acontece por meio de diálogo com estudantes mostrando que existe outras formas de relacionamentos amorosos e familiares, diferentes, das famílias heteronormativa, o respeito deve prevalecer acima de tudo. Como ela diz: *“Hoje estou casada e não tenho receio de conversar com nenhum aluno meu [...]. **Aí eles perguntam ‘tia ela é sua irmã’, eu respondo que não, ela não é minha irmã, ‘o que ela é para a senhora?’, ela é minha esposa**”*.

A professora **Anne** bem ciente de sua orientação sexual desde criança, em sua caminhada como docente disse que nunca enfrentou barreiras, segundo ela: *“a gente não chega dizendo eu sou lésbica, eu namoro com uma mulher, eu vivo com uma mulher [...], as coisas vão fluindo. Eu tenho minha ex-diretora por exemplo, que me respeita e a gente até hoje tem uma boa relação, tenho muitos amigos, são pessoas que sempre mandam mensagens de bom dia, boa tarde, ainda mais com as redes sociais que temos. Então, eu trago essa caminhada como positiva em minha vida, e os alunos se tornaram um ponto importante, nunca recebi nenhuma piadinha ou gracinha. Já recebi muitas invertidas de alunas [...]”*.

A professora **Filipa** traz contribuições relevantes de seu trabalho como docente e diz: *“desde que eu me entendo como pessoa lésbica, eu sempre fui assumida, nunca escondi e não faço questão de esconder. Os alunos sabem, os que não sabem, se me perguntar eu digo, mas geralmente eu já tenho essa conversa com eles nos primeiros dias de aula, a gente vai conversando, mas eu vejo que essa questão pesa para alguns alunos e para outros não [...]. Por exemplo, o fato de eu ser lésbica, o fato de eu ser empoderada, defender muito bem meu posicionamento, principalmente meu posicionamento político”*. Braga (2019, p. 147) elucida a questão com direcionamento para o enfrentamento da lesbofobia:

Com as mulheres lésbicas, isso também ocorre, porém há outra faceta, bastante grave que não é trabalhada: a noção de inferioridade feminina. As mulheres, independentemente de serem lésbicas ou heterossexuais, são empurradas, dentro dos regimes sociais patriarcais, a se curvarem e estarem disponíveis aos homens, não necessariamente no sentido sexual, mas de obediência, admiração e dependência. E nesse processo de manter a mulher

subserviente e dominada pelo poder masculino, é necessário dispor de modos de subjetivação do feminino fora da autonomia, confiança e liberdade.

A professora **Caroline**, quando chegou na escola para assumir a vaga do concurso tratou de fazer amizades, como recorda: *“naquela ocasião eu tinha uma namorada, não era muito sério, mas tinha. Quando eu cheguei na escola acabei me envolvendo com outra professora de lá, que nem lésbica era (terminei com o namoro anterior) [...], e foi um ‘zum-zum-zum’ muito grande na escola, mas nunca teve confusão, nunca ninguém me chamou para falar absolutamente nada [...]. Minha relação na escola sempre fluiu de forma pacífica, sem complicações, e com meus alunos existe uma relação de muito afeto. [...] como eles são crianças e não tem noção de nada é uma relação gostosa”*.

Cássia cita dois exemplos de estudantes que declararam seus sentimentos, como diz: *“uma falou no meio das colegas [...], professora gostaria de falar um negócio com você, eu não pensei que ela fosse ter essa coragem, mas ela falou e fiquei sem reação naquele momento. Eu disse, esse assunto vai ficar por aqui, primeiro porque nós somos professora e aluna e não pode acontecer nada entre a gente, mesmo se existisse sentimento das duas partes que não é o que acontece [...]. A outra aluna perguntou se eu não tinha percebido nada, e eu disse que não, mas lógico que eu tinha percebido, então ela falou que estava gostando de mim, mas sabia que eu não ia corresponder. Eu disse que não era questão de querer ou não, mas não poderia acontecer, **eu não me permitia me envolver com minhas alunas, ‘eu também falava que poderia ser coisa de momento que isso ia passar’**”*. E, se não passasse? Como a Cássia tinha tanta certeza do que disse aquela aluna?

Em relação às alunas nutrir sentimentos por professoras, Anne diz: *“já recebi muitas investidas de alunas, mas nunca me envolvi. **Teve uma que eu perguntei se ela tinha certeza que era realmente isso que ela queria, se não era coisa da cabeça dela.** Na época ela fechou a porta da sala e se declarou para mim, e hoje é casada e tem filhos. Aí a gente fica sem jeito, desconcertada com medo de frustração futura da pessoa, e também temos que ir com calma para não causar nenhum trauma, nenhum impacto e que elas possam seguir, **que às vezes pode ser só um rompante, uma coisa de momento, mas que às vezes pode durar o resto da vida.** Quem nunca foi apaixonado por uma professora!”*

Lota disse que tem uma relação tranquila com as/os estudantes, mas contou que teve uma aluna casada que se declarou para ela. Segundo conta: *“um certo dia ela chegou pra mim, me convidou para ir em sua casa e disse que o esposo havia batido nela. Naquela ocasião eu disse que ela tinha que denunciar, foi quando disse que não poderia porque ela estava tirando fotos minhas no celular e ele ficou com ciúmes e resolveu agir dessa forma. Diante da situação, eu procurei a melhor forma para falar com ela, não magoá-la e muito menos traumatizá-la”*. Lota falou que ao pedir para a aluna parar com as investidas ela chorou, tentou se matar e Lota ficou sem saber o que fazer, mas segundo afirma: *“a diretora da escola e a pessoa que eu me relacionava estavam cientes do ocorrido [...] **Mas antes eu precisei ameaçá-la e dizer que se ela não deixasse de me procurar, eu contaria para o marido dela, foi quando ela passou a me odiar**”*.

Continuando com Lota: *“na escola que trabalho tem uma professora lésbica, inclusive tem professoras incubadas também, que a gente sabe, por exemplo, como a gente vive no setor vamos conversando, conhecendo as pessoas, que vão dando as dicas e vamos percebendo a pessoa discretamente se entregando. Para isso cabe um ditado bem chulo ‘todo veado conhece outro’. Tem muitas professoras casadas que são incubadas e não tem coragem de se assumirem, e eu respeito a decisão delas, pois sei que não deve ser nada fácil se assumir. [...] É uma situação meio difícil pra mim, porque **tem muitos professores e alunos que mesmo sabendo da minha orientação sexual ficam ameaçando**, e se você não tiver pulso firme é complicado”*.

Cassandra, além do preconceito que enfrentou com sua família, vivenciou a lesbofobia no espaço escolar, quando a avó de uma estudante disse: *“**não queria que uma ‘sapatão’ desse aulas para a neta dela, pois poderia influenciá-la em maus caminhos**, eu peguei e disse, sabia que eu posso lhe processar. A secretária de educação pediu para eu ter calma e eu disse não, isso aqui é preconceito, na época a gente nem falava a palavra homofobia”*. Além desse episódio, destacou: *“quando minha filha era mais nova sofria preconceito na escola pelos próprios professores, por ter uma mãe lésbica. São acontecimentos que vão mexendo com a gente. **E o que mais doeu, foi saber que quem causava situações preconceituosas eram os próprios professores**”*.

Naquele período era mais difícil, mas hoje, podemos nos apoiar na legislação de defesa dos nossos direitos, por exemplo: A referência ao que a professora pontuou,

existe a Lei Estadual do Maranhão nº. 8.444, de julho de 2006. Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas às práticas de discriminações em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero.

O Art. 3º, determina que:

São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas em território do Estado do Maranhão, que intentarem contra o que dispõe a presente Lei (Maranhão, 2006).

A Lei busca assegurar a garantia do atendimento, e na sua ausência, punições pela falta de seu cumprimento. Assim, conseguirá evitar que pessoas LGBTQIAPN+, ao buscarem atendimentos para denunciar à LGBTQIAPN+fobia, sejam recebidas como vítimas e não como culpadas, como frequentemente acontece. Com a formação continuada as professoras saberiam da utilidade desse recurso e poderiam usar para enfrentar a lesbofobia.

Cássia, Anne e Lota compartilham em comum experiências que tiveram com estudantes, descobrindo a orientação sexual e se sentindo apaixonadas por essas professoras. Cassandra, em outro momento, relatou também que uma estudante de sua turma demonstrou ter interesse por ela, que pediu para ser transferida de turma e não manter contatos com essa estudante. Cássia, quando passou por uma situação semelhante, disse para a estudante que poderia ser coisa de momento e que ia passar, e Anne indagou se não era coisa da cabeça da estudante, já Lota disse que precisou ameaçar a estudante que havia se declarado.

Essas professoras já passaram por situações semelhantes quando eram estudantes e a primeira paixão para a maioria delas foi por uma professora, mesmo no momento de autonegação para umas e descoberta de si para outra, tiveram suas estudantes que passavam pela descoberta da sexualidade, frustradas no seu primeiro contato com essas professoras que poderiam acolher e ouvir, para tentar ajudá-las, ou procurar ajuda para salvá-las de uma vida que poderia direcionar práticas de mutilação ou até depressão. O esforço da negação de si por não ter apoio e orientação educativa adequada, poderia direcionar novamente essa vida para o armário e com ela seguiria um corpo triste e desacreditado de si.

É preocupante os depoimentos das professoras e me pergunto, caso houvesse formação continuada e um debate mais aberto nas escolas, as professoras teriam

outra maneira de abordagem do assunto? Quem sabe uma abordagem mais humanizada, inclusive por já terem andado por esse caminho, com essas dúvidas, com essas paixões, com esses encontros e desencontros de uma vida lesbiana. E também, tento imaginar como essas estudantes ficaram, não diante da frustração de uma paixão não correspondida, mas da forma como o assunto foi abordado e encerrado. Esses depoimentos mostram o quanto é importante e urgente debater na escola e falar abertamente sobre esses corpos para que certas práticas não sejam mais reproduzidas.

Em outro contexto, uma escola conseguia interagir, pontuando o respeito mútuo desses corpos, numa abordagem diferente da forma que Caroline traz em sua fala: ***“incrível que nós professores não recebemos formação e orientação sobre a diversidade, nunca tiveram, nenhuma das escolas que eu passei teve essa preocupação. Não é todo mundo que tem a sensibilidade de lidar com os pais e com a diversidade dos alunos. Há um tempo atrás eu surpreendi duas meninas de 4 anos se beijando no banheiro [...], fui tentar ajudar e disse quando você quiser beijar a coleguinha você beija na bochecha, na boca não pode, quem beija na boca é o papai e a mamãe [...]”***.

Filipa apresenta um exemplo clássico da adolescência influenciada pela religiosidade e suas relações com as/os docentes, e diz: ***“recentemente teve o caso de uma aluna que me denunciou para a ouvidoria [...] Ela me acusou por exemplo de ‘denegrir’, que é uma palavra que pouco se usa. Ela é uma aluna de 3º ano que não consegue distinguir alguns termos em português, ela quer falar uma coisa e fala outra. Ela me acusa de infringir a lei da escola sem partido, que nem existe. Ela não tem ideia, da influência midiática. Fala que eu sou imparcial, quando queria dizer que parcial. Eu vejo que isso tem muito a ver com a minha sexualidade, pelo fato de ser lésbica [...]”***.

Ainda com Filipa: ***“em outra escola que eu trabalhava, era uma escola católica, mas por incrível que pareça, com relação a sexualidade de professores e de alunos sempre foi muito tranquilo, a diretora sempre nos deu muita liberdade para tudo, e nunca interferiu no trabalho, nunca questionou nada. Mas, por exemplo, tinham dois professores extremamente homofóbicos, que tinham falas absurdas, e aí eu ficava me controlando para eles não perceberem, para eu não responder, porque sabia que não ia adiantar aquele debate e nem mudar quem eles são e o que pensam”***. Muito

profundo o que Filipa nos apresenta, refletindo o papel da escola na formação da cidadania e também da formação continuada como forma de combater a desigualdade em nossa educação brasileira.

Já a professora **Elisa** contribuiu com a seguinte informação: *“trabalho numa escola e os meus colegas de trabalho, muitos deles nós estivemos juntos desde a 3ª série do ensino fundamental, até entrarmos para a faculdade, então a gente conversa sobre tudo, inclusive para eles eu não sou mulher, eu sou um homem e alguns me chamam de seu Eliso, mas eu só permito que eles falem, outras pessoas eu não permito [...]. A filha de uma amiga minha que, hoje é minha aluna, inclusive, a mãe dela me chama de seu Eliso, essa mesma aluna chegou na escola e me chamou de seu Eliso. Eu disse, opa! Para você é professora Elisa, só sua mãe tem permissão de me chamar dessa forma, quando começou a nossa amizade tu nem existia. Quando vem assim, eu corto logo”.*

Apresento mais uma fala de Cassandra por achar importante para o estudo: *“[...] na escola eu só vim me assumir após 3 anos de namoro, eu tinha medo, eu não queria que as pessoas soubessem já que o problema era comigo. Eu fui criada dentro do evangelho, aí vem aquela ‘briga espiritual’, entendeu! Será que realmente isso é abominável aos olhos de Deus [...]? Foi através de muita reflexão que eu fui começando a me aceitar, foi quando eu virei a ‘ovelha negra da família’[...]”.*

Cassandra trabalhou no mesmo espaço educacional de outras duas lésbicas professoras, como afirma: *“trabalhávamos nós 3 na mesma escola e a gente nunca conversou sobre relacionamento, é como eu te falei, em todas as escolas que eu trabalhei a gente nunca levou esse tipo de assunto para o ambiente escolar. Esse assunto era deixado fora da escola. Quando descobriram duas alunas adolescentes que estavam se curtindo e fomos obrigadas a tentar separá-las por ordem da diretora, que dava o comando e os professores obedeciam. Eu como vivia essa relação com outra mulher, era a escolhida para fazer esse papel [...]”.* O que traz as falas dessas colaboradoras por momentos são assustadores e às vezes chega a ser cruéis tanto para elas quanto para estudantes dessa população.

Os questionamentos mais específicos sobre lesbianidade na escola e o enfrentamento à lesbofobia, trouxeram uma interação mais particular que proporciona o diálogo com o objeto de estudo em relação à escola trabalhar questões da sexualidade, entre elas as pessoas LGBTQIAPN+ e LGBTQIAPN+fobia. As

colaboradoras já identificaram que presenciaram formas de violências contra estudantes LGBTQIAPN+ em sala de aula, e compartilham suas reações:

Na percepção da professora **Virginia**: *“aqui na escola nós também trabalhamos com questões da sexualidade, já conversamos com os alunos e dialogamos no momento do planejamento escolar, pois já observamos que nossa escola tem crianças que não se identificam com o gênero, essa é uma questão muito trabalhada com respeito às diferenças. Tanto que teve um período que foi preciso chamar os pais para conversar porque a questão da sexualidade estava muito aflorada, e qualquer vacilo já tinha duas meninas se acariciando [...]”*.

Então agimos da seguinte forma, segundo Virginia: *“primeiro, nós professores nos reunimos, depois observamos o cenário, em seguida é feito um relatório para a coordenação que, por sua vez, chama a família para uma reunião, inclusive a gente tem um estudante trans que a mãe veio e pediu para que a escola atendesse ao nome social e nós atendemos. Esse aluno namora com um menino que aparentemente é gay, a família sabe e nós também, e está tudo certo”*.

Por meio dessa vivência escolar que Virginia nos relatou posso afirmar que fiquei surpresa em saber que essa escola particular, trabalha questões tão necessárias que por vezes a escola pública, na sua maioria, se omitiu no atendimento, dando espaço para a LGBTQIAPN+fobia, racismo, misoginia, entre outros tipos de violência que ocorrem no espaço escolar.

Ao analisar a percepção dessas colaboradoras, questiono se em 25 anos, maior tempo de trabalho em sala de aula de uma das colaboradoras, foi capaz de despertar a consciência sócio-política de quem está inserida nesse lugar, mas carrega consigo uma particularidade, como boa parte das/os docentes aos seus redores, em algum momento no passado deve ter convivido com a orientação sexual trazida pela sociedade como “pecado” e “doença” de um grupo que não poderia existir. Se uma sociedade segregacionista, preconceituosa, misógina, LGBTQIAPN+fóbica normaliza como algo impróprio, segue essa normalidade por anos, e questiono: como desconstruir essa normalidade que violenta esses corpos em meio ao silêncio?

Colaboradoras **Elisa** diz: *“eu tive uma aluna que chegou para mim e disse ‘professora eu sou lésbica, eu beijei uma menina’. Eu falei a ela, isso não significa que você seja lésbica, poderia ter sido uma curiosidade ou um fetiche. Teve também um*

rapaz do 9º ano que não era da minha sala de aula e desenvolveu ansiedade e depressão por ter sofrido homofobia na escola. Os alunos encheram o caderno dele com a palavra ‘veado’, ‘veado’, ‘veado’, ‘veado’, ‘veado’ [...]. Como não era meu aluno e as outras crianças foram punidas, eu não tive envolvimento [...]. Quando detecto que algum dos meus alunos são homossexuais, eu também fico na minha”.

Segundo a professora **Cássia**: “ocorreu na hora que eu desci a quadra com os alunos para fazer aula prática. Um aluno meu passou e outro que estava na porta passou a mão nele e ficou falando gracinhas. Eu perguntei para o aluno qual o motivo dele não ter me falado o ocorrido na mesma hora do episódio. Ele disse que era o primeiro momento que estava tendo comigo e não sabia como eu iria reagir. Então eu disse para ele não guardar mais isso dentro dele, e quando acontecer, se acontecer era para me falar porque a gente tem que tomar uma atitude, e depois eu conversei com os alunos da turma, fazendo esses esclarecimentos [...]. O aluno era um menino bem afeminado. Depois disso a mãe dele foi na escola, e encaminhamos o aluno ao psicólogo e a partir daí ele se assumiu gay. Como tinha um pai agressivo e a mãe evangélica, foi bem mais difícil a relação”.

Cássia considera a importância de abordar essas questões desde o início, segundo ela: “a escola tinha que falar mais sobre essas questões, não da questão orientação sexual em si, mas que existe essa violência e trabalhar em cima disso, assim como se trabalha em cima da violência contra a mulher, não é preciso especificar tá muito lógico ali”. Eu concordo com a professora em parte, devemos sim trabalhar essas questões desde o início na escola, mas devemos também dar o nome a cada violência e especificá-las, mostrando suas estatísticas, depoimentos de quem já passou por situações de violência. É necessário causar impacto para que práticas discriminatórias não possam acontecer e os números possam ser reduzidos para que possamos desfrutar a inclusão social e escolar de estudantes.

Portanto, deve-se falar da **misoginia** que é uma violência contra as mulheres e da **lesbofobia** que é uma violência contra as lésbicas que já sofrem violência por ser mulheres e do **racismo** violência contra mulheres negras (e algumas sofrem misoginia e lesbofobia) e homens negros e gays, por exemplo. Não podemos generalizar, e sim falar de forma específica sobre cada tipo de violência que leva às margens da sociedade mulheres e homens discriminados/os socialmente.

Continuando com Cássia, cuja contribuição de sua fala nos fará refletir sobre corpos lésbicos no espaço escolar: *“não tinha me despertado para isso, foi uma professora que me falou. Ela disse que eu criei para mim uma redoma de proteção, talvez por receio de não ser aceita pelos meus alunos, pelos meus colegas, mas me deu uma postura, a ponto de eu não dar abertura para qualquer pessoa chegar em mim. Depois fui parar para pensar nisso e realmente tenho dificuldade para me relacionar com qualquer tipo de pessoa por conta disso”*. Essa fala de Cássia é de uma profundidade tamanha que precisei refletir sobre o que ela compartilhou, e digo que ela não está sozinha, outras colaboradoras também se encaixam nessa fala, umas demonstraram no tom da fala, no comportamento subentendido nas entrelinhas, já outras expuseram com força.

A professora **Anne** compartilhou que teve uma escola onde ela trabalhou que realizaram palestras sobre LGBTfobia: *“ano passado no início do ano aconteceu esse debate por conta de um pai que batia muito no filho, e tinha alunos com problemas atuais de ansiedade e depressão. O pai de um aluno batia nele todos os dias. Depois fiquei sabendo o motivo dele viver ansioso, nervoso, chorando e ficava sem ar na escola, era tudo medo e trauma. **Ele queria brincar sempre com as meninas e o pai não aceitava, queria que seu filho se comportasse como um homem [...]**”*.

Para a professora **Lota** em relação às questões voltadas à sexualidade, diz que: *“em uma disciplina o professor trabalha, mas na escola não, na escola de uma forma geral não trabalha. Teve uma vez que as alunas chegaram para mim dizendo que queriam desabafar, eu acredito que se sentiam à vontade para conversar comigo, por eu ser da comunidade, e ainda pedem segredo, inclusive muitas meninas de 13 anos me procuram e dizem eu quero contar um negócio para senhora, depois eu falo, não professora eu vou escrever porque eu fico com vergonha e escreve uma cartilha contando que está gostando de uma mulher, e pergunta a minha opinião, é quando eu respondo, podemos conversar pessoalmente? Chamo no canto e falo, é muito bom você ter certeza, que você não esteja enganada do que estás sentindo, que tenha certeza dos teus sentimentos para não ser decepcionada, sempre falo isso para elas e eles”*.

Seguindo com a fala de Lota: *“**já presenciei algumas formas de violências com xingamentos, ofensas e piadas. Inclusive eu tenho um sobrinho que é gay e ele estuda aqui na escola que eu trabalho; uma vez ele me contou que os meninos***

estavam de forma pejorativa apelidando-o [...]. Dói muito saber que muitos deles estão sofrendo na escola e às vezes sem contar com ajuda. Eu sou muito imponente e não abaixo a cabeça, prefiro não enfrentar quando não estou preparada, por isso que eu passei 3 meses sem ir para a escola quando me assumi lésbica, mas depois, mesmo que seja de forma falsa, as pessoas me trataram bem, mas a gente sabe que existem pessoas que não aceitam por conta do preconceito que ainda é muito grande”.

A professora **Filipa** diz: *“na escola que eu trabalho atualmente, de vez em quando eu ouço comentários gerais sobre gays e lésbicas, eu também prefiro não debater. Agora se fosse mais direcionado a mim eu rebateria com toda certeza. Mas, geralmente, os comentários maldosos são genéricos. Falta muita leitura sobre gênero, são poucos os que têm essa compreensão, pelo menos acesso ao assunto. Eu estava até conversando com outra professora que discute relações de gênero, e faz um diagnóstico no Estado do Maranhão. Toda vez que ela viaja e chega com os resultados, a constatação que ela faz é a de sempre, nossos professores não tem leitura de gênero, não compreendem”.*

Filipa exemplifica dizendo: *“nós temos estudantes transsexuais, e que certos professores se recusam a chamar pelo nome social. Simplesmente ignoram, é complicado! Os próprios alunos, eles têm uma compreensão maior. Na escola assumidamente só tinha um menino trans, os alunos tratam pelo pronome correto desde sempre, agora os professores, alguns têm mais dificuldade nesse sentido. Hoje são dois estudantes transexuais, o que é mais recente, veio me pedir pra chamá-lo pelo nome social e eu disse tudo bem. Minha relação com os alunos também é muito boa, principalmente com os que são LGBTs [...]”.*

Já a professora **Caroline** diz: *“vejo a formação continuada para professores, como uma ferramenta capaz de ensinar a lidar com diferentes situações na escola, diferentes alunos que vai encontrar no caminho. Não é meu caso, nem da minha escola, mas para outros professores seria interessante passar por uma formação para respeitar professores de forma genuína, porque existe aquele respeito: ela está ali, e eu aqui, cada um no seu lugar, mas não existe o respeito como ser humano, do tipo, você é tão valioso quanto eu. Não sei se seria uma formação que faria você ter essa visão, eu acho que isso vem da índole da pessoa”.*

A professora **Cassandra** diz: *“lembro dos alunos LGBTs, que tinham sempre 2 ou 3 na turma, eu lutava para não se aflorar durante o período de aula, eu não*

queria ser a peça principal, eu não queria ter essa culpa comigo, eu tive um aluno por 6 anos e todo mundo sabia que ele é assumido. O problema maior é porque não fui criada para compreender esses sinais desde pequena, eu não conseguia entender porque não era o meu convívio, meu primeiro convívio que eu lembro tinha 12 anos foi no handebol com minha técnica, na época ela tinha um caso com outra mulher, ela foi a primeira representatividade que tive”.

Cassandra fala de sua dificuldade em compreender os sinais, devido ao tempo que esteve sobre os ensinamentos religiosos que traziam para ela negações dos fatos e pela ausência de representatividade. Eram tempos difíceis, e assumir a lesbianidade poderia afetar a vida profissional, social e psicológica. Hoje existe um número maior de pessoas assumidas, é fácil encontrar docentes e discentes pertencentes a essa população, mas também existem aquelas que ainda não estão preparadas para tais enfrentamentos e julgamentos, que todas as colaboradoras em suas singularidades passaram, porém as alternativas de enfrentamento da violência e do ódio contra as nossas vidas, e o que algumas escolas estão fazendo acerca da lesbofobia veremos a seguir.

5. 4 Alternativas utilizadas pelas escolas acerca da lesbofobia

“Inclusive, a escola não trabalha questões voltadas à LGBTfobia” (Filipa, 2024).

Durante a análise das falas das colaboradoras, foi possível perceber que em relação às alternativas utilizadas pelas escolas públicas da Região do Vale do Pindaré para garantir a prevenção à lesbofobia, não existe para a maioria delas.

Algumas mulheres são mães, casadas a maioria, cristãs, cidadãs detentoras de um corpo político que, também tem direito à proteção, ao respeito, ao cuidado, a viver em paz, sobre a proteção do estado, de políticas públicas em todos os níveis e de acordo com os princípios da cidadania. São professoras em seus espaços de trabalhos, em suas bolhas apaziguadoras da sobrevivência, sendo a maioria aceita em seus espaços de trabalhos, entretanto, sujeitadas ao invisível de suas subjetividades.

Mas o que fazer para mudar esse quadro? Por onde começar e quem deve iniciar? Será que existe necessariamente uma pessoa ou instituição que delas possa partir a iniciativa da mudança? Vamos conhecer o que essas professoras pensam a respeito do que deveria ser feito:

De acordo com a fala da professora **Filipa**: *“apesar de nunca ter vivenciado a lesbofobia na escola, tampouco fora dela, deveremos enfrentar esse tipo de violência na escola. **Acreditando muito na formação continuada, mas pra isso tem que ter adesão.** Eu vejo que adesão é pouco, a maior parte dos professores não se interessam [...]. Inclusive, a escola não trabalha questões voltadas à LGTBfobia e geralmente acontece quando vem alguém de fora, eles recebem, mas a participação dos servidores é quase zero”.*

A professora **Caroline** argumenta: *“a pessoa quando é boa de verdade, ela pode ser evangélica, mas quando tem respeito de verdade, ela ama a outra pessoa. **Para mim isso é de índole, não é uma formação que vai fazer você ter o respeito,** porque o respeito na formação se faz necessário, mas não te trata como igual, acho que isso não é de conhecimento, eu acho que é do interior da pessoa”.*

A professora **Anne** destaca: *“**eu acredito que devemos trazer o assunto mais próximo da gente, porque às vezes o aluno vira chacota,** então, trazer palestras, ou o professor trazer dentro dos próprios conteúdos de Sociologia. Hoje em dia temos as eletivas [...], temos a parte intensificada que pode ser trabalhada mais de perto. Tem escolas que trabalham eletiva voltada para essa finalidade. Então acredito que trazendo palestras, trazendo pessoas com relatos pode ajudar no enfrentamento, mas na escola em que eu trabalho isso ainda não acontece [...]”.*

Na visão da professora **Lota**: *“é por isso que **deveria ter na escola orientações sobre o assunto, palestras direcionadas com profissionais que tenham preparo emocional bom** para não abalar a mente dos estudantes. No planejamento escolar do município eu nunca vi planejamento sobre o assunto nas escolas que trabalhei”.*

Em fala a professora **Virginia** acredita: *“na conscientização das pessoas para que possamos enfrentar a lesbofobia, através de rodas de conversas e mostrar de fato a realidade. Quando mascaramos de uma forma ou de outra, a realidade acaba escancarado e vai ser mais impactante. **Então, quando mostramos a realidade nos***

dá mais força, mostrando quem somos, as pessoas ou vão aceitar, ou simplesmente vão ignorar e vamos ignorar elas também”.

Na opinião da professora **Marcela** é necessário: ***“campanhas e palestras nas escolas”***. E para a professora **Elisa**: ***“está faltando o diálogo dentro da escola, que deve falar abertamente, porque eu vejo o seguinte: tem gente que diz vamos conscientizar, você não conscientiza ninguém de nada, consciência cada um tem a sua, você sensibiliza alguém para o problema e para o que tem na sociedade [...]. Tem que ser falado isso nas escolas, uma vez que falta falar, e não falam por conta do tabu que ainda existe”***.

Já a professora **Cassandra** insiste: ***“na necessidade de um trabalho rigoroso com os educadores. Nunca mudou nada nessa educação do Brasil, está piorando mais ainda [...]. Eu sempre falo que as pessoas têm obrigação de me respeitar, mas elas não são obrigadas a conviver comigo. Mas a partir do momento que a gente fala em escola, o professor por mais que ele seja homofóbico, têm que deixar a homofobia dele em casa e não levar para a escola, e não tentar mudar a mente do aluno [...].”***

De acordo com as colaboradoras, as escolas precisam adotar alternativas para o enfrentamento da lesbofobia por meio da formação continuada com adesão por parte do corpo docente. Formação continuada como ferramenta capaz de ensinar a lidar com as diferentes situações, trazer o assunto mais próximo da escola, trabalhar as eletivas voltadas para essa finalidade, orientações, palestras direcionadas, campanhas, conscientização das pessoas, sensibilizar, mostrar a realidade e o trabalho pedagógico humanizado. Aqui foi apresentado pelas colaboradoras algumas atividades que a escola poderia utilizar para iniciar um trabalho preventivo e de inclusão social das lésbicas nesses espaços.

As colaboradoras trouxeram essa questão da formação continuada de professoras e professores, mas será que, só essa formação, é capaz de tamanha mudança? Contribuições de Francisco Imbernón (2010) nos convida a refletir sobre a formação continuada, que para o autor, a pesquisa do conteúdo para o preparo de uma aula, já promove o contato com a formação continuada que poderá iniciar a partir do compromisso com aprendizagem daquele conteúdo que será transmitido.

Para esse autor: “a possibilidade de inovação nas instituições educativas não pode ser proposta seriamente sem um novo conceito de profissionalização do

professor que deve romper com às inércias e práticas do passado assumidas passivamente como elementos intrínsecos à profissão” (Imbernón, 2010, p. 20). Além do mais, “a formação é um elemento importante de desenvolvimento profissional, mas não é o único e talvez não seja o decisivo” (p. 46). O que Veiga (2012) chama de multifacetada que tem início e nunca tem fim. Nesse sentido, Silva (2020, p. 158) assegura que é “necessário permitir que professores gays e professoras lésbicas possam viver sem estigmas e sem violências homofóbicas no ambiente escolar”. Devemos defender a liberdade de expressão e de identidades em espaços escolares”.

Todas as indicações de atividades são importantes e já deveriam estar acontecendo nas escolas da Região do Vale do Pindaré, como em todas as escolas comprometidas com a igualdade de gênero e o respeito à diversidade em nosso País. Abro um parêntese para refletir sobre duas atividades propostas: “trazer o assunto mais próximo da escola” e “mostrar a realidade”. Fiquei questionando o porquê dessas duas inserções, visto que já existe na escola, por exemplo, às lésbicas professoras que estão inseridas nesses espaços e são por si pessoas autorizadas, levando em consideração toda a vivência que carregam, elas são a realidade e a representatividade desses corpos invisibilizados e dentro da escola.

A maioria não passou por situações de lesbofobia, porém diariamente a orientação sexual é apagada, restando a elas o assujeitamento e a falsa impressão de que está tudo bem, pois se estivesse mesmo tudo bem, esse assunto seria trabalhado de forma aberta, livre de preconceitos, e direcionado à população LGBTQIAPN+ docente e discente de todas as escolas do Brasil.

Daí um trecho da fala de Virginia: *“eu digo para minha esposa, eu não abro mão de andar de mãos dadas contigo, de entrar nos lugares de mãos dadas contigo e todo mundo vai saber quem você é, quem eu sou e vai ter o respeito, então aonde a gente chegar tem que ter o respeito, você saiu e o respeito vai ficar”*.

E utilizando essa metáfora “das mãos dadas”, eu pergunto: em qual mão a educação está segurando? Será que está segurando na mão daquela que se encontra invisível dentro do seu espaço? Ou pode até não segurar na mão de quem tenta viabilizar esse corpo, mas não efetiva a legislação para se tornar aliada na inclusão socioeducacional dos grupos minoritários, em seus direitos.

É enfrentando a lesbofobia que seguiremos firmes na luta por direito, respeito e inclusão social. Pois enfrentar a lesbofobia é não se acomodar diante da invisibilidade, é querer se arriscar, é querer questionar e colocar em evidência a existência lésbicas. Portanto, enfrentar a lesbofobia é promover o debate e ações concretas de enfrentamento da lesbofobia.

Assim, as trilhas percorridas que serão apresentadas, contêm as considerações finais do encontro com as vivências de professoras lésbicas e as contribuições que deram à pesquisa.

6 TRILHAS PERCORRIDAS

“A luta não é somente das lésbicas, essa luta é de cada uma e cada um que luta diariamente pela garantia de direitos e pela vida” (Eriveth Teixeira, 2024).

As trilhas percorridas me possibilitaram encontros com novas informações advindas de estudos e vozes sobre o assunto. Encontros com outras possibilidades de vivenciar o gênero, apesar da misoginia e da lesbofobia atuando em conjunto contra as lésbicas que sofrem violência por serem mulheres, lésbicas, negras, PcD, entre outros marcadores de desigualdade sociais da minoria em direitos. Os encontros com as colaboradoras que receberam os pseudônimos de: **Anne, Cassandra, Cássia, Caroline, Elisa, Filipa, Lota, Lúcia, Marcela e Virginia**. Elas se dispuseram a compartilhar suas narrativas de vida, e foi de grande relevância cada contribuição, que me fez compreender a singularidade desses corpos, compartilhando suas histórias, a partir do início com a descoberta da orientação sexual até o enfrentamento da lesbofobia nos dias atuais.

Cada fala apresentava uma vida que continuava com medo. A lesbofobia internalizada que esteve aprisionada aos padrões da heterossexualidade compulsória anula sua orientação. O “armário” era refúgio diante do medo. São histórias de força e resistência de quem lutará para que o som de suas falas ecoasse no intuito de serem ouvidas e no intuito de se juntarem a outras falas para se rebelarem contra o sistema que tenta ignorar as diferenças sexuais. O que cada colaboradora trouxe me fez caminhar até aqui quando apresento nas considerações finais o que ocorreu nas trilhas que percorremos lado a lado.

Foi um grande desafio trabalhar com uma temática pouco estudada, logo com poucas referências acadêmicas, quando a abordagem é a lesbianidade na docência. Com as trilhas percorridas nesta pesquisa, percebo a importância desse diálogo, para que tenha maior alcance cada vez mais e desperte a consciência política daquelas que em si vai despertando o inconformismo, por transitarem caminhos nebulosos que as invisibilizam, restando o silêncio e a ausência de conhecimento inerentes a esses corpos, no debate e no planejamento escolar.

A pesquisa evidenciou a invisibilidade de lésbicas professoras no espaço escolar, vindas de uma caminhada marcada pela dor, medo e rejeição por serem quem são. A maioria teve o despertar da orientação sexual na infância e encontrei na fala da professora Anne uma afirmação a respeito, quando disse: ***“eu acredito que é da minha natureza, é algo que eu não consigo mudar, acho que a pessoa nasce”***. Mesmo não sabendo lidar com o que estava sentindo na infância e por ser diferente de tudo ao seu redor, ela guardou o que sentia.

Outras com a ausência de representatividade, e também, por não compreenderem os sinais, ou anular esses sinais diante da “norma” estabelecida, que determinava como padrão uma única forma de relacionar-se amorosamente, trazendo como referência principal a relação entre mãe e pai. Assim se constituiu um corpo “estranho”, tentando se adequar, mas antes veio a rejeição e a luta contra o que não poderia existir, como bem explicou a professora Marcela: ***“eu tinha tanto medo que me anulava, não queria ter esse sentimento de forma alguma”***. A rejeição por ser lésbica esteve presente na maioria das colaboradoras.

Por desconhecerem os sinais, algumas das colaboradoras conseguiram “reorientar” o caminho da lesbianidade, mesmo que por um tempo. Era uma orientação pouco compreendida, algumas vivências eram encobertas pelo medo e existia ainda o pecado atribuído àquelas que ousavam viver a lesbianidade. Algumas chegaram até a vivenciar uma relação heterossexual com pouca relevância para uma parte delas, já outras com maior relevância ao ponto do casamento e da maternidade, mas que em algum momento da vida adulta ou adolescente o “armário” já não conseguia mais guardar esses corpos que em algum momento negavam sua orientação afetivo-sexual por medo da rejeição.

O medo foi o maior desafio na vida das colaboradoras, inclusive o medo da rejeição familiar, que para a maioria ficou marcado com a ausência desse apoio no momento da descoberta da orientação sexual. No início dessa descoberta a maioria não era assumida para a família, sociedade e muito menos para a escola. Foi um longo período escondendo a lesbianidade para a maioria.

Quando na pesquisa foi eleito o objetivo geral “analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão”, as escolas trazidas nas falas das professoras foram consideradas um ambiente hostil para corpos

lésbicos sem o planejamento de mediação para o enfrentamento da lesbofobia. Não existe debate, nem planejamento escolar sobre o assunto e a maioria das professoras nunca teve formação continuada para trabalhar com a temática, como explícito nas falas das professoras: Caroline: **“coisas que nunca presenciei nas escolas por onde passei”**, e Lúcia: **“eu nunca participei de formação alguma”**.

Sem a formação continuada, sem debater sobre o assunto, sem planejar formas de enfrentar a lesbofobia nas escolas, como as escolas e essas professoras estarão preparadas para o enfrentamento desta e, conseqüentemente, da LGBTQIAPN+fobia? As escolas continuarão (re)produzindo a violência contra esses corpos. São discentes e docentes dessa população presentes nos espaços escolares, guardadas/os no armário por temer qualquer tipo de preconceito, e quando saem passam constantemente por constrangimentos, por isso questionamos, como pode existir o respeito, quando o sujeito continua invisível para a maioria das escolas?

Observou-se na fala da professora Lota: **“tem muitos professores e alunos que mesmo sabendo da minha orientação sexual ficam ameaçando”**. Uma representação da violação dos direitos humanos, quando desclassificam uma pessoa por pertencer a lesbianidade. Lota compartilha sua preocupação com as estudantes lésbicas e os estudantes gays: **“me dói muito saber que muitos deles estão sofrendo na escola e às vezes sem contar com ajuda”**. E quando compartilham seus sentimentos à procura de ajuda para algumas das colaboradoras; registram as professoras: Anne: **“a maioria delas nem são aquilo, mas é pelo motivo de estar na moda”**, e Elisa: **“Quando detecto que algum dos meus alunos são homossexuais, eu também fico na minha”**. A ausência de formação continuada pode favorecer esse tipo de pensamento, mesmo sofrendo a mesma opressão para a heterossexualidade compulsória.

Uma diferença para a única escola particular pertencente à pesquisa trazido na fala da professora Virginia, assinala: **“procura respeitar o que cada um se identifica”**, Virginia também mencionou que nessa escola existe um trabalho humanizado, quando há alguma ocorrência professoras/es fazem o diagnóstico da situação, depois existe o debate com demais professoras/es e coordenação escolar, e decidem em conjunto a melhor maneira de acolhimento das/os estudantes LGBTQIAPN+. Vale salientar que apesar do trabalho diferenciado a escola não trabalha de forma preventiva e sim diante das necessidades e quando surgem.

A maioria das colaboradoras têm pouco conhecimento sobre o significado de gênero e sexualidade, preferindo não responder essas questões já que, apenas uma professora havia trabalhado com esse conteúdo e uma outra tinha estudado. A maioria das colaboradoras passou por situações de apagamento e silenciamento, mas não as percebiam com lesbofobia, permanecendo em espaços que as deixavam invisíveis, mas que não havendo nenhuma ocorrência, eram acomodadas estando “assujeitadas” a falsa impressão de que estava tudo bem, logo sujeitadas ao sistema e ao invisível de suas subjetividades. A propósito, a lesbofobia era um termo desconhecido por todas elas que ainda utilizavam homofobia, razão pela qual anexo um pequeno glossário como contribuição à sua orientação sexual.

Na concepção docente, para a maioria, o aproximar das estudantes especificamente, poderia ocasionar comentários vexatórios, que conduziria ser a orientação sexual dessas professoras um motivo para incentivar as estudantes heterossexuais para a lesbianidade. Na fala de algumas evidenciou-se o afastamento mediante ao medo, quando afirmaram: Elisa: ***“antes minhas alunas queriam me abraçar, mas eu não permitia para que não houvessem comentários”***, Cassandra: ***“eu me policiava e não abraçava minhas alunas, tinha medo que alguém dissesse algo”*** e Lúcia: ***“às vezes evitamos alguma situação para não dizer que a gente está induzindo alguém em alguma coisa”***. Aqui são mais exemplos de “violência” que ocorreram diariamente contra as colaboradoras impedidas de libertar-se por conta da lesbofobia.

As trilhas percorridas com as falas das colaboradoras, também, nos proporcionaram compreender que mediante ao grau de lésbicas desfeminizadas, maiores serão as possibilidades de lesbofobia, portanto, os corpos que desfem precisam ainda adequar-se às normas das instituições escolares, mesmo violando seus anseios. Mas o que se mostra necessário no momento é o despertar para uma consciência lésbica política de quem quer ter o direito de andar de mãos dadas, sem medo de serem agredidas ou mortas por essa demonstração de carinho.

Conclui-se este estudo com o desejo de enfrentamento da lesbofobia e do lesbocídio, por meio principalmente do engajamento social, político e formação, com adesão por parte do corpo docente. Esta sugerida como instrumento capaz de ensinar a lidar com as diferentes situações a fim de visibilizar essas professoras, representatividades para estudantes da população LGBTQIAPN+. Trazer o assunto

mais próximo da escola, ao lado de orientações, palestras direcionadas, campanhas e sensibilizações, para mostrar a realidade com um trabalho pedagógico humanizado e inclusivo.

São mães, filhas, avós, professoras, esposas, tutoras de animais. São pessoas que trazem em suas singularidades a marca de quem um dia sofreu a lesbofobia e muitas permanecem invisibilizadas. Precisamos atuar contra a violência e unir-se à luta diária das lésbicas contra a lesbofobia. Essa luta não é somente delas, mas de cada uma e cada um que também, clama pela garantia de direitos e pela vida.

GLOSSÁRIO

Lésbica:	Pessoa que resiste a heteronormatividade compulsória da orientação sexual que contraria a “norma”.
Lesbiana:	É considerada a mulher que vivencia a lesbianidade.
Lesbianidade:	Refere-se ao estado de ser lésbica, ou seja, a vivência de uma relação lésbica.
Lesbofobia:	É um tipo de violência estruturante que afeta diretamente a existência lésbica.
Lesbofóbica:	É considerada uma pessoa que comete lesbofobia.
Lesboafetiva:	Refere-se à junção entre os termos lésbica e afetividade, ou seja, é a relação de uma mulher que ama romanticamente outra mulher.
Lesbofeminista:	Refere-se à junção entre os termos lésbica e feminista, ou seja, um corpo político que luta por seus direitos.
LesboCenso:	Refere-se ao Censo Nacional voltado exclusivamente às vivências lésbicas no Brasil.
Lesbocídio:	Assim como o feminicídio se refere ao assassinato de mulheres, lesbocídio “se refere ao assassinato de lésbicas no Brasil”.
Desfeminilizada:	Termo que caracteriza uma lésbica que não performa a feminilidade, antes chamada de “sapatão”, “caminhoneira” ou “mulher macho”.
Desfem:	Abreviatura da palavra desfeminilizada.

REFERÊNCIAS

ABBOT, Sidney; LOVE, Bárbara. **Sappho was a right-on woman**: a lierted view lesbianism. New York: Stein and Day Publishers, 1973.

ALVES, Mariana. **Lota de Macedo Soares**: quem foi e suas contribuições para a arquitetura [2022]. Casa e Jardim-Arquitetura. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/arquitetura/noticia/2022/10/lota-de-macedo-soares-quem-foi-e-suas-contribuicoes-para-a-arquitetura.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Ensaio. Estudos feministas; Tradução Édna de Marco, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 704-719, setembro-dezembro/2005.

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Editora: Lexikon Editora, 2013.

BENEVIDES, Bruna G. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas (ANTRA), Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). – Florianópolis, SC, Acontece, 2023.

BESKOW, Daniela Alvares. **Mapeamento das atividades e eventos remotos da Visibilidade Lésbica** do mês de agosto de 2020 no Brasil/Daniela Alvares Beskow. Campinas. Site Palavra e Meia, 2021.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: **História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira – 1. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. – (Ensaio Geral, 1).

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional**, considera ser um discurso condenatório o (re)produzido na trajetória educacional. Tese (Doutorado) da Universidade Estadual Paulista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Presidente Dutra, 2019.

BRASIL. CONAE 2024. **Conferência nacional de educação**. Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº.

132/2023. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023a.

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023b.

BRASIL. Presidência da república casa civil. Decreto nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023. **Convoca a 4ª conferência nacional dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais** e outras. Brasília/ DF, 2023c.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais** - Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília/DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde: **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania... Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CAETANO, Marcio; *et al.* (Organizador). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). – 1.ed. – Tubarão: Copiart. Rio Grande, RS: FURG, 2018.

CARDOZO, Guilherme Lima. O pós-estruturalismo e suas influências nas práticas educacionais: a pesquisa, o currículo e a “desconstrução”. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 4, p. 118 – 134, jan./jul. 2014.

CAPRIO, Frank S. **Homossexualidade feminina**. Tradução e notas de Frederico Branco. Instituição Brasileira de Difusão Cultural. São Paulo, 1960.

CHANACOMCHANA. **Publicação independente**. Grupo de ação lésbico-feminista. São Paulo, 1981.

DIADORIM. Imprensa lésbica brasileira: **40 anos de existência e muito por fazer**. **Agência de Jornalismo independente** [2021]. Disponível em: <https://diadorim.org/opiniaio/2021/03/imprensa-lesbica-brasileira-40-anos-de-existencia-e-muito-por-fazer/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FACCHINI, Regina. CULT. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta: In **Revista Cult**, nº. 235 anos, 21 de junho de 2018.

FARIAS, Maria da Piedade. **Dicionário grego – português**. Maniatoglou: Porto Editora, 2010.

FATUMMA, Dedê. **Lesbianidade**. – 1. ed. – São Paulo: Editora Jandaíra, 2023. – (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

FERNANDES, Marisa. CULT. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta: In **Revista Cult**, nº. 235 anos, 21 de junho de 2018.

FIRMINO, Camila Rocha; MATIAS, Kamilla Dantas. (autoras). **Violências contra mulheres lésbicas**: perfil dos registros de atendimento no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan (2015 a 2022). Parnaíba, 2021.

FIOCRUZ. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Marcella Vieira/Editora Fiocruz, 2021.

FLORES, Guilherme Gontijo (Org.). **Safo**: fragmentos completos. Edição bilíngue. Tradução de Guilherme Gontijo Flores – São Paulo: Editora 34, 2017 – (1ª edição).

FOUCAULT, MICHEL. **Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª edição. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

FURLANI, Jimena. **"Ideologia de Gênero"**? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016.

G1. Santa Inês realiza a primeira união homoafetiva do município [2014]. **O portal de notícias da Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/santa-ines-realiza-primeira-uniao-homoafetiva-do-municipio.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

G1. Quem foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura militar [2019]. **O Portal de Notícias da Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Observatório do grupo gay da Bahia, 2023**: relatório de mortes; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva; (Orgs), 2023.

GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2022.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIA DA CIDADANIA. **Almanaque Brasil**. – Editora Abril: [s. n.], 2001.

HEINE, Maria Luiza. **Ilhéus... com amor!**. [2021]. Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/patrimonio-historico/estatua-de-sapho/>. Acesso: 15 nov. 2014.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo brasileiro de 2022: IBGE, 2022.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo brasileiro de 2023: IBGE, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano; Tradução Jess Oliveira. 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas CIAIQ2015**. Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa en Educación//V. 2.

LAMPIÃO da Esquina. **Nós também estamos aí**. Ano 1, nº 12, maio, 1979. p. 7-10.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação de professores: Caminhos e descaminhos da prática**. – Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

LE MOS, Ana Carla da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.

LESBOCENSO Nacional. **I lesbocensonacional: mapeamento de vivências lésbicas no Brasil** Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022). Publicado em 2022 pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília: Coturno de Vênus. Brasil, 2022.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em História. Brasília, 2007.

LESSA, Fábio de Souza. **Gênero, sexualidade e o discurso da submissão feminina na Atenas clássica**. In: História antiga e medieval. Simbologias, influências e continuidades: cultura e poder/ Adriana Zierer, Ana Livia Bomfim Vieira, Marcia Manir M. Feitosa (Orgs.). São Luís. Editora: UEMA, 2011.

LEVANTE, Nacional contra o Lesbocídio. **Um ano sem Ana Caroline, pelo fim do lesbocídio**. São Paulo, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIEBGOTT, Camila Bonin; WEISS, Raquel. Marcas de uma cultura lesbofóbica em narrativas de docentes lésbicas. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 284-310, jan./jun. 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução Stephanie Borges. 1.ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LORENZO, Ángela Alfarache. **La construcción cultural de la lesbofobia**: una aproximación desde la antropología. In: MUÑOZ RUBIO, Julio (Coord.). Laberinto de la ignorancia. México: UNAM, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

MACIEL, Patrícia Daniela; GARCIA, Maria Manuela Alves. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. Instituto Federal do Paraná, Colombo, PR, Brasil. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23 e 230022, 2018.

MARANHÃO. **Plano estadual de política pública**. São Luís, 2022

MARANHÃO. Lei nº. 11521 de 10 de agosto de 2021. **Estabelece a notificação compulsória, em todo Estado do Maranhão...** Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manuel Beckman”. São Luís, 2021.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão**, instituído pela Lei nº 10.099/2014, e pelo período de 2014/2024, em cumprimento à Lei Federal nº. 13005. São Luís, 2014.

MARANHÃO. Lei nº 8.444 de 31 de julho de 2006. **Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em virtude de orientação sexual...** Palácio do Governo do Estado do Maranhão. São Luís, 2006.

MARQUES, Miro. **Sapho, a primeira bandeira feminista do mundo**. Noctua de Sapientia [2014]. Disponível em: <https://www.facebook.com/noctuaandesapientia/posts/sapho-a-primeira-bandeira-feminista-do-mundomuitas-pessoas-que-passam-ou-se-sent/743596099011859/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

MARTINHO, Mirian. **Orgulho Lésbico**: o happening político do Ferro's Bar (edição 2022). Rede Um Outro Olhar para mulheres lesbianas e afins, julho de 2022. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/memoria-repercussao-do-19-de-agosto-na.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATTOS, Amanda Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia**: lições tomadas do transfeminismo ISSN: 2358-0844 n. 5, v. 1 maio-out. 2016 p. 132-153.

MEDRADO, Benedito; CASTRO, Ricardo; MORAES, Maristela; ROCHA, Thiago. **A diversidade é legal!:** educação e saúde sem preconceito. Recife: Instituto PAPAI, 2007 – (Série Violências de Gênero).

MEIHY, José Carlos. Sebe Bom. **História oral:** com o fazer, com o pensar. Fabíola Holanda. - 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MERHY, Emerson Elias. **O conhecer militante do sujeito implicado:** o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, Túlio B. et al. Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 21-45.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Raquel Martins Fernandes *et al.* Pesquisa qualitativa em educação: um ensaio paradigmático. In: **Revista Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, n., p. 692-702, 2017.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil.** Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1987.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do Nascimento. **Trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público:** rompendo o ciclo de silêncios. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo.** Brasília, DF: Editora Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

NEVES, Orlando. **Dicionário do nome das coisas:** e outros epônimos. Oficina do livro. Portugal, Córdova: Sociedade Editorial, Ltda, 2003.

NODIN, Nuno. **Dicionário de sexualidade comentado.** – São Paulo: Expressão & Arte, 2001. – (Aprendendo a sexualidade).

NÓS. O que é “desfem” conheça termo da comunidade lésbica. **Terra revista online.** [2024]. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/o-que-e-desfem-conheca-termo-da-comunidade-lesbica,f7aef1df0bb8c13ee8512f7db8fc05adxzbe579e.html>. Acesso em: 4 set. 2024.

OBSERVATÓRIO de políticas públicas LGBTI+ no Maranhão. [2022]. Disponível em: <https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti> Acesso: 15 mar. 2023.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. **Dicionário de mulheres célebres.** Lello & Irmão Editores, Porto, 1981.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. - 6ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. - 5ª ed. - Editora, Campos, SP: Pontes Editores, 2005.

PACHECO, Juliana (Org.). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

PERES, Milena Cristina Carneiro. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017 / Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares, Maria Clara Dias. – Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

POLESSO, Natalia Borges. **Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços**. Estud. lit. bras. contemp., Brasília, n. 61, e 611, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PT, defende o Brasil, defende você. No dia do Orgulho LGBTI+, relembre ano a ano as lutas e conquistas. **Da Redação da Agência PT de Notícias** [2018]. Disponível em: <https://pt.org.br/no-dia-do-orgulho-lgbti-relembre-conquistas/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

QUINALHA, Renan. CULT. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. In: **Revista Cult**, nº 235 ano, 21 de junho de 2018.

REDE TRANS BRASIL. **Rede Nacional de pessoas Trans do Brasil**. Diálogos Sobre Viver Trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil: Dossiê, 2018.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida. **Objetividade na escrita acadêmica – Reflexões interseccionais sobre corpos que escrevem**. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Orgs.). Gênero e resistência: Memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres. volume 1. [recurso eletrônico] - Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

RUÍDO Manifesto. **Dois poemas de Eriveth Teixeira**. [2022]. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/dois-poemas-de-eriveth-teixeira/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RUÍDO Manifesto. **Quatro poemas de Eriveth Teixeira**. [2021]. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/quatro-poemas-de-eriveth-teixeira/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFO: Descobertos versos de uma das primeiras poetisas do mundo. **Esquerda.net**. 8 de fev., 2014. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/safo-descobertos-versos-duma-das-primeiras-poetas-do-mundo/31281>. Acesso em: 3 dez. 2023.

SANTOS, Andressa Costa dos. **“Tudo aquilo que sou perpassa a minha existência enquanto mulher e lésbica”**: narrativas de professoras lésbicas das Instituições de Ensino Superior do Amapá – Macapá. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

SCHUMACHER; BRAZIL. Érico Vital. **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. 20(2):71-99 jul./dez. 1995.

SEDGWICK, Eve K. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SILVA, Alessandro Soares. **Por um lugar ao sol**: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). Bagoas, nº 8, 2012, p. 77-102. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344041194_Por_um_Lugar_ao_Sol_construindo_a_memoria_politica_da_homossexualidade_ou_Homossexualidade_uma_historia_dos_vencidos. Acesso em: 8 jul. 2023.

SILVA, Geilson Pereira; SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. Você me vê? As interfaces do currículo e das transidentidades na escola. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 442–461, 2024. DOI: 10.14295/de.v12i1.17042. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17042>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, Jardínlio Reis da. **Professor gay e professora lésbica** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, 2020.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; ALBUQUERQUE, Zeila Sousa de; MOTTA, Diomar das Graças. Corpos e diversidade na formação docente continuada: possibilidades em tempos sombrios. **Revista Educação e Emancipação**, v. 15, n. 3, 27, dez 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20561>. Acesso em: 29 mar 2025.

SILVA, Zuleide Paiva da. **Professoralidade lésbica, uma ginga feminista?!**. In: Corpos, gêneros e sexualidades nas ciências humanas e sociais [recurso eletrônico] / Organização, Sirlene Mota Pinheiro da Silva, Jônata Ferreira de Moura. — São Luís: EDUFMA, 2023.

SILVA, Zuleide Paiva Da. **A aventura de inventar-se ativista lésbica em tempos verde oliva**: considerações sobre a primeira organização lésbica da Bahia. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30382>. Acesso em: 15/11/2024

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia –. Salvador, 2016. Tese (Doutorado) – Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil**: recuperando encontros e desencontros. labrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - jul. /dez. 2011 - jan. / jun., 2012.

SOUZA, Marcelo Valente. **O corpo escrito e visto**: reflexões a partir de livros didáticos das séries iniciais. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Pará, Belém, 2010.

TARDIF, Maurice. **Princípios para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino**. XIV ENDIB, 2008, p. 17- 46.

TILIO, Rafael de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero** |Niterói|v.14|n.2 |p.125 -148| 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores!** – 3ª ed – Campinas, SP: Papirus, 2012. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

WIKIPEDIA. **Marcela Gracia Ibeas e Elisa Sánchez Loriga**. [2024]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcela_Gracia_Ibeas_e_Elisa_S%C3%A1nchez_Loriga Acesso em: 2 dez. 2024.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Tradução Maíra Mendes Galvão. – 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

WITTIG, Monique. **Ninguém Nasce Mulher**: lésbicas e sapatões indepen. - groups – Crabgrass, [2020]. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/ninguém-nasce-mulher-monique-wittig>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WOODS, Rebecca. **BBC News Brasil**. A fascinante vida de Anne Lister, a 'primeira lésbica moderna'. [2019]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48260917>. Acesso em: 22 jul. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa para dissertação do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA), da Linha de pesquisa: Diversidade, Cultura e Inclusão Social, e do grupo de pesquisa Educação, Mulheres e Relações de Gênero, orientada pela Professora Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Coorientada pela Professora Emérita Diomar das Graças Motta. A pesquisa intitulada **“LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA”**, tem como objetivo principal **analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão**. Esta pesquisa se faz relevante por buscar alternativas para a desconstrução de preconceitos, discriminações e estereótipos sobre a diversidade sexual e de gênero.

Pretende-se entrevistar lésbicas professoras que trazem consigo a sexualidade assumida ou não assumida, nos espaços educacionais, e compreender, quais os aspectos sócio-históricos relacionados à lesbianidade e à lesbofobia? Como são utilizados os instrumentos ou diretrizes legais para enfrentar práticas lesbofóbicas nas escolas e em especial nas escolas públicas maranhenses? As escolas públicas da Região do Vale do Pindaré têm desenvolvido alternativas de enfrentamento à lesbofobia em seus espaços? Se sim, de que forma? Quais compreensões possuem as lésbicas professoras, colaboradoras da pesquisa, sobre relações de gênero e sexualidade?

Como objetivos específicos, destacam-se: **a) reconhecer aspectos sócio-históricos sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres e lesbianidade, a partir da etimologia e da historiografia; b) identificar as alternativas utilizadas pelas escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré, no trabalho com o tema lesbianidade, destacando-se formas de enfrentamento da lesbofobia; c) analisar narrativas de lésbicas professoras, colaboradoras da pesquisa, e suas compreensões sobre relações de gênero e sexualidade.**

Ao aceitar participar desta pesquisa você estará contribuindo com a dissertação do mestrado em Educação sobre lésbicas professoras e o combate à lesbofobia em escolas da rede pública da Região do Vale do Pindaré.

Apesar de compreendermos que toda a pesquisa traz algum tipo de risco (Resolução nº. 466/2012 e nº. 510/2016), conforme a natureza de cada investigação, que poderão ser físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais, ou espirituais, no desenvolvimento deste estudo, afirmamos que não haverá nenhum ônus e que você tem a liberdade para participar, ou não e, ainda, de recusar-se de responder perguntas, bem como de retirar o seu consentimento a qualquer momento. Além disso, comprometo-me em manter o anonimato, utilizando pseudônimos e não divulgando informações pessoais para que possa, de alguma forma, minimizar os possíveis riscos referentes a quebra de sigilo/confidencialidade.

Vale ressaltar que este TCLE foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, “um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes”. Assim, declaro que não haverá divulgação personalizada das informações, que você não receberá nenhum bônus ou compensação financeira por conta de sua participação no estudo e terá o direito a uma via deste termo.

Comprometo-me a utilizar as informações geradas apenas para a produção desta pesquisa que além de sua defesa, poderá ser veiculada em eventos científicos e/ou publicações. Também importa destacar que a pesquisa trará benefícios como a notoriedade e relevância científica do estudo, abrindo caminhos para novas investigações que envolvam profissionais da educação e o combate aos preconceitos e as discriminações.

Assim, solicito que este TCLE, elaborado em duas vias ficará uma com a pesquisadora responsável e a outra com a participante da pesquisa, devendo ser rubricada em todas as suas páginas e assinada, ao seu término, PELA CONVIDADA A PARTICIPAR DA PESQUISA.

Se necessário seja dirimir algumas dúvidas, entrar em contato com a responsável pela pesquisa, Eriveth Silva Teixeira pelo telefone (*WhatsApp*) + 55 (98) 98425 2495, por E-mail: *eriveth.teixeira@discente.ufma.br* ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário. Telefone (98) 2109 1250, Endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar - Centro, São Luís/MA. CEP- 65.020-070, em horário comercial.

Assinatura da responsável pela Pesquisa
Eriveth Silva Teixeira

De posse das informações sobre a pesquisa “**LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA**”, concordo em participar de forma livre e esclarecida, e assino abaixo.

Nome: _____

Assinatura: _____

São Luís (MA), de _____ de _____ 2024.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA: LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA

PESQUISADORA: Eriveth Silva Teixeira

ORIENTADORA: Professora Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva

COORIENTADORA: Professora Emérita Diomar das Graças Motta

INFORMAÇÕES DA COLABORADORA

MUNICÍPIO:	
DATA: / /	HORÁRIO:
CATEGORIA: PROFESSORA	

NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	COR QUE SE IDENTIFICA:
NATURALIDADE:	
ORIENTAÇÃO SEXUAL:	ESTADO CIVIL:
RELIGIÃO:	
GRADUAÇÃO:	ANO:
INSTITUIÇÃO:	LOCAL:
PÓS-GRADUAÇÃO:	ANO:
<i>LATU SENSU</i> ()	<i>STRICTO SENSU</i> ()
INSTITUIÇÃO:	LOCAL:
ESCOLA QUE TRABALHA ATUALMENTE:	
SÉRIE/ANO QUE LECIONA:	
DISCIPLINAS QUE LECIONA:	
TEMPO DE SERVIÇO NA DOCÊNCIA:	

ROTEIRO DE ABORDAGEM

- **PRIMEIRO MOMENTO:** descoberta da sexualidade (infância, adolescência e a juventude).
 1. Conte-me um pouco sobre sua trajetória, a partir do momento da descoberta de sua orientação sexual.
 2. E do momento de descoberta da sua sexualidade.
 3. Essa descoberta aconteceu na infância, adolescência ou juventude?
 4. De que forma se deu sua relação com os familiares?
 5. Quais os maiores desafios, a partir do momento da descoberta de sua orientação sexual?

- **SEGUNDO MOMENTO:** relações de gênero e sexualidade no espaço escolar.
 1. Na sua compreensão, qual o significado de gênero?
 2. Qual o significado de sexualidade?
 3. De que forma se dá às relações de gênero por você no espaço escolar?
 4. Existem lésbicas professoras na escola que trabalha, além de você?
 5. Como você estabelece a relação com elas?
 6. Já participou de alguma formação com o tema sobre gênero e sexualidade na educação?
 7. O que achou dessa experiência e como se sentiu?

- **TERCEIRO MOMENTO:** lesbianidade na escola.
 1. Fale-me um pouco sobre sua caminhada na docência
 2. E na escola em que trabalhou e na que trabalha atualmente.
 3. Como acontece a relação com os profissionais da escola?
 4. Como se dá a relação com as/os estudantes?
 5. A escola trabalha questões da sexualidade, entre elas sobre pessoas LGBTQIAPN+, LGBTQIAPN+fobia e mais específico à lesbofobia?
 6. Caso sua orientação sexual não seja assumida. Como é viver a orientação sexual não assumida na docência?
 7. Já identificou em sala de aula estudantes LGBTQIAPN+?
 8. Já presenciou formas de violências contra estudantes de orientação sexual e identidade de gênero e como reagiu?
 9. Em sua opinião, o que pode ser feito para o enfrentamento à lesbofobia na escola?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA

Pesquisador: Eriveth Silva Teixeira

Área Temática: Genética Humana:
(Trata-se de pesquisa em genética do comportamento.);

Versão: 1

CAAE: 71288623.6.0000.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.480.165

Apresentação do Projeto:

A pesquisa de mestrado intitulada "Lésbicas professoras no âmbito das relações de gênero e o enfrentamento à lesbofobia", tem como objetivo principal analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da rede pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão. Esta pesquisa se faz relevante por buscar alternativas para a desconstrução de preconceitos, discriminações e estereótipos sobre a diversidade sexual e de gênero. Diante da opressão imposta e da necessidade de dialogar sobre a população lésbica, bem como, debater sobre as relações existentes no campo da educação, permeando a lesbofobia e a falta de execução de políticas para enfrentar o preconceito, a lesbofobia, entre outras situações de ideologia machista e misógina com narrativa conservadora, surge essa necessidade de estudo, uma forma de trazer visibilidade para as lésbicas professoras e enfrentar a lesbofobia em escolas públicas.

Dentro do universo LGBTfobia, a amostra será Lesbofobia. E com o intuito de compreender as relações de gênero de lésbicas professoras no âmbito de escolas inseridas em contextos na maioria desprovidos de políticas de diversidades, a escolha das participantes levará em consideração as identidades assumidas e identificadas como lésbica e as identidades que mesmo estando de maneira não assumida em escolas por temer a lesbofobia, queiram por livre vontade contribuir com a pesquisa. Como procedimento de coletas de dados as entrevistas serão

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 6.480.165

agendadas previamente pelo aplicativo WhatsApp, após o contato, a pesquisadora fará o deslocamento para os municípios com lésbicas em seu quadro docentes na Região do Vale do Pindaré para realizar a entrevista com roteiro flexível e gravação para posterior transcrição e análise de discurso.

Objetivo da Pesquisa:

- Analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da rede pública do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão.
- compreender aspectos sócio-históricos da lesbianidade, a partir da etimologia;
- identificar as alternativas utilizadas pelas escolas da rede pública da Região do Vale do Pindaré, que trabalham o tema lesbianidade e lesbofobia;
- compreender as dinâmicas utilizadas nas relações de gênero com as lésbicas professoras, e o enfrentamento à lesbofobia no espaço escolar;
- analisar narrativas de lésbicas professoras, colaboradoras da pesquisa, e suas compreensões sobre relações de gênero e sexualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- No caso em tela, a pesquisa oferece elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos, o que é entendido como benefício da pesquisa.

As professoras lésbicas podem livremente não aceitar participar da pesquisa, sem questionamentos. Além disso, podem desistir a qualquer tempo. não haverá nenhum ônus e que você tem a liberdade para participar, ou não e, ainda, de recusar-se de responder perguntas, bem como de retirar o seu

consentimento a qualquer momento. Além disso, a pesquisadora compromete-se a manter o anonimato, utilizando pseudônimos e não divulgando informações pessoais das informantes para que possa, de alguma forma, minimizar os possíveis riscos referentes a quebra de sigilo/confidencialidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Serão entrevistadas professoras autodeclaradas lésbicas da rede de ensino público dos municípios do Vale do Pindaré. Aqui faz-se uma observação que não foram definidos quais são esses municípios e nem em quais escolas (municipais ou estaduais?) serão coletados os dados. Para

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 6.480.165

melhor recorte empírico, sugere-se fazer essa identificação.

As entrevistas terão roteiro flexível e gravação para posterior transcrição e análise de discurso, com as falas de lésbicas professoras, referente ao enfrentamento à lesbofobia no espaço escolar. O processo de pesquisa de campo deve ser realizado em dois meses.

As entrevistas serão analisadas por meio da análise de discurso que segundo Orlandi (2005 p. 59), "[...] não procura o sentido 'verdadeiro', mas o

real do sentido em sua materialidade linguística e histórica". E o real sentido aparecerá por meio das entrevistas, que serão agendadas, gravadas,

que após a transcrição das entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa, haverá análise para discorrer os resultados sobre o

enfrentamento da lesbofobia e as relações de gênero de professoras lésbicas em escolas públicas da Região do Vale do Pindaré.

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para

qualificação do Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Diversidade, Cultura e Inclusão Social, ao grupo de pesquisa Educação, Mulheres e

Relações de Gênero e aos eixos investigativos Mulheres Professoras e Relação de Gênero. Orientadora: Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está em consonância com o estabelecido pelas Resoluções nº. 466/2012 e nº. 510/2016.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação dos documentos apresentados e análise do teor do projeto, conclui-se que ele está compatível com as determinações deste Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2118533.pdf	13/07/2023 17:35:30		Aceito
Recurso Anexado	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	13/07/2023	Eriveth Silva	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 6.480.165

pelo Pesquisador	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	17:34:15	Teixeira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	13/07/2023 17:32:07	Eriveth Silva Teixeira	Aceito
Orçamento	Orcamento_Projeto.pdf	08/07/2023 21:50:00	Eriveth Silva Teixeira	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	08/07/2023 21:46:16	Eriveth Silva Teixeira	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_ciencia_e_concordancia.pdf	03/07/2023 22:39:11	Eriveth Silva Teixeira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	03/07/2023 22:10:15	Eriveth Silva Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/07/2023 22:09:32	Eriveth Silva Teixeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

SAO LUIS, 01 de Novembro de 2023

**Assinado por:
Emanuel Péricles Salvador
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA A ENTREVISTA



Ofício nº. 12/2023

**Exma. Sra.
Eriveth Silva Teixeira
Mestranda em Educação (PPGE/UFMA)**

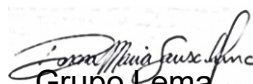
São Luís, 05 de junho de 2023.

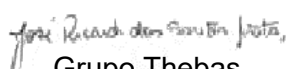
Assunto: autorização para entrevista

O Fórum de ONGs LGBT do Estado do Maranhão, que é composto por um colegiado de instituições representando cada letra da sigla LGBTQ+ (Lésbica, Bissexual, Travesti/Transexual), O Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (GRUPO LEMA), representando a letra “L” de Lésbica dentro deste colegiado, em resposta a solicitação encaminhada pela coordenação do programa de pós-graduação. Autorizamos a mestranda **Eriveth Silva Teixeira**, matriculada com o nº. 2022108238, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA), realizar entrevista com as professoras lésbicas da Região do Vale do Pindaré, para sua pesquisa, intitulada: **“LÉSBICAS PROFESSORAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA”**, que apresenta o objetivo de **analisar formas de enfrentamento da lesbofobia, no âmbito das relações de gênero, em escolas da Rede Pública da Região do Vale do Pindaré no Estado do Maranhão**. E alcance os resultados que possam responder o problema da pesquisa. Além disso, me coloco a disposição, desejando também, receber o convite da defesa para que eu possa compreender sobre nossas existências na docência.

Finalizo desejando sorte para a mestranda!

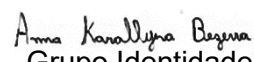
Atenciosamente,


Grupo Lema


Grupo Thebas


Grupo

no Passo Livre


Grupo Identidade